

1 **ATA DA CENTÉSIMA QUINQUAGÉSIMA PRIMEIRA SESSÃO ORDINÁRIA DO**
2 **CONSELHO UNIVERSITÁRIO DA UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS.**

3 Aos trinta dias do mês de maio do ano de dois mil e dezessete, às nove horas, reuniu-se o
4 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, em sua sede, no prédio da
5 Reitoria II, na Cidade Universitária “Zeferino Vaz”, em Barão Geraldo, Campinas, sob a
6 presidência do MAGNÍFICO REITOR, Professor Doutor MARCELO KNOBEL, e com o
7 comparecimento dos seguintes conselheiros: Adilton Dorival Leite, Alexandre Leite
8 Rodrigues de Oliveira, Álvaro de Oliveira D’Antona, André Tosi Furtado, Andréia Galvão,
9 Ângela Fátima Soligo, Antonio Carlos Bannwart, Antonio José de Almeida Meirelles,
10 Augusto Cesar da Silveira, Bruno Liporaci Silva, Bruno Ribeiro Ferreira, Carmino Antonio de
11 Souza, Carolina Bonomi de Menezes Guerra, Claudia Maria Bauzer Medeiros, Cláudio José
12 Servato, Diego Machado de Assis, Dirce Djanira Pacheco e Zan, Edson Tomaz, Eduardo
13 Gurgel do Amaral, Eduardo Vicente Bilbao, Eliana Martorano Amaral, Fábio Bonetto Rosa,
14 Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, Flávio Ribeiro de Oliveira, Francisco de Assis
15 Magalhães Gomes Neto, Francisco Hideo Aoki, Gilmar Barreto, Grácia Maria Navarro,
16 Guilherme Araújo Wood, Guilherme Elias Pessanha Henriques, Iuriatan Felipe Muniz, Ivan
17 Felizardo Contrera Toro, João Batista de Miranda, João Ernesto de Carvalho, João Marcos
18 Travassos Romano, João Raimundo Mendonça de Souza, Joaquim Antonio Graciano, Jorge
19 Sidney Coli Junior, José Claudio Geromel, Lauro Tatsuo Kubota, Léo Pini Magalhães, Luiz
20 Carlos Kretly, Luiz Carlos Zeferino, Marco Antonio Garcia de Carvalho, Maria Helena
21 Ribeiro de Checchi Scarcello, Maria Isabel Pedreira de Freitas, Maria Silvia Viccari Gatti,
22 Marina Sangoi de Oliveira Ilha, Marisa Masumi Beppu, Miguel de Arruda, Munir Salomão
23 Skaf, Newton Cesario Frateschi, Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, Paulo Sérgio
24 Fracalanza, Plinio Trabasso, Renato Falcão Dantas, Roberto Luiz do Carmo, Rodolfo Jardim
25 de Azevedo, Ronaldo Aloise Pilli, Ronaldo Ferreira dos Santos, Rosana Aparecida Baeninger,
26 Rosana Teresa Onocko Campos, Sedi Hirano, Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, Teresa Dib
27 Zambon Atvars, Victoria Ferraro Lima Silva, Walkiria Hanada Viotto e Zigomar Menezes de
28 Souza. Também estiveram presentes os representantes suplentes dos servidores técnico-
29 administrativos Elaine dos Santos José, João Roberto Tacco, Silvana Pinheiro Migliaccio e
30 Toyoko Watanabe Takao; e a representante suplente dos discentes Mariah Grimaldi e Cruz.
31 Como convidados especiais, compareceram os professores: Alan Cesar Ikuo Yamamoto,
32 Carlos Eduardo Pereira, Joaquim Murray Bustorff Silva, José Alves de Freitas Neto, Lucilene
33 Reginaldo, Mário Augusto Medeiros da Silva, Peter Alexander Bleinroth Schulz, Rachel
34 Meneguello, Roberto Rodrigues Paes, Shirlei Maria Recco-Pimentel, Sidney Chalhoub; a
35 doutora Ana Carolina de Moura Delfim Maciel; o doutor Octacílio Machado Ribeiro; o doutor
36 Andrei Vinicius Gomes Narcizo; os senhores Clayton Bianchini Levy, Edna Almeida
37 Lourenço, Gilmar Dias da Silva, Marcílio Ventura, Roberto Bosso, Gustavo Reis de Araújo,
38 Mariel Mitsuru Nakane Aramaki, Taina Aparecida Silva Santos e Teófilo de Souza Carmo
39 Reis. Justificaram ausência à Sessão os seguintes conselheiros: Euclides de Mesquita Neto,
40 sendo substituído pelo conselheiro Gilmar Barreto; Paulo Sérgio Saran, sendo substituído pelo

1 conselheiro Augusto Cesar da Silveira; Claudiney Rodrigues Carrasco, sendo substituído pelo
2 conselheiro Carmino Antonio de Souza; e Manoel Barros Bertolo. Havendo número legal, o
3 MAGNÍFICO REITOR dá início à Centésima Quinquagésima Primeira Sessão Ordinária do
4 Conselho Universitário da Universidade Estadual de Campinas, informando que há uma errata
5 referente ao Item 02 da Ordem do Dia, conforme material distribuído. Em seguida, dá as
6 boas-vindas ao diretor da Faculdade de Ciências Aplicadas, professor Álvaro de Oliveira
7 D’Antona, e ao diretor associado, professor Márcio Alberto Torsoni, cujos mandatos são de
8 18.04.17 a 17.04.21; ao diretor da Faculdade de Engenharia Química, professor Edson
9 Tomaz, e à diretora associada, professora Liliane Maria Ferrareso Lona, cujos mandatos são
10 de 25.04.17 a 22.05.18; à diretora do Instituto de Artes, professora Grácia Maria Navarro, e ao
11 diretor associado, professor Gilberto Alexandre Sobrinho, cujos mandatos são de 25.04.17 a
12 11.07.19; ao diretor do Instituto de Geociências, professor Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho,
13 e ao diretor associado, professor Marcio Antonio Cataia, cujos mandatos são de 19.05.17 a
14 18.05.21. Informa que o professor Roberto Luis do Carmo passa à titularidade da
15 representação docente da bancada geral em substituição ao professor Munir Salomão Skaf,
16 que foi designado como Pró-Reitor de Pesquisa. Informa ainda que os professores Claudiney
17 Rodrigues Carrasco e Carmino Antonio de Souza, respectivamente titular e suplente, foram
18 reconduzidos como membros da comunidade externa, cujos mandatos são de 30.04.17 a
19 29.04.19. Comunica que os processos números 01-P-16211/1998 e 01-P-25086/2011,
20 referentes à Minuta de Deliberação Consu que estabelece nova regulamentação para o Prêmio
21 de Reconhecimento Acadêmico “Zeferino Vaz” e Prêmio de Reconhecimento Docente pela
22 Dedicação ao Ensino de Graduação, não retornaram para Ordem do Dia por ainda serem
23 necessárias providências para elaboração de texto final. Também o processo nº 01-P-
24 3749/1975, referente à proposta de Deliberação Consu alterando o Regimento Escolar do
25 Colégio Técnico de Limeira, não retornou para ordem do Dia pois o diretor, professor Paulo
26 Sérgio Saran, informou que necessitaria de mais tempo para elaboração de texto final. Em
27 seguida, submete à apreciação a Ata da 150ª Sessão Ordinária, realizada em 28.03.17, tendo
28 como anexo o Relatório do Grupo de Trabalho para avaliação das práticas correntes em
29 experimentação animal na Unicamp. Consulta se há observações. O Conselheiro JOÃO
30 ERNESTO DE CARVALHO solicita que às folhas 133, linhas 5, onde consta “ruptura interna
31 entre a Faculdade de Farmácia e o CPQBA”, conste “ruptura interna no CPQBA”. Não
32 havendo outras observações, o MAGNÍFICO REITOR submete à votação a referida Ata, que
33 é aprovada com 04 abstenções. Em seguida, submete à apreciação a Ata da 2ª Sessão
34 Extraordinária, realizada em 28.03.2017. Consulta se há observações. Não havendo, submete
35 à votação a referida Ata, que é aprovada com 04 abstenções. Em seguida, submete à
36 apreciação a Ata da 3ª Sessão Extraordinária, realizada em 25.04.2017. Consulta se há
37 observações. Não havendo, submete à votação a referida Ata, que é aprovada por
38 unanimidade. Informa que também há Atas para ciência: a Ata da Assembleia Universitária
39 Extraordinária para outorga do Título de Professor Emérito à professora doutora Delia
40 Rodriguez-Amaya, realizada em 06.04.17; Ata da Assembleia Universitária Extraordinária

1 para outorga do Título de Professor Emérito ao professor doutor Renato Giuseppe Giovanni
2 Terzi, realizada em 06.04.17; Ata da Assembleia Universitária Extraordinária para outorga do
3 Título de Professor Emérito ao professor doutor Yaro Burian Junior, realizada em 10.04.17; e
4 Ata da Assembleia Universitária Extraordinária especialmente convocada para a solenidade
5 de posse do Reitor, realizada em 19.04.17. Em seguida, passa à Ordem do Dia, que contém
6 104 itens, informando que há destaques obrigatórios nos itens 1, 2, 3, 5 e 20, referentes aos
7 seguintes assuntos, respectivamente: Proc. nº 01-P-30374/2016, que trata da Primeira Revisão
8 do Orçamento 2017; Proc. nº 01-P-24465/2016, que trata de proposta conjunta da Reitoria da
9 Unicamp e do Grupo de Trabalho; Proc. nº 01 P-10966/2004, que trata de proposta
10 apresentada pelo Conselheiro José Claudio Geromel; Proc. nº 12-P-2410/2017, do Colégio
11 Técnico de Campinas; e Proc. nº 01-P-30139/2016, da Agência de Inovação da Unicamp, que
12 trata de Contrato. Consulta se há destaques por parte dos conselheiros. O Conselheiro
13 MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO destaca o item 4 – Proc. nº 01-P-7487/1988
14 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que altera os §§ 7º e 8º do artigo 65 do
15 Regimento Geral dos Cursos de Graduação. Não havendo mais destaques, o MAGNÍFICO
16 REITOR submete à votação todos os itens não destacados da Ordem do Dia, sendo
17 aprovados, por unanimidade, os pareceres que subsidiaram os seguintes processos: D –
18 Regimentos Internos - 06) Proc. nº 01-P-3843/1974, do Instituto de Biologia - Proposta de
19 alteração da Deliberação Consu-A-24/2014, que dispõe sobre o Regimento Interno do
20 Instituto de Biologia - Aprovada pelo Congregação em 18.04.17 - Pareceres PG-1190/2017 e
21 CLN-23/2017. E – Requisitos e Procedimentos Internos, nos termos da Deliberação Consu-A-
22 09/15 - Para Aprovação - 07) Proc. nº 38-P-12533/2016, da Faculdade de Enfermagem -
23 Requisitos e procedimentos internos para realização de concursos para provimento de cargo
24 de Professor Titular - Aprovada pela Congregação em 31.03.17 - Pareceres PG-1152/2017 e
25 CLN-19/2017. F – Composição do Conselho Universitário - Eleições da Representação
26 Docente - Para Aprovação - 08) Proc. nº 01-P-4046/2017 - Eleições da Representação
27 Docente junto ao Conselho Universitário, nos termos das Deliberações Consu-A-22/99 e
28 Consu-A-05/12, para cumprimento de mandato de 02 anos, a partir de 20.06.17 - Parecer PG-
29 1156/2017. G – Recurso Ao Consu - Revalidação de Diploma Estrangeiro - Para Deliberação
30 - 09) Proc. nº 01-P-18540/2015, Recurso apresentado por Giuseppe Modugno contra a
31 decisão da Comissão de Revalidação de Diplomas da FCM que opinou pelo indeferimento do
32 pedido de revalidação do diploma de Doutor em Medicina e Cirurgia, obtido na Universidade
33 dos Estudos de Roma “La Sapienza” - Itália - Deliberação da Congregação FCM-322/16 -
34 Pareceres PG-533/2017 e Cepe-81/2017 (contrária ao recurso). H – Pós-Graduação - Para
35 Aprovação - 10) Proc. nº 07-P-5939/2016, do Instituto de Biologia - Proposta de Implantação
36 do Mestrado Profissional em Ensino de Biologia em Rede Nacional - ProfBio, área de
37 concentração: “Ensino de Biologia” - Parecer Cepe-116/2017. 11) Proc. nº 22-P-19791/2000,
38 do Instituto de Geociências - Proposta de Oferecimento da “X Edição do Curso de
39 Especialização *lato sensu* em Jornalismo Científico”, previsto para iniciar no 2º semestre de
40 2017 e término no 2º semestre de 2018 e credenciamento dos docentes do Instituto de

1 Geociências, Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo/Núcleo de Desenvolvimento
2 da Criatividade e do Instituto de Artes - Parecer Cepe-117/2017. I – Congregações - a) Para
3 Aprovação - 12) Proc. nº 02-P-4714/2017, da Faculdade de Ciências Médicas - Eleições da
4 representação discente (graduação, pós-graduação e residentes médicos e multiprofissionais),
5 realizadas nos dias 02 e 03.05.17 - Aprovação pela Congregação *ad referendum* em 11.05.17.
6 13) Proc. nº 01-P-8963/1986, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação -
7 Eleições da representação docente, da representação dos servidores técnico-administrativos,
8 da representação discente da pós-graduação, e da representação discente da graduação em
9 Engenharia Elétrica e em Engenharia da Computação, realizadas nos dias 22 e 23.03.17 -
10 Homologada pela Congregação em 27.03.17; Eleições da representação docente e discente
11 (membros complementários) realizadas nos dias 02 e 03.05.17 - Homologação pela
12 Congregação *ad referendum* em 24.04.17. 14) Proc. nº 23-P-15899/1995, da Faculdade de
13 Educação Física - Eleições da representação discente (graduação), realizadas no dia 26.04.17 -
14 Homologadas pela Congregação em 26.04.17. 15) Proc. nº 38-P-21380/2014, da Faculdade de
15 Enfermagem - Eleições da representação discente (suplentes - pós-graduação), realizadas nos
16 dias 09 e 10.03.17 - Aprovadas pela Congregação em 31.03.17. 16) Proc. nº 17-P-4494/2013,
17 do Instituto de Artes - Eleições da representação discente e da representação dos servidores
18 técnico-administrativos, realizadas nos dias 03 e 04.05.17 - Aprovação pela Congregação *ad*
19 *referendum* em 09.05.17. 17) Proc. nº 34-P-13555/1996, do Instituto de Computação -
20 Eleições da representação docente, da representação dos servidores técnico-administrativos e
21 da representação discente (graduação e pós-graduação), realizadas nos dias 17 a 19.04.17 -
22 Aprovadas pela Congregação em 03.05.17. b) Para Homologação da aprovação dada pelo
23 Magnífico Reitor *ad referendum*. 18) Proc. nº 09-P-19132/1998, do Instituto de Filosofia e
24 Ciências Humanas - Eleições da representação discente, realizadas nos dias 29, 30.11.16 e
25 1º.12.16 - Aprovada pela Congregação em 08.03.17. J - Área de Prestação de Serviços -
26 Encerramento - 19) Proc. nº 07-P-7320/2008, do Instituto de Biologia - Área de prestação de
27 serviços “Desenvolvimento e Estabelecimento de Diagnóstico e Imunodiagnóstico” -
28 Aprovada pela Congregação do IB em 17.02.17 - Parecer CAD-11/2017. K – Convênios,
29 Contratos e Termos Aditivos. b) Em Vigência - Para Homologação - 21) Proc. nº 27-P-
30 28482/2016, do Hospital da Mulher Prof. Dr. José Aristodemo Pinotti - Convênio nº 836514 -
31 Partes: Unicamp e Ministério da Saúde - Executores: Luís Otávio Zanatta Sarian, João Renato
32 Bennini Júnior e Júlia Yoriko Shinzato - Data de Assinatura: 28.11.16 - Vigência: 365 dias -
33 Recursos: R\$2.421.510,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento e material
34 permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, visando o fortalecimento do
35 SUS - Parecer: CAD-12/2017. 22) Proc. nº 27-P-31369/2016, do Hospital da Mulher Prof. Dr.
36 José Aristodemo Pinotti - Convênio - Partes: Unicamp e Ministério da Saúde - Executores:
37 Luís Otávio Zanatta Sarian, João Renato Bennini Júnior e Júlia Yoriko Shinzato - Data de
38 Assinatura: 21.12.16 - Vigência: 365 dias - Recursos: R\$2.497.819,00 - Resumo do Objeto:
39 Aquisição de equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em
40 Saúde, visando o fortalecimento do SUS - Parecer: CAD-20/2017. 23) Proc. nº 01-P-

1 15414/2016, do Centro de Componentes Semicondutores - Contrato para Ajuste de
2 Propriedade Intelectual e Exploração Comercial - Partes: Unicamp e Dublauto Gaúcha
3 Indústria e Comércio de Componentes para Calçados Ltda. - Executores: Stanislav
4 Mochkalev e José Alexandre Diniz - Data de Assinatura: 15.12.16 - Vigência: 10 anos -
5 Resumo do Objeto: Estabelecer as condições de Propriedade Intelectual e Exploração
6 Comercial entre a Unicamp e a Dublauto Gaúcha de todos os resultados, metodologias e
7 inovações técnicas, produtos ou processos, *know-how*, privilegiáveis ou não, que forem
8 obtidos em virtude do projeto de pesquisa “Aquecedor para uso em calçados especiais
9 baseado em filme condutor flexível em nanofitas de grafeno/grafite”. Parecer: Cepe-83/2017.
10 24) Proc. nº 01-P-15400/2016, do Centro de Componentes Semicondutores - Termo de
11 Acordo - Partes: Unicamp/Funcamp, Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa - Fundep e
12 Dublauto Gaúcha Indústria e Comércio de Componentes para Calçados Ltda. - Executores:
13 Stanislav Mochkalev e José Alexandre Diniz - Data de Assinatura: 15.12.16 - Vigência: 24
14 meses - Recursos: R\$150.000,00 - Resumo do Objeto: Repasse de recursos pela Fundep à
15 Funcamp com vistas ao desenvolvimento do projeto “Aquecedor para uso em calçados
16 especiais baseado em filme condutor flexível em nanofitas de grafeno/grafite” - Parecer:
17 Cepe-118/2017. 25) Proc. nº 01-P-30699/2016, do Centro de Componentes Semicondutores -
18 Termo de Acordo - Partes: Unicamp/Funcamp e Fundação de Desenvolvimento da Pesquisa -
19 Fundep - Executores: Stanislav Moschkalev e Lucas Heitzmann Gabrielli - Data de
20 Assinatura: 1º.02.17 - Vigência: 24 meses - Recursos: R\$100.000,00 - Resumo do Objeto:
21 Repasse de recursos pela Fundep à Funcamp com vistas ao desenvolvimento do projeto
22 “Desenvolvimento de um novo material nanoestruturado condutor a partir de grafite natural” -
23 Parecer: Cepe-119/2017. 26) Proc. nº 25-P-32434/2015, do Centro Multidisciplinar para
24 Investigação Biológica na Área da Ciência de Animais de Laboratório - Contrato de Prestação
25 de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Fundação Centros de Referência em Tecnologias
26 Inovadoras - Certi - Executores: Rovilson Gilioli e Daniele Masselli Rodrigues Demolin -
27 Data de Assinatura: 13.03.17 - Vigência: 90 dias - Recursos: R\$40.320,00 - Resumo do
28 Objeto: Prestação de consultoria com monitorização sanitária completa: necropsia completa;
29 estudo parasitológico (IFI, IHA, MA) para vírus murinos, batériase *Toxoplasma gondii* e
30 consultoria com painel de testes moleculares para gêneros: *Helicobacter* spp, norovírus
31 murinho (MNV) e Parvovírus murinos, de acordo com proposta apresentada pelo Cemib -
32 Parecer: Cepe-120/2017. 27) Proc. nº 01-P-25045/2015, do Centro de Estudos de Petróleo -
33 Aditivo 01 ao Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores:
34 Ana Maria Frattini Fileti e Natache do Socorro Dias Arrifano Sassim - Data de Assinatura:
35 22.02.17 - Resumo do Objeto: Alterar o Plano de Trabalho do Termo de Cooperação que
36 objetivou a execução do projeto de P&D “Desenvolvimento de um protótipo industrial de
37 uma sonda ultrassônica para identificação do padrão de escoamento e determinação da fração
38 de gás de escoamentos multifásicos” - Parecer: Cepe-121/2017. 28) Proc. nº 01-P-
39 15715/2016, do Centro de Estudos de Petróleo - Acordo de Projeto - Partes:
40 Unicamp/Funcamp e Statoil Brasil Óleo e Gás Ltda. - Executores: Alexandre Campana Vidal

1 e Osvaldo Vidal Trevisan - Data de Assinatura: 12.12.16 - Vigência: 24 meses - Recursos:
2 R\$2.690.527,80 - Resumo do Objeto: Alterar algumas das condições comerciais previstas no
3 Acordo Estrutural e incluir novas condições e tem como escopo a execução pela Unicamp do
4 Projeto de Caracterização petrofísica multiescala de reservatórios do pré-sal - Parecer: Cepe-
5 84/2017. 29) Proc. nº 01-P-12831/2016, do Centro de Lógica, Epistemologia e História da
6 Ciência - Termo Aditivo nº 1 ao Acordo de Cooperação Acadêmica - Partes: Unicamp e Povo
7 Paiter Suruí/Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí - Executores: Cláudia Marinho
8 Wanderley e Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano - Data de Assinatura: 02.06.16 - Vigência: 05
9 anos - Resumo do Objeto: Execução do Plano de Trabalho “Interações Produtivas Locais” -
10 Parecer: Cepe-85/2017. 30) Proc. nº 01-P-12835/2016, do Centro de Lógica, Epistemologia e
11 História da Ciência - Acordo de Cooperação Acadêmica - Partes: Unicamp e Povo Paiter
12 Suruí/Associação Metareilá do Povo Indígena Suruí - Executores: Cláudia Marinho
13 Wanderley e Ítala Maria Loffredo D'Ottaviano - Vigência: indeterminada - Resumo do
14 Objeto: Promover ampla cooperação por meio de publicações, realização de projetos e
15 intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes, membros da comunidade e membros
16 técnico-administrativos - Parecer: Cepe-86/2017. 31) Proc. nº 31-P-1434/2016, do Centro
17 Pluridisciplinar de Pesquisas Químicas, Biológicas e Agrícolas - Contrato de Prestação de
18 Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Centro de Tecnologia Canavieira S.A. – CTC -
19 Executores: Derlene Attili de Angelis e Fabiana Fantinatti Garboggini - Data de assinatura:
20 11.11.15 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$12.000,00 - Resumo do Objeto: Prestação de
21 serviço de depósito de Culturas de Microrganismos - Parecer: Cepe-4/2017 - 32) Proc. nº 36-
22 P-25219/2016, da Faculdade de Ciências Aplicadas - Convênio 01 - Partes:
23 Unicamp/Funcamp e Companhia Brasileira de Alumínio - CBA - Executores: Rodrigo José
24 Contieri e Alessandra Cremasco - Data de Assinatura: 12.09.16 - Vigência: 12 meses -
25 Recursos: R\$55.449,91 - Resumo do Objeto: Execução do projeto “União de perfis e chapas
26 de ligas de alumínio por FSW” - Parecer: Cepe-122/2017. 33) Proc. nº 02-P-11537/2016, da
27 Faculdade de Ciências Médicas - Convênio de Cooperação - Partes: Unicamp e Androfert -
28 Clínica de Andrologia e Reprodução Humana S.C. Ltda. - Executores: Ubirajara Ferreira e
29 Paulo Cesar Rodrigues Palma - Data de Assinatura: 11.03.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do
30 Objeto: Ampla cooperação entre as partícipes, com a finalidade de colaborar no
31 desenvolvimento do Programa de Residência Médica em Urologia do Departamento de
32 Cirurgia, da Faculdade de Ciências Médicas, oferecendo formação complementar aos médicos
33 residentes do terceiro ano - Parecer: Cepe-87/2017. 34) Proc. nº 19-P-30250/2016, da
34 Faculdade de Educação - Convênio de Cooperação - Partes: Unicamp e Universidade Federal
35 da Paraíba - UFPB - Executores: Ana Lucia Guedes Pinto e Claudia Beatriz de Castro
36 Nascimento Ometto - Data de Assinatura: 21.02.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:
37 Ampla cooperação, com a finalidade de execução do projeto de trabalho e pesquisa
38 “Letramentos, identidades e trabalho docente: possibilidades para a formação inicial de
39 professores” - Parecer: Cepe-123/2017. 35) Proc. nº 04-P-23377/2016, da Faculdade de
40 Engenharia de Alimentos - Termo Aditivo 02 ao Convênio de Cooperação - Partes: Unicamp

1 e Universidade Federal do Oeste do Pará - Ufopa - Executores: Mario Roberto Maróstica
2 Junior e Juliano Lemos Bicas - Vigência: 01 ano - Resumo do Objeto: Execução dos Planos
3 de Trabalho “Avaliação do teor de fibra alimentar da polpa de bacaba (*Oenocarpus bacaba*
4 Mart.) para futuros estudos de funcionalidade” e “Avaliação do teor de proteínas, lipídeos e
5 cinzas totais da polpa de bacaba (*Oenocarpus bacaba* Mart.)” - Parecer: Cepe-88/2017. 36)
6 Proc. nº 29-P-15423/2016, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - Convênio
7 de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Instituto de Pesquisa, Desenvolvimento e
8 Automação – IPDA - Executores: Luís Geraldo Pedroso Meloni e Paulo Cardieri - Data de
9 Assinatura: 02.01.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Ampla cooperação entre as
10 partícipes, com a finalidade de fomentar a pesquisa, desenvolvimento e inovação nos mais
11 diferentes segmentos de forma a prover para a sociedade brasileira produtos, *software* e
12 soluções focados na busca da melhoria do bem-estar e em sintonia com os aspectos da
13 sustentabilidade - Parecer: Cepe-124/2017. 37) Proc. nº 29-P-24925/2016, da Faculdade de
14 Engenharia Elétrica e de Computação - Acordo de Cooperação Técnica e Científica - Partes:
15 Unicamp/Funcamp e Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. - Executores: Luís Geraldo
16 Pedroso Meloni e Paulo Cardieri - Data de Assinatura: 10.11.16 - Vigência: 05 anos - Resumo
17 do Objeto: Estabelecer condições gerais para implementação do projeto “Capacitação em
18 tecnologia da informação” por meio de concessão de bolsas e de complementação de bolsas
19 de iniciação científica, mestrado, doutorado e pós-doutorado para alunos regularmente
20 matriculados na Unicamp e ligados às áreas de Engenharia Elétrica e Engenharia da
21 Computação - Parecer: Cepe-126/2017. 38) Proc. nº 29-P-24618/2016, da Faculdade de
22 Engenharia Elétrica e de Computação - Convênio Específico 01 ao Acordo de Cooperação
23 Técnica e Científica - Partes: Unicamp/Funcamp e Samsung Eletrônica da Amazônia Ltda. -
24 Executores: Cristian Rodolfo Esteve Rothenberg e Luis Geraldo Meloni - Data de Assinatura:
25 10.11.16 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$28.454,50 - Resumo do Objeto: Execução do
26 subprojeto “Hyper Realistic Media - HRM” - Parecer: Cepe-125/2017. 39) Proc. nº 29-P-
27 4117/2016, da Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação - Instrumento Contratual
28 de Prestação de Serviços e outras Avenças - Partes: Unicamp/Funcamp, Companhia Luz e
29 Força Santa Cruz - CPFL Santa Cruz e Rio Grande Energia - RGE - Executores: Luiz Carlos
30 Pereira da Silva e Walmir Freitas Filho - Data de Assinatura: 17.11.16 - Vigência: 32 meses a
31 partir de 1º.12.16 - Recursos: R\$2.188.450,00 - Resumo do Objeto: Execução do Projeto
32 “PA3020 - Projeto de P&D Desenvolvimento de sistemas inteligentes para monitoramento,
33 desagregação e análise de consumo utilizando tecnologias modernas de sensoriamento” -
34 Parecer: Cepe-89/2017. 40) Proc. nº 03-P-30523/2012, da Faculdade de Engenharia Mecânica
35 - Aditivo 04 ao Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores:
36 Kátia Lucchesi Cavalca Dedini e Hélio Fiori de Castro - Data da Assinatura: 27.12.16 -
37 Resumo do Objeto: Dilatar por mais 365 dias o prazo de vigência do Termo de Cooperação
38 que objetivou a união de esforços para o desenvolvimento do projeto de P&D “Análise de
39 rotores de acordo com o API (Americam Petroleum Institute)” - Parecer: Cepe-90/2017. 41)
40 Proc. nº 03-P-28845/2014, da Faculdade de Engenharia Mecânica - Aditivo 02 ao Termo de

1 Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Marco Lúcio Bittencourt e
2 Paulo Roberto Gardel Kurka - Data de Assinatura: 27.12.16 - Resumo do Objeto: Dilatar por
3 mais 180 dias o prazo de vigência do Termo de Cooperação que objetivou a união de esforços
4 para o desenvolvimento do projeto de P&D “Vibração Torcional em Compressores” -
5 Parecer: Cepe-91/2017. 42) Proc. nº 38-P-14972/2016, da Faculdade de Enfermagem -
6 Protocolo de Colaboração - Partes: Unicamp e Escola Superior de Enfermagem de Coimbra -
7 ESEnfC - Executores: Maria Isabel Pedreira de Freitas e Maria Helena de Melo Lima - Data
8 de Assinatura: 24.01.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Estabelecer uma cooperação
9 acadêmica, científica e cultural entre as duas instituições - Parecer: Cepe-92/2017. 43) Proc.
10 nº 15-P-26625/2016, do Hospital de Clínicas - Convênio - Partes: Unicamp e Ministério da
11 Saúde - Executores: João Batista de Miranda e José Roberto Matos Souza e Antonio
12 Gonçalves de Oliveira Filho - Data de Assinatura: 28.11.16 - Vigência: 365 dias - Recursos:
13 R\$100.000,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento e material permanente para
14 Unidade de Atenção Especializada em Saúde, visando o fortalecimento do SUS - Parecer:
15 CAD-21/2017. 44) Proc. nº 15-P-26627/2016, Hospital de Clínicas - Convênio - Partes:
16 Unicamp e Ministério da Saúde - Executores: João Batista de Miranda, José Roberto Matos
17 Souza e Antonio Gonçalves de Oliveira Filho - Data de Assinatura: 04.11.16 - Vigência: 365
18 dias - Recursos: R\$500.000,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento e material
19 permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde, visando o fortalecimento do
20 SUS - Parecer: CAD-22/2017. 45) Proc. nº 15-P-26629/2016, do Hospital de Clínicas -
21 Convênio - Partes: Unicamp e Ministério da Saúde - Executores: João Batista de Miranda,
22 José Roberto Matos Souza e Antonio Gonçalves de Oliveira Filho - Data de Assinatura:
23 07.11.16 - Vigência: 365 dias - Recursos: R\$300.000,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de
24 equipamento e material permanente para Unidade de Atenção Especializada em Saúde,
25 visando o fortalecimento do SUS - Parecer: CAD-23/2017. 46) Proc. nº 15-P-20653/2016, do
26 Hospital de Clínicas - 1) Convênio de Cooperação Científica e Tecnológica - Partes: Unicamp
27 e Instituto de Pesquisas Eldorado - Executores: João Batista de Miranda e José Roberto Matos
28 Souza - Data de Assinatura: 24.10.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Realização de
29 parceria onde o Instituto Eldorado poderá desenvolver juntamente com o Hospital de Clínicas,
30 projetos que visam o desenvolvimento da tecnologia para assistência em saúde, gestão de
31 processos hospitalares e segurança de pacientes em hospitais, a fim de adquirirem
32 conhecimento suficiente para atuar em novos projetos com os mais variados parceiros da área;
33 2) Acordo de Confidencialidade - Data de Assinatura: 24.10.16 - Vigência: 05 anos - Resumo
34 do Objeto: Troca recíproca de informações confidenciais - Parecer: Cepe-127/2017. 47) Proc.
35 nº 32-P-30416/2016, do Centro de Hematologia e Hemoterapia - Contrato de Prestação de
36 Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Araras -
37 Executores: Margareth Castro Ozelo e Sara Teresinha Olalla Saad - Data de Assinatura:
38 03.03.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Realização de exames laboratoriais de
39 pacientes - Parecer: CAD-24/2017. 48) Proc. nº 32-P-23073/2015, do Centro de Hematologia
40 e Hemoterapia - Convênio nº 836297 - Partes: Unicamp e Ministério da Saúde - Executores:

1 Margareth Castro Ozelo e Sara Teresinha Olalla Saad - Data de Assinatura: 27.09.16 -
2 Vigência: 365 dias - Recursos: R\$135.000,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento
3 e material permanente para Unidade de Hematologia e Hemoterapia, visando o fortalecimento
4 do SUS - Parecer: CAD-13/2017. 49) Proc. nº 32-P-23461/2015, do Centro de Hematologia e
5 Hemoterapia - Convênio nº 836295 - Partes: Unicamp e Ministério da Saúde - Executores:
6 Margareth Castro Ozelo e Sara Teresinha Olalla Saad - Data de Assinatura: 28.09.16 -
7 Vigência: 365 dias - Recursos: R\$259.262,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento
8 e material permanente para Unidade de Hematologia e Hemoterapia, visando o fortalecimento
9 do SUS - Parecer: CAD-14/2017. 50) Proc. nº 32-P-23076/2015, do Centro de Hematologia e
10 Hemoterapia - Convênio nº 836299 - Partes: Unicamp e Ministério da Saúde - Executores:
11 Margareth Castro Ozelo e Sara Teresinha Olalla Saad - Data de Assinatura: 27.09.16 -
12 Vigência: 365 dias - Recursos: R\$307.730,00 - Resumo do Objeto: Aquisição de equipamento
13 e material permanente para atenção aos portadores de doenças hematológicas, visando o
14 fortalecimento do SUS - Parecer: CAD-15/2017. 51) Proc. nº 07-P-27084/2016, do Instituto
15 de Biologia - Acordo de Fornecimento de Informações - Partes: Unicamp e Fibria Celulose
16 S.A. - Executores: Fernando Roberto Martins e Marcos José Salvador - Data de Assinatura:
17 21.12.16 - Vigência: 04 anos - Resumo do Objeto: Estabelecer condições a ser observadas
18 pelas partes para o uso das Informações Confidenciais trocadas entre elas - Parecer: Cepe-
19 128/2017. 52) Proc. nº 34-P-22484/2015, do Instituto de Computação - Termo Aditivo 01 ao
20 Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp, Instituto de Pesquisas Eldorado e Motorola Mobility
21 Comércio de Produtos Eletrônicos Ltda. - Executores: Jacques Wainer e Eduardo Alves do
22 Valle Junior - Data de Assinatura: 23.12.16 - Vigência: até 31.12.17 - Recursos:
23 R\$1.203.930,00 - Resumo do Objeto: Alteração das Cláusulas 1ª (Objeto), 4ª (Recursos,
24 Pagamentos e Reajustes), 5ª (Propriedade Intelectual) e 8ª (Vigência), para inclusão de novas
25 atividades no Plano de Trabalho, bem como para a exclusão da participação do Instituto de
26 Pesquisas Eldorado - Parecer: Cepe-129/2017. 53) Proc. nº 21-P-31820/2015, do Instituto de
27 Estudos da Linguagem - Convênio Geral de Cooperação - Partes: Unicamp e Universidade
28 Estadual de Nova York em Stony Brook - EUA - Executores: Marcos Aparecido Lopes e
29 Jefferson Cano - Data de Assinatura: 25.10.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:
30 Realização de atividades nas áreas de intercâmbio de estudantes, de pessoal docente e
31 acadêmico, de programas de ensino e culturais, de colaboração entre programas de graduação
32 e pós-graduação e de pesquisa colaborativa - Parecer: Cepe-93/2017. 54) Proc. nº 22-P-
33 32369/2015, do Instituto de Geociências - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Finep -
34 Executores: Wilson Suzigan e Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho - Data de Assinatura:
35 20.10.16 - Vigência: 24 meses - Recursos: R\$249.968,35 - Resumo do Objeto: Transferência
36 de recursos financeiros, pela concedente à conveniente, para execução do projeto “Revista
37 Brasileira de Inovação 3” - Parecer: CAD-16/2017. 55) Proc. nº 01-P-12189/2016, da Agência
38 de Inovação da Unicamp - Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Isla Sementes Ltda. -
39 Executores: Milton Mori e Ilio Montanari Júnior - Data de Assinatura: 16.11.16 - Vigência:
40 05 anos - Recursos: R\$50.000,00 - Resumo do Objeto: Fornecimento em caráter exclusivo da

1 tecnologia desenvolvida pela Unicamp para produção e comercialização pela Isla de
2 sementes, mudas e outros propágulos da cultivar de carqueja, *Baccharis Trimeria* (Less.) DC.,
3 denominada CPQBA1 - Parecer: Cepe-94/2017. 56) Proc. nº 01-P-12193/2016, da Agência de
4 Inovação da Unicamp - Contrato - Partes: Unicamp/Funcamp e Isla Sementes Ltda. -
5 Executores: Milton Mori e Ilio Montanari Júnior - Data de Assinatura: 16.11.16 - Vigência:
6 05 anos - Recursos: R\$50.000,00 - Resumo do Objeto: Fornecimento em caráter exclusivo da
7 tecnologia desenvolvida pela Unicamp para produção e comercialização pela Isla de
8 sementes, mudas e outros propágulos da cultivar de macela, *Achyrocline satureioides* (Lam.)
9 DC., denominada CPQBA2 - Parecer: Cepe-95/2017. 57) Proc. nº 01-P-24217/2016, da
10 Agência de Inovação da Unicamp - Acordo de Confidencialidade - Partes: Unicamp e Natura
11 Inovação e Tecnologia de Produtos Ltda. - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal
12 Gestic - Data de Assinatura: 23.12.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Troca
13 recíproca de “Informações Confidenciais” - Parecer: Cepe-96/2017. 58) Proc. nº 01-P-
14 28818/2016, da Agência de Inovação da Unicamp - Acordo de Confidencialidade - Partes:
15 Unicamp e EMS S.A. - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic - Data de
16 Assinatura: 20.12.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Troca recíproca de
17 “Informações Confidenciais” - Parecer: Cepe-97/2017. 59) Proc. nº 01-P-29759/2016, da
18 Agência de Inovação da Unicamp - Acordo de Confidencialidade - Partes: Unicamp e
19 Instituto Vita Nova - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic - Data de
20 Assinatura: 20.12.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Troca recíproca de
21 “Informações Confidenciais” - Parecer: Cepe-98/2017. 60) Proc. nº 01-P-29761/2016, da
22 Agência de Inovação da Unicamp - Acordo de Confidencialidade - Partes: Unicamp e
23 Instituto Vita Nova - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic - Data de
24 Assinatura: 20.12.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Troca recíproca de
25 “Informações Confidenciais” - Parecer: Cepe-99/2017. 61) Proc. nº 01-P-29766/2016, da
26 Agência de Inovação da Unicamp - Acordo de Confidencialidade - Partes: Unicamp e EMS
27 S.A. - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic - Data de Assinatura: 20.12.16 -
28 Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Troca recíproca de “Informações Confidenciais” -
29 Parecer: Cepe-100/2017. 62) Proc. nº 01-P-30903/2016, da Agência de Inovação da Unicamp
30 - Acordo de Confidencialidade - Partes: Unicamp e Aché Laboratórios Farmacêuticos S.A. -
31 Executores: Milton Mori e Patricia Franco Leal Gestic - Data de Assinatura: 05.12.16 -
32 Vigência: 10 anos - Resumo do Objeto: Troca recíproca de “Informações Confidenciais” -
33 Parecer: Cepe-101/2017. 63) Proc. nº 01-P-1174/2017, da Agência de Inovação da Unicamp -
34 Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Luís Américo Dege Maia - Executores: Milton Mori
35 e Patrícia Franco Leal Gestic - Data de Assinatura: 08.03.17 - Vigência: 12 meses - Recursos:
36 R\$350,00/mês - Resumo do Objeto: Regulamentar as relações, estabelecer a participação no
37 processo de incubação, bem como as condições de desenvolvimento do projeto a ser pré-
38 incubado, modalidade não residente - Parecer: Cepe-102/2017. 64) Proc. nº 01-P-24696/2016,
39 da Agência de Inovação da Unicamp - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Rodnei
40 Domingues - ME - Instituto Axxus - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic -

1 Data de Assinatura: 09.02.17 - Vigência: 36 meses - Recursos: R\$550,00/mês, no primeiro
2 ano; R\$650,00/ mês, no segundo ano; e R\$750,00/mês, no terceiro ano - Resumo do Objeto:
3 Regularizar as relações entre as partes, estabelecendo as condições de permissão de uso, a
4 título precário, de espaço físico nas dependências da Incamp, necessárias à instalação, em
5 caráter temporário, da sede do Instituto Axxus - Parecer: CAD-17/2017. 65) Proc. nº 01-P-
6 29660/2016, da Agência de Inovação da Unicamp - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e
7 Hoobox Robotics Tecnologia do Brasil Ltda. - ME - Executores: Milton Mori e Patrícia
8 Franco Leal Gestic - Data de Assinatura: 02.03.17 - Vigência: 36 meses. Recursos:
9 R\$550,00/mês, no primeiro ano; R\$650,00/ mês, no segundo ano; e R\$750,00/mês, no
10 terceiro ano - Resumo do Objeto: Regularizar as relações entre as partes, estabelecendo as
11 condições de permissão de uso, a título precário, de espaço físico nas dependências da
12 Incamp, necessárias à instalação, em caráter temporário, da sede da Hoobox Robotics -
13 Parecer: CAD-18/2017. 66) Proc. nº 01-P-28595/2016, da Agência de Inovação da Unicamp -
14 Contrato de Licença de Exploração de Tecnologia - Partes: Unicamp/Funcamp e Agricef -
15 Soluções Tecnológicas para Agricultura Ltda. - Executores: Milton Mori e Paulo Sérgio
16 Graziano Magalhães - Data de Assinatura: 23.02.17 - Vigência: 18 meses - Recursos:
17 R\$380,00/hora - Resumo do Objeto: Licenciamento não exclusivo, a título oneroso, pela
18 Unicamp à Agricef, dos direitos de uso e exploração da tecnologia objeto do pedido de
19 patente nº PI0502658-0 “Sistema e processo de monitoramento de peso em esteiras de
20 transporte de produtos com taliscas” - Parecer: Cepe-130/2017. 67) Proc. nº 01-P-
21 30928/2016, da Agência de Inovação da Unicamp - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e
22 Wikiped - Educação em Saúde Ltda. - ME - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal
23 Gestic - Data de Assinatura: 09.03.17 - Vigência: 36 meses - Recursos: R\$550,00/mês, no
24 primeiro ano; R\$650,00/mês, no segundo ano e R\$750,00/mês, no terceiro ano - Resumo do
25 Objeto: Regularização das relações, estabelecendo as condições de permissão de uso, a
26 título precário, de espaço físico nas dependências da Incamp, necessárias à instalação da sede
27 da empresa - Parecer: Cepe-131/2017. 68) Proc. nº 11-P-18712/2014, do Instituto de Química
28 - Aditivo 04 ao Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores:
29 Heloíse de Oliveira Pastore e José Alberto Fracassi da Silva - Data da Assinatura: 03.03.17 -
30 Resumo do Objeto: Alterar o Plano de Trabalho para viabilizar o andamento das atividades
31 ainda pendentes, visando o desenvolvimento do projeto “Captura de CO2 em materiais
32 nanoestruturados, Fase II - Sólidos lamelares expandidos e desfolhados” - Parecer: Cepe-
33 132/2017. 69) Proc. nº 01-P-30870/2016, do Núcleo de Acompanhamento e Gestão dos
34 Convênios SES - Convênio de Parceria - Partes: Unicamp/Funcamp e Secretaria de Estado da
35 Saúde - Executores: Lair Zambon e Luiz Roberto Lopes - Data de Assinatura: 1º.01.17 -
36 Vigência: 05 anos - Recursos: R\$57.000.000,00 - Resumo do Objeto: Discriminar as
37 atribuições, responsabilidades e obrigações na operacionalização da gestão e execução das
38 atividades e serviços de saúde a serem executadas pela Unicamp no Ambulatório Médico de
39 Especialidades de Santa Bárbara D’Oeste - AME Santa Bárbara, no âmbito do Estado de São
40 Paulo - Parecer: CAD-25/2017. 70) Proc. nº 01-P-9445/2015, da Vice-Reitoria Executiva de

1 Relações Internacionais - Memorando de Entendimento - Partes: Unicamp e University of
2 Northumbria - Newcastle - Reino Unido - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e
3 Gustavo Paim Valença - Data de Assinatura: 02.09.15 - Vigência: 03 anos - Resumo do
4 Objeto: Estabelecer relacionamento, cooperar em uma ampla gama de áreas e de trabalhar em
5 conjunto para benefício mútuo - Parecer: Cepe-103/2017. 71) Proc. nº 01-P-17242/2016, da
6 Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Memorando de Entendimento - Partes:
7 Unicamp e Virginia Commonwealth University - EUA - Executores: Luís Augusto Barbosa
8 Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura: 02.01.17 - Vigência: 03 anos -
9 Resumo do Objeto: Declaração de intenções de desenvolver intercâmbio acadêmico e cultural
10 para avançar na descoberta de novos conhecimentos, expressão criativa e inovação, melhora
11 do ensino e aprendizagem e reforço do impacto positivo nas suas comunidades, de modo que
12 concordam em trabalhar juntas em direção à internacionalização do ensino superior - Parecer:
13 Cepe-104/2017. 72) Proc. nº 01-P-25969/2016, da Vice-Reitoria Executiva de Relações
14 Internacionais - Protocolo de Cooperação - Partes: Unicamp e Universidade da Beira Interior -
15 UBI - Portugal - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Gustavo Paim Valença - Data de
16 Assinatura: 30.01.17 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Promover ampla
17 cooperação por meio de publicações, realização de projetos e intercâmbio de
18 docentes/pesquisadores e estudantes - Parecer: Cepe-105/2017. 73) Proc. nº 01-P-29394/2016,
19 da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica
20 Internacional - Partes: Unicamp e Faculdade de Línguas Estrangeiras da Universidade Nankai
21 - China - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de
22 Assinatura: 20.12.16 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Promover ampla
23 cooperação por meio de publicações, realização de projetos e intercâmbio de
24 docentes/pesquisadores, estudantes de pós-graduação e graduação e técnicos administrativos -
25 Parecer: Cepe-106/2017. 74) Proc. nº 01-P-30181/2016, da Vice-Reitoria Executiva de
26 Relações Internacionais - Acordo Geral de Intercâmbio Acadêmico - Partes: Unicamp e
27 Peking University - PKU - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Gustavo Paim
28 Valença - Data de Assinatura: 07.12.16 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Promover
29 ampla cooperação por meio da realização de projetos, intercâmbio de pesquisadores/
30 estudantes e de informações - Parecer: Cepe-107/2017. 75) Proc. nº 01-P-367/2017, da Vice-
31 Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica
32 Internacional - Partes: Unicamp e Universidad Nacional del Centro del Peru - UNCP -
33 Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura:
34 23.02.17 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Promover ampla cooperação por
35 meio de publicações, realização de projetos e intercâmbio de docentes/pesquisadores,
36 estudantes de graduação e pós-graduação e membros técnico-administrativos - Parecer: Cepe-
37 108/2017. 76) Proc. nº 01-P-1016/2017, da Vice-Reitoria Executiva de Relações
38 Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional - Partes: Unicamp e Centro
39 Universitário de Artes TAI - Madrid, Espanha - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e
40 Gustavo Paim Valença - Data de Assinatura: 23.02.17 - Vigência: indeterminada - Resumo do

1 Objeto: Promover ampla cooperação por meio de publicações, realização de projetos e
2 intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e membros técnico-administrativos -
3 Parecer: Cepe-109/2017. 77) Proc. nº 01-P-26240/2016, da Vice-Reitoria Executiva de
4 Relações Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica Internacional - Partes: Unicamp
5 e UiT The Arctic University of Norway - Noruega - Executores: Luís Augusto Barbosa
6 Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura: 19.01.17 - Vigência: 05 anos -
7 Resumo do Objeto: Fomentar a cooperação acadêmica por meio de projetos de pesquisa em
8 comum e/ou intercâmbio de docentes, pesquisadores, estudantes de graduação e pós-
9 graduação e técnico-administrativos - Parecer: Cepe-133/2017. 78) Proc. nº 01-P-30193/2016,
10 da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica
11 Internacional - Partes: Unicamp e Universidad Señor de Sipán - USS - Peru - Executores:
12 Luís Augusto Barbosa Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura: 08.03.17 -
13 Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Fomentar a cooperação acadêmica por meio de
14 projetos de pesquisa em comuns e/ou o intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes de
15 graduação e pós-graduação, com o reconhecimento mútuo dos cursos realizados na
16 universidade parceira, e membros técnico-administrativos de cada instituição - Parecer: Cepe-
17 134/2017. 79) Proc. nº 01-P-30358/2016, da Vice-Reitoria Executiva de Relações
18 Internacionais - Acordo de Cooperação Acadêmica e Intercâmbio - Partes: Unicamp e
19 Universidade de Tsukuba - Japão - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Celso
20 Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura: 28.02.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:
21 Promover ampla cooperação por meio de publicações, realização de projetos e intercâmbio de
22 docentes/pesquisadores, estudantes e de informações - Parecer: Cepe-135/2017. 80) Proc. nº
23 01-P-368/2017, da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de
24 Cooperação Acadêmica Internacional - Partes: Unicamp e Universidad Católica San Pablo -
25 Peru - Executores: Luis Augusto Barbosa Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de
26 Assinatura: 23.02.17 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Promover ampla
27 cooperação por meio de publicações, realização de projetos e intercâmbio de
28 docentes/pesquisadores, estudantes e técnico-administrativos - Parecer: Cepe-136/2017. 81)
29 Proc. nº 01-P-373/2017, da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de
30 Cooperação Acadêmica - Partes: Unicamp e Faculty of Science and Technology, Umea
31 University - Suécia - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Gustavo Paim Valença -
32 Data de Assinatura: 23.02.17 - Vigência: indeterminada - Resumo do Objeto: Promover
33 ampla cooperação por meio de publicações, realização de projetos e intercâmbio de
34 docentes/pesquisadores, estudantes e técnico-administrativos - Parecer: Cepe-137/2017. 82)
35 Proc. nº 01-P-827/2017, da Vice-Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Acordo de
36 Cooperação Acadêmica Internacional - Partes: Unicamp e Kansai University - Japão -
37 Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura:
38 21.03.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Promover ampla cooperação por meio de
39 publicações, realização de projetos e intercâmbio de docentes/pesquisadores, estudantes e
40 técnico-administrativos - Parecer: Cepe-138/2017. 83) Proc. nº 01-P-2168/2017, da Vice-

1 Reitoria Executiva de Relações Internacionais - Memorando de Entendimento - Partes:
2 Unicamp e Victoria University of Wellington - Nova Zelândia - Executores: Luís Augusto
3 Barbosa Cortez e Celso Kazuyuki Morooka - Data de Assinatura: 23.02.17 - Vigência: 05
4 anos - Resumo do Objeto: Estabelecer laços mais estreitos e relações de colaboração, a fim de
5 facilitar o estabelecimento de programas e atividades de cooperação - Parecer: Cepe-
6 139/2017. 84) Proc. nº 01-P-2328/2017, da Vice-Reitoria Executiva de Relações
7 Internacionais - Acordo de Cooperação - Partes: Unicamp e University of Essex - Reino
8 Unido - Executores: Luís Augusto Barbosa Cortez e Gustavo Paim Valença - Data de
9 Assinatura: 15.03.17 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto: Admissão de estudantes de
10 graduação e pós-graduação em um programa de intercâmbio acadêmico mediante a
11 recomendação de seus respectivos Escritórios de Relações Internacionais - Parecer: Cepe-
12 140/2017. c) Encerrados - Para Homologação - 85) Proc. nº 01-P-8771/2013, do Centro de
13 Estudos de Petróleo - 2º Termo Aditivo ao Contrato de Prestação de Serviços - Partes:
14 Unicamp/Funcamp e Repsol Sinopec Brasil S.A. - Executores: Osvaldo Vidal Trevisan e
15 Antônio Carlos Bannwart - Data de Assinatura: 03.03.16 - Resumo do Objeto: Prorrogar o
16 prazo de vigência por mais 4 meses, a partir de 21.03.16, do Contrato que visou a execução,
17 pela Unicamp, dos serviços relacionados às atividades do projeto “Cinética de formação de
18 sólidos na precipitação de asfaltenos em reservatórios a alta pressão” - Parecer: Cepe-
19 110/2017. 86) Proc. nº 01-P-8634/2013, do Centro de Estudos de Petróleo - 1) Aditivo 01 ao
20 Termo de Cooperação - Partes: Unicamp/Funcamp e Petrobras - Executores: Denis José
21 Schiozer e Rosângela Barros Zanoni Lopes Moreno - Data de Assinatura: 21.06.16 - Resumo
22 do Objeto: Dilatar o prazo da vigência do Termo de Cooperação por mais 150 dias; 2) Aditivo
23 02 ao Termo de Cooperação - Data de Assinatura: 23.09.16 - Resumo do Objeto: Alterar o
24 Plano de Trabalho do Termo de Cooperação - Parecer: Cepe-141/2017. 87) Proc. nº 02-P-
25 22063/2014, da Faculdade de Ciências Médicas - Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e
26 Município de Sorocaba por intermédio da Secretaria da Saúde - Executores: Rosana Teresa
27 Onocko Campos e Carlos Roberto Silveira Corrêa - Data de Assinatura: 22.12.14 - Vigência:
28 12 meses - Recursos: R\$436.500,00 - Resumo do Objeto: Execução de projeto de percursos
29 formativos na Raps: Intercâmbio entre experiências e supervisão clínico institucional,
30 previamente aprovado em edital do Ministério da Saúde - Parecer: Cepe-142/2017. 88) Proc.
31 nº 28-P-17909/2014, da Faculdade de Engenharia Agrícola - Termo Aditivo 01 ao Contrato
32 de Prestação de Serviços - Partes: Unicamp/Funcamp e Centro Nacional de Pesquisas em
33 Energia e Materiais - CNPEM - Executores: Paulo Sérgio Graziano Magalhães e Angel Pontin
34 Garcia - Data de Assinatura: 20.07.15 - Resumo do Objeto: Prorrogar até 20.08.16 a vigência
35 do Contrato nº 353/14 que visou a prestação de serviços, consubstanciada em 500 horas de
36 usinagem de peças especiais utilizadas em projetos desenvolvidos pelo CNPEM - Parecer:
37 Cepe-143/2017. 89) Proc. nº 05-P-16699/2012, da Faculdade de Engenharia Civil,
38 Arquitetura e Urbanismo - Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato - Partes:
39 Unicamp/Funcamp e Porto Primavera Transmissora de Energia S.A. - PPTE - Executores:
40 Paulo Vatauvuk e Paulo Sérgio Franco Barbosa - Data de Assinatura: 15.02.15 - Resumo do

1 Objeto: Prorrogar até 20.10.15 o prazo de vigência do Contrato que visou regular o
2 desenvolvimento e a execução, pela Unicamp, das etapas, atividades e ações de sua
3 responsabilidade no projeto “Metodologia de dimensionamento e desenvolvimento de
4 anteparos naturais para proteção contra falhas em redes decorrentes de intempéries”,
5 objetivando atender ao Programa Anual de Pesquisa e Desenvolvimento da Agência Nacional
6 de Energia Elétrica - Aneel - Parecer: Cepe-111/2017. 90) Proc. nº 01-P-15902/2011, do
7 Grupo Gestor de Benefícios Sociais - Convênio - Partes: Unicamp, Banco do Brasil S.A. e BB
8 Leasing S.A. - Arrendamento Mercantil - Executores: Edison Cardoso Lins e Ricardo
9 Trainotti Rabonato - Data de Assinatura: 17.07.11 - Vigência: 05 anos - Resumo do Objeto:
10 Abertura de uma linha de crédito para os funcionários da Unicamp - Parecer: CAD-26/2017.
11 91) Proc. nº 15-P-236/2014, do Hospital de Clínicas - Convênio - Partes: Unicamp e
12 Ministério da Saúde - Executores: João Batista de Miranda, José Roberto Matos Souza e
13 Antonio Gonçalves de Oliveira Filho - Data de Assinatura: 27.12.13 - Vigência: de 27.12.13 a
14 29.04.16 (prorrogado através de ofícios) - Recursos: R\$555.740,00 - Resumo do Objeto:
15 Apoio técnico e financeiro para aquisição de equipamento e material permanente para
16 Unidade de Atenção Especializada em Saúde, visando o fortalecimento do SUS - Parecer:
17 CAD-27/2017. 92) Proc. nº 15-P-30400/2013, do Hospital de Clínicas - Convênio - Partes:
18 Unicamp e Secretaria de Estado da Saúde - Executores: João Batista de Miranda, José
19 Roberto Matos Souza e Antonio Gonçalves de Oliveira Filho - Data de Assinatura: 08.04.14 -
20 Vigência: 12 meses - Recursos: R\$56.034,90 - Resumo do Objeto: Promover o fortalecimento
21 do desenvolvimento das ações e serviços de assistência à saúde prestados aos usuários do
22 SUS - Parecer: CAD-31/2017. 93) Proc. nº 07-P-30721/2012, do Instituto de Biologia -
23 Termo de Rescisão do Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Biocelere Agroindustrial Ltda.
24 - Executores: Fábio Papes e Vera Nisaka Solferini - Resumo do Objeto: Rescindir, a partir de
25 31.03.15 o Convênio para execução do projeto de pesquisa “Estudo e desenvolvimento de
26 leveduras para consumo de xilose e produção de álcool graxo, ácidos graxos e derivados,
27 intitulado Leveduras 2G” - Parecer: Cepe-112/2017. 94) Proc. nº 26-P-984/2013, do Instituto
28 de Economia - Convênio - Partes: Unicamp e Fundo Nacional de Desenvolvimento da
29 Educação - FNDE/MEC - Executores: Fernando Sarti e Marcelo Weishaupt Proni - Data de
30 Assinatura: 28.12.12 - Vigência: 1460 dias - Recursos: R\$4.121.422,65 - Resumo do Objeto:
31 Construção do edifício sede de graduação do Instituto de Economia da Unicamp - Parecer:
32 CAD-28/2017. 95) Proc. nº 01-P-23049/2015, da Agência de Inovação da Unicamp - Termo
33 de Rescisão do Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Paulo Sérgio Formágio
34 Representação Comercial - ME - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic -
35 Data de Assinatura: 08.03.17 - Resumo do Objeto: Rescindir o Convênio que regulamentou as
36 relações estabelecendo as condições de desenvolvimento do projeto a ser incubado na Incamp,
37 na modalidade não residente - Parecer: Cepe-144/2017. 96) Proc. nº 01-P-20191/2014, da
38 Agência de Inovação da Unicamp - Termo de Rescisão do Convênio - Partes:
39 Unicamp/Funcamp e Geocrop Pesquisa e Consultoria Agrícola Ltda. - ME - Executores:
40 Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic - Data da Assinatura: 24.01.17 - Resumo do

1 Objeto: Rescindir a partir de 27.07.16 o Convênio que visou regulamentar as relações entre a
2 Unicamp e a Geocrop estabelecendo as condições de permissão de uso, a título precário, de
3 espaço físico nas dependências da Incamp, necessárias à instalação, em caráter temporário, da
4 sede da Geocrop - Parecer: Cepe-113/2017. 97) Proc. nº 01-P-3332/2016, da Agência de
5 Inovação da Unicamp - Termo de Rescisão do Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Rafael
6 Vicentim Estevam - ME - Executores: Milton Mori e Patrícia Franco Leal Gestic - Data da
7 Assinatura: 16.03.17 - Resumo do Objeto: Rescindir a partir de 13.09.16 o Convênio que
8 objetivou regulamentar as relações entre a Unicamp e Clog estabelecendo as condições de
9 desenvolvimento do projeto a ser incubado na Incamp, na modalidade não residente - Parecer:
10 CAD-29/2017. 98) Proc. nº 01-P-24563/2013, da Agência de Inovação da Unicamp - Primeiro
11 Termo de Aditamento do Convênio - Partes: Unicamp/Funcamp e Ignis Tecnologia da
12 Informação e Comunicação Ltda. - Executores: Milton Mori e João Marcos Travassos
13 Romano - Data de Assinatura: 16.05.16 - Resumo do Objeto: Alterar a denominação da
14 empresa, em virtude de alteração de sua razão social para “Mundo do Saber Tecnologia da
15 Informação e Comunicação Eireli” - Parecer: CAD-30/2017. 99) Proc. nº 01-P-31198/2012,
16 do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - 1) Termo de Compromisso - Partes: Unicamp,
17 Agemcamp, Emplasa e Banco do Brasil S.A. - Executores: Carmen Cecília de Campos Lavras
18 e Carlos Raul Etulain - Data de Assinatura: 2013 - Vigência: conforme descrito na Cláusula
19 Quinta - Do Prazo - Resumo do Objeto: Prestação de serviços técnicos profissionais
20 especializados, pela Unicamp, visando a execução de três projetos; 2) Instrumento de
21 Liberação de Crédito Não Reembolsável - Partes: Unicamp, Agemcamp, Emplasa e Banco do
22 Brasil S.A. - Data da Assinatura: 1º.10.13 - Vigência: 24 meses - Resumo do Objeto: Repasse
23 pelo Banco do valor total de R\$900.710,72, crédito não reembolsável ao amparo de recursos
24 disponíveis do Fundocamp; 3) Contrato - Partes: Unicamp e Agemcamp - Data da Assinatura:
25 07.11.13 - Vigência: 24 meses - Recursos: R\$866.068,00 - Resumo do Objeto: Prestação de
26 serviços técnicos profissionais especializados, pela contratada, por intermédio do Nepp,
27 visando o desenvolvimento e a execução dos projetos I, II e III; 4) Instrumento de Liberação
28 de Crédito Não Reembolsável - Partes: Unicamp, Agemcamp, Emplasa e Banco do Brasil
29 S.A. - Data da Assinatura: 11.12.15 - Vigência: até 06.03.16 - Resumo do Objeto: Repasse
30 pelo Banco do valor total de R\$105.482,61, crédito não reembolsável ao amparo de recursos
31 disponíveis do Fundocamp; 5) Primeiro Termo de Aditamento ao Contrato - Partes: Unicamp
32 e Agemcamp - Data da Assinatura: 06.11.15 - Resumo do Objeto: Prorrogar até 06.03.16 a
33 vigência do Contrato - Parecer: Cepe-114/2017. 100) Proc. nº 01-P-522/2009, do Núcleo de
34 Estudos de Políticas Públicas - 1) Contrato nº 191/08 - Partes: Unicamp e Prefeitura do
35 Município de Jundiá - Executores: José Roberto Rus Perez e Rodrigo Pereyra de Sousa
36 Coelho - Data da Assinatura: 30.12.08 - Vigência: 12 meses - Recursos: R\$79.920,00 -
37 Resumo do Objeto: execução de serviços especializados relativo à supervisão dos Assistentes
38 Sociais e Psicólogos que atuam nos programas que atendem famílias em situação de risco e
39 vulnerabilidade social - Parecer: CAD-28/2009; 2) Termo de Aditamento e Prorrogação do
40 Contrato - Executores: José Roberto Rus Perez e Sandra Regina Vicente - Data de assinatura:

1 23.12.09 - Vigência: 12 meses - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato por
2 mais 12 meses, bem como estabelecer o repasse no valor de R\$19.580,40, passando para
3 R\$99.500,40 o valor global; 3) Termo de Rerratificação - Data da Assinatura: 26.03.10 -
4 Resumo do Objeto: Aditamento no valor de R\$99.500,40, passando para R\$179.420,40 o
5 valor global do Contrato; 4) Termo de Prorrogação II - Data da Assinatura: 1º.12.10 - Resumo
6 do Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato por mais 12 meses, encerrando-se em 30.12.11, e
7 estabelecer o valor global de R\$99.500,40 para o período - Parecer: CAD-32/2017. 101) Proc.
8 nº 01-P-520/2009, do Núcleo de Estudos de Políticas Públicas - 1) Contrato nº 201/08 -
9 Partes: Unicamp e Prefeitura do Município de Jundiaí - Executores: José Roberto Rus Perez e
10 Rodrigo Pereyra de Sousa Coelho - Data da Assinatura: 30.12.08 - Vigência: 12 meses -
11 Recursos: R\$63.500,04 - Resumo do Objeto: prestação de serviço especializado para
12 supervisão dos técnicos: Assistentes Sociais e Psicólogos que atuam no programa “Família
13 Acolhedora”, da Secretaria Municipal de Integração Social (Semis), que atende crianças e
14 adolescentes em situação de risco ou que tiveram seus direitos ameaçados/violados, afastados
15 da família de origem, por determinação de medida protetora, visando ampliar as
16 possibilidades de ação e capacitação da equipe técnica do programa Família Acolhedora, com
17 reflexo no aprimoramento de sua prática cotidiana de trabalho - Parecer: CAD-27/2009; 2)
18 Termo de Aditamento e Prorrogação do Contrato - Executores: José Roberto Rus Perez e
19 Sandra Regina Vicente - Data de Assinatura: 23.12.09 - Resumo do Objeto: Acrescentar ao
20 objeto do Contrato do Programa “Família Acolhedora” 24 horas técnicas anuais, descritas na
21 Proposta Técnica e Comercial, prorrogar sua vigência por mais 12 meses, bem como
22 estabelecer o repasse de mais R\$15.557,52; 3) Termo de Rerratificação - Data da Assinatura:
23 26.03.10 - Resumo do Objeto: Estabelecer o valor do Contrato, bem como do seu Aditamento,
24 passando o valor global para R\$142.557,60; 4) Termo de Prorrogação II - Data da Assinatura:
25 1º.12.10 - Resumo do Objeto: Prorrogar a vigência do Contrato por mais 12 meses e
26 estabelecer o valor global de R\$79.057,56 para o período - Parecer: CAD-33/2017. 102) Proc.
27 nº 01-P-12838/2016, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação - Termo de Cooperação Técnica -
28 Partes: Unicamp e Capes - Executores: Rachel Meneguello e Altair Antoninha Del Bel Cury -
29 Data de Assinatura: 04.07.16 - Vigência: até 31.12.16 - Recursos: R\$25.418.400,00 - Resumo
30 do Objeto: Cooperação para a execução do Programa de Demanda Social, segundo as normas
31 contidas em seu regulamento vigente, no âmbito da Ação 0487 - Concessão de Bolsas de
32 Estudo no País, integrante do Programa de Governo 2032 - Educação Superior - Graduação,
33 Pós-Graduação, Ensino, Pesquisa e Extensão - Parecer: Cepe-145/2017. 103) Proc. nº 01-P-
34 28498/2010, da Pró-Reitoria de Pós-Graduação - 1) Convênio nº 041/2010 - Partes: Unicamp
35 e Capes - Executores: Paulo Sérgio Fracalanza, Fernando Sarti e Marcelo Weishaupt Proni -
36 Data de Assinatura: 1º.12.10 - Vigência: até 31.12.11 - Recursos: R\$1.999.554,60 - Resumo
37 do Objeto: Apoiar a aquisição de equipamentos destinados à melhoria da infraestrutura de
38 pesquisa científica e tecnológica nos programas de pós-graduação recomendados pela Capes;
39 2) Primeiro Termo Aditivo - Data da Assinatura: 1º.12.11 - Resumo do Objeto: Prorrogar o
40 prazo de vigência por mais 366 dias, encerrando-se em 31.12.12, bem como adicionar

1 recursos financeiros no montante de R\$2.744.751,38 ao Convênio; 3) Segundo Termo Aditivo
2 - Resumo do Objeto: Prorrogar o prazo de vigência do Convênio até 31.12.13 - Parecer: Cepe-
3 115/2017. 104) Proc. nº 01-P-6417/2015, da Vice-Reitoria Executiva de Relações
4 Internacionais - 1) Convênio - Partes: Unicamp e Banco Santander (Brasil) S.A. - Executores:
5 Luís Augusto Barbosa Cortez e Gustavo Paim Valença - Data de Assinatura: 05.05.15 -
6 Vigência: até 31.12.16 - Recursos: R\$158.805,90 - Resumo do Objeto: Contribuir, através do
7 intercâmbio de estudantes de instituições de ensino brasileiras e portuguesas, para incrementar
8 a qualidade da formação dos alunos das instituições de ensino participantes; 2) Primeiro
9 Termo Aditivo - Data da Assinatura: 1º.12.15 - Resumo do Objeto: Alterar a quantidade de
10 bolsas, de 15 para 13 e, conseqüentemente, o valor envolvido que passa a ser de
11 R\$137.631,78 - Parecer: Cepe-146/2017. O MAGNÍFICO REITOR passa ao item 1 – Proc. nº
12 01-P-30374/2016 –, que trata da Primeira Revisão do Orçamento 2017 com Demonstrativo
13 Receita/Despesa. A Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que a Primeira Revisão
14 Orçamentária, que está apresentada na pauta, é baseada nos três primeiros meses de 2017.
15 Obviamente, para que este material chegasse até o Consu de hoje, ele passou antes pela CAD
16 e pela COP, que foi realizada cerca de uma ou duas semanas após a posse desta nova gestão.
17 Dessa forma, a orientação que deu para a Aeplan foi que seguisse o mesmo formato das
18 revisões anteriores, para que pudessem continuar a discussão sem parar qualquer tipo de
19 previsão. Antes de passar a palavra ao senhor Roberto, fará um resumo dos impactos
20 apresentados de receitas e despesas e as alterações que estão colocadas, como tem feito em
21 todas as câmaras, para explicar um pouco melhor as ações que foram propostas na Resolução
22 GR-026/2017. Passando à apresentação dos *slides*, informa que essa GR foi publicada dois
23 dias após a posse dos pró-reitores, e já se sabia que teriam um déficit projetado para este ano
24 maior do que o previsto na Proposta Orçamentária aprovada em dezembro, que era de R\$121
25 milhões. Além disso, a Secretaria da Fazenda revisou a receita RTE, da quota-parte do
26 Estado, que seria destinada à Universidade para um número menor, porque a economia não
27 estava tão aquecida conforme esperavam. Também sabiam que haveria algum impacto nas
28 receitas próprias porque parte significativa delas vem do rendimento de aplicações financeiras
29 do saldo da Universidade. E esse saldo da Universidade, como todos sabem, vem sendo
30 corroído, ao longo dos exercícios anteriores, para cobrir os sucessivos déficits. Então, sabiam
31 que haveria uma revisão nesse número, já tinham essa ideia da frustração de receitas e de que
32 o déficit seria ampliado para aproximadamente R\$180 milhões. Esta Primeira Revisão mostra
33 que esse número se ampliou para R\$249 milhões. Isso ocorreu porque várias das atividades e
34 ações que estavam sendo feitas na Universidade não estavam contempladas ou previstas na
35 Proposta Orçamentária inicial. Essa Resolução estabeleceu medidas para propiciar condições
36 de análise detalhada da situação financeira da Universidade, para que pudessem adotar
37 procedimentos visando ao equilíbrio orçamentário. Foram considerados os cenários
38 econômicos, os primeiros meses, de janeiro a março, em que a arrecadação do ICMS ficou
39 abaixo da prevista, as revisões da Secretaria da Fazenda e também a queda da reserva, que
40 impõe uma redução na receita própria, e a necessidade de assegurar uma execução

1 orçamentária equilibrada e os recursos para garantir o pagamento da folha. Considerando tudo
2 isso, foram elaborados os artigos; o primeiro e o segundo estabelecem o contingenciamento
3 das novas contratações, então ficou contingenciado o valor junto ao quadro de vagas/recursos
4 e o saldo de recursos disponíveis da carreira Paepe. Simetricamente, fica contingenciado o
5 valor das reservas também nas carreiras MS, especiais e Pq. O intuito é preservar os recursos
6 mais seguros até o momento. Uma dúvida recorrente foi em relação aos concursos, e esclarece
7 que tanto os concursos da carreira Paepe quanto os da carreira docente que estão com editais
8 abertos vão prosseguir até o momento da homologação, como explicita o §2º do Artigo 2º. Na
9 homologação, ele seguirá de acordo com critérios claros e homogêneos que serão
10 estabelecidos pela CVD. Infelizmente, são notícias que não gostariam de trazer em um
11 momento como este, mas ficaram suspensas as promoções e progressões, da mesma maneira,
12 no intuito de não ampliar a folha. Sabem que essa é uma situação que toca muito a
13 Universidade, mas é preciso lembrar que essa Resolução tem uma temporalidade, e este foi o
14 momento necessário para que pudessem conhecer a situação exata orçamentária da Unicamp.
15 Para poder preservar um pouco das receitas próprias, os artigos 4º e 5º estabelecem
16 contingenciamentos dos valores das reservas, lembrando que boa parte daquilo que costumam
17 chamar de reservas são, na verdade, montantes já comprometidos com alguma ação dentro da
18 Universidade, investimentos, atividades que estavam previstas e aprovadas preliminarmente.
19 Esse valor teve de ficar contingenciado, assim como aquele saldo de investimentos aprovados
20 nos anos anteriores. Aproveitando a existência de uma GR dessa natureza, verificaram a
21 necessidade de começar cortando custos, e isso seria feito exatamente onde acham que
22 haveria mais oportunidade, que é na própria Administração Central. Fizeram um
23 contingenciamento de 20% nos maiores itens de custeio: passagem aérea, pagamento de diária
24 e ajuda de custo. Ficaram excluídos desse contingenciamento as unidades de ensino e
25 pesquisa, centros e núcleos, colégios técnicos e área de Saúde, bem na ideia de preservar a
26 atividade-fim. Da mesma maneira, o segundo item de maior dispêndio de custeio, despesas de
27 Almozarifado Central, teve 20% de contingenciamento na Administração Central. Excluídos
28 desse contingenciamento ficaram unidades de ensino e pesquisa, centros e núcleos, colégios
29 técnicos e área da Saúde, novamente no sentido da preservação da atividade-fim. Outra
30 questão importante está contemplada nos Artigos 8º e 9º, que é a necessidade de revisarem
31 alguns contratos, sendo que os maiores estão nas unidades assistenciais da área da Saúde. A
32 determinação é que a DGA revise esses contratos, respeitando os limites previstos na
33 legislação. Já foi realizada a ação descrita no Artigo 9º, a PRDU fez reuniões aproveitando
34 alguns estudos feitos na Prefeitura do *Campus* junto com a Vrea, o Centro de Computação e a
35 DGA, para verificarem possibilidades de ações na melhoria do uso de água, energia elétrica e
36 sistema de telefonia e transportes. Na verdade, a otimização do uso desses recursos e a
37 utilização de maneira consciente são ações que têm de ser contínuas dentro da Universidade.
38 Mas existem várias outras ações, do ponto de vista administrativo, que poderiam ser
39 implementadas, e é a isso que estão se dedicando agora. O último artigo registra o aspecto
40 temporário dessa Resolução, citando que ela poderá ser revista até a Segunda Revisão

1 Orçamentária, quando o compromisso será trazer uma situação bastante detalhada em termos
2 orçamentários, em termos de reservas. Os diretores sabem que estão fazendo um trabalho
3 extenso de olhar toda a parte de investimentos programados nessa reserva comprometida. Isto
4 porque, como o senhor Roberto mostrará mais detalhadamente, com um déficit dessa
5 dimensão projetado para este ano, certamente entrarão nessa reserva comprometida, o que
6 significa que deixarão de fazer algumas coisas, postergando a execução desses compromissos.
7 Existe uma preocupação também de que tenham algum montante financeiro no momento da
8 aprovação da Proposta Orçamentária do ano que vem, para que possam ter lastro, mesmo que
9 haja projetado ainda algum déficit para o ano que vem, para ter isso previsto e aprovado.
10 Portanto, são as ações que estão realizando, e todos podem contar com o compromisso de
11 transparência assumido desde o programa de gestão, com o diálogo forte com a comunidade,
12 e mesmo a priorização dos projetos, a decisão dos que vão seguir e dos que eventualmente
13 ficarão parados, isso vai ser feito de forma consensual. A única decisão monocrática que
14 aconteceu foi essa Resolução GR, para que pudessem parar e analisar a situação. O restante
15 todo será completamente aberto e criteriosamente controlado. Também ressalta que tanto na
16 questão de recursos humanos quanto nas ações de execução orçamentária, tudo o que seguir
17 ou tudo o que ficar parado terá uma justificativa clara do porquê. Serão decisões 100%
18 coletivas e pactuadas. Em seguida, solicita que o senhor Roberto Bosso esclareça o déficit de
19 R\$249 milhões de déficit e detalhe esta Revisão Orçamentária. O senhor ROBERTO BOSSO
20 diz que a Proposta Orçamentária para 2017 foi feita com base nos parâmetros do dispunham
21 em junho e julho do ano passado, e até o final do ano houve uma deterioração também em
22 alguns itens econômicos – a expectativa de PIB e a inflação diminuíram, e o fator agregado
23 desses elementos projeta uma arrecadação menor. Em janeiro, a Secretaria da Fazenda, ao
24 liberar o Orçamento do Estado, promoveu um contingenciamento linear em todos os órgãos
25 do Estado. No que diz respeito ao ICMS, esse número inicial foi reduzido a R\$92,492 bilhões.
26 Houve uma perda de cerca de R\$3,184,500 bilhões, e isso está mencionado na tabela das
27 folhas 01 da pauta. Com isso, a estimativa de receitas foi reduzida, como consta na coluna A,
28 para R\$57,7 milhões, como comentado pela professora Marisa. Houve também uma diferença
29 positiva de dezembro do ano passado, e isso significou um recurso de R\$6,6 milhões, que está
30 na coluna C. O resultado final disso, do ponto de vista de receitas do Tesouro do Estado,
31 indica uma frustração na ordem de R\$51,048 milhões para a Universidade, já aplicada a
32 quota-parte. A professora Marisa também comentou sobre a menor disponibilidade de
33 recursos para aplicações financeiras, visto que parte das reservas estão sendo utilizadas mês a
34 mês para a cobertura do déficit. O fluxo de receitas tem sido menor que o fluxo de despesas
35 mês a mês. Então, existe hoje um montante menor e, portanto, o rendimento de aplicação
36 financeira sobre ele também é reduzido. Aliado a isso, vem ocorrendo a redução na taxa de
37 juros, a taxa Selic, o que também afeta os resultados das aplicações financeiras. Às folhas 02
38 da pauta, está citada a receita própria, cuja projeção inicial era da ordem de R\$151 milhões,
39 que, diante dos elementos expostos, se reduz a R\$123,476 milhões. Então, além da frustração
40 do RTE, há a frustração das receitas próprias. Também ocorreu uma pequena variação na

1 estimativa das despesas. As despesas para o exercício de 2017 estão descritas na tabela das
2 folhas 02 da pauta, com os valores previstos na Proposta e os valores ajustados na Primeira
3 Revisão, com as suas respectivas variações. Fizeram o descritivo de cada um desses grupos,
4 citando os principais motivos dessa variação. E no Grupo 1 – Pessoal, foi colocada às folhas
5 03 uma tabela que demonstra uma variação do comportamento de quantidade de pessoas com
6 eventos na folha de pagamento. Foram utilizados dados de pessoas que tinham evento
7 registrado na folha – não necessariamente quadro, pois não estão aqui falando das pessoas
8 afastadas, sem vencimento etc. Então, no momento da elaboração da Proposta Orçamentária,
9 os dados de setembro de 2016 indicavam que havia 15.787 pessoas com eventos em folha, e
10 em março, base da Primeira Revisão, esse número estava em 15.865, uma variação de 78
11 pessoas, que podem entender como contratações. Nas linhas de cima da tabela, qualificando
12 entre ativos e aposentados, observam uma grande variação, embora 78 seja positivo, houve
13 um grande número de aposentados. Então, esse fator, de certa forma, contribui para que
14 tenham de fazer uma nova projeção de despesa com folha de pagamento, haja vista que em
15 novembro, quando foi elaborada a Proposta Orçamentária, a base eram os dados apresentados
16 até setembro. No Grupo Pessoal, citam que, apesar de ter havido alguns fatores que elevaram
17 a estimativa de despesas com pessoal, há também alguns efeitos da Resolução GR-025 e
18 026/2017. Também existe a questão da extinção da forma de remuneração da Administração
19 Superior, que vinha até então sendo da ordem de R\$1,300 milhão. No descritivo das despesas,
20 não há nada muito relevante a ser destacado. Passa às folhas 05, onde consta o balanço da
21 receita e despesa, sintetizado em uma tabela. A frustração de RTE foi de R\$51,048 milhões, e
22 a diminuição de receita própria de R\$27,874 milhões. Do ponto de vista das despesas, as
23 novas estimativas indicam R\$22,340 milhões de aumento. É preciso também computar o
24 saldo das unidades do ano de 2016, que não estava fechado no momento da elaboração da
25 Proposta Orçamentária. O saldo apurado após 31.12.16 foi de R\$26,516 milhões. A soma
26 disso tudo, como resultado da Primeira Revisão, aponta um número de R\$127,779 milhões de
27 aumento de despesas, de frustrações, de coisas que terão de honrar a mais, além do que
28 constava no Orçamento inicial. A linha seguinte da tabela demonstra um déficit inicial de
29 R\$121,610 milhões, na Proposta Orçamentária, que, adicionado aos R\$127,779 milhões,
30 projeta para 2017 um déficit da ordem de R\$249,389 milhões. Nesse sentido, a Aeplan
31 registrou em sua informação que: “Diante da constatação da ainda fraca atividade econômica
32 presenciada até o momento, e na ausência de indicadores consistentes que apontem para a
33 retomada do crescimento econômico no curto prazo (...), a Aeplan reforça a necessidade da
34 continuidade da adoção de medidas de contenção de gastos.” Como a professora Marisa já
35 comentou, esse déficit projetado deve ser suportado pelas reservas de que ainda dispõem.
36 Apenas um pequeno comentário adicional. Às folhas 08, há o Gráfico 1 e a Tabela 1. A
37 professora Marisa mencionou que o primeiro trimestre não havia sido muito bom, e na Tabela
38 1, com posição de janeiro a março, a coluna K, que corresponde à coluna G sobre a F, traz o
39 efetivamente arrecadado sobre a previsão revisada da Secretaria da Fazenda, que ainda está
40 abaixo de 3%. Então, se mantidos esses dados, o ano de 2017 deve se caracterizar como mais

1 um ano de queda consecutiva nas receitas da Universidade. Nos gráficos 2, 3 e 4 e suas
2 respectivas tabelas, é possível observar que a relação de 2017 contra 2016, em valores reais,
3 deflacionado pelo IGP-DI, aponta uma queda de 1,04%; pelo IPC-Fipe, de 1,16%; e pelo
4 IPCA, do IBGE, é 1,44%. Então, esses são os indicativos de que até o momento os dados de
5 que se dispõe não são animadores, de forma que devem ter mais um ano de queda nas
6 receitas. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que repetirá
7 alguns dados informados para confirmar se os entendeu corretamente. A previsão do déficit é
8 de aproximadamente R\$250 milhões; a receita 3,5% menor do que a prevista inicialmente; a
9 queda na arrecadação do ICMS, no Estado, é de aproximadamente R\$3 bilhões, o que
10 significa o quarto ano consecutivo de queda do ICMS; a receita própria vai cair de R\$150
11 para R\$123 milhões, aproximadamente; a despesa sobe 2% do que foi previsto, inicialmente,
12 cerca de R\$49 milhões; por tudo isso, a Aeplan continua sugerindo medidas de contenção de
13 gastos. O saldo que está às folhas 13 da pauta apresenta R\$720 milhões, sendo R\$656 milhões
14 comprometidos e R\$64 milhões considerados livres, a reserva técnica. O quadro de servidores
15 com eventos registrados em folha de pagamento, que consta às folhas 3, reduziu em 162
16 servidores e o de aposentados aumentou em 240. Estranhou quando viu esse quadro pela
17 primeira vez, porque entenderia que a quantidade máxima de aposentados, nesse período,
18 poderia ser 162, que foi exatamente o saldo negativo de servidores ativos. Considerando que
19 alguns ativos podem ter deixado a Unicamp por livre e espontânea vontade, imaginaria que o
20 número de aposentados pudesse ser menor, inclusive, do que 162. Solicita que o senhor
21 Roberto reforce a explicação desse quadro. Outra questão é referente à tabela das folhas 5,
22 que justifica o aumento do déficit e coloca aumento das estimativas e repasse do saldo do
23 exercício de 2016. Solicita que, se possível, seja fornecido algum exemplo do que aumentou,
24 qual item teve o seu balanço para cima e o que veio do exercício passado para cá, se isso
25 estava previsto ou não, o que ocasionou esses aumentos de praticamente quase R\$50 milhões
26 nesses dois itens de despesa. Se considerassem o nível de alerta de zero a 10 sobre a questão
27 Orçamento, sendo muito otimista talvez dissesse que estão no nível 9, porque ainda existe
28 esse saldo comprometido. No entanto, pergunta se já há algum estudo no sentido de verificar,
29 ao manter esse cenário de crescimento baixíssimo ou de não crescimento, e diante também do
30 que o senhor Roberto comentou, de que já utilizam, mês a mês, parte da reserva para
31 complementar o pagamento do salário, quando isso vai convergir para zero. O MAGNÍFICO
32 REITOR diz que responderão todas as questões depois. Como provavelmente terão um longo
33 dia de discussões, solicita que procurem seguir a previsão de no máximo cinco minutos para
34 os posicionamentos, para que todos tenham oportunidade de se manifestar. O Conselheiro
35 JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que há uma questão que está
36 movimentando a Universidade. Existe uma grande expectativa em relação à discussão das
37 cotas. A Resolução GR-26/17, referente à contenção de gastos, seguiu o modelo tradicional de
38 medida sem um debate mais amplo com a comunidade. A professora Marisa colocou que foi
39 uma situação excepcional e que as próximas discussões terão mais amplitude de debate, até
40 porque precisam ter clareza do que representa a reserva, do que são recursos empenhados e o

1 que não são, qual é o debate de prioridade referente aos compromissos da Universidade. A
2 expectativa é que essa discussão seja feita com o Conselho Universitário, com as entidades,
3 para que a comunidade possa pensar a questão orçamentária, que não fique restrita a um
4 debate de gabinetes. Há alguns dados da economia que o senhor Roberto passou, referentes às
5 dificuldades, e há outros que se apresentam com algum horizonte de um cenário muito
6 complexo, ou seja, é muito difícil fazer projeções de futuro neste momento, dadas as
7 dificuldades econômicas e políticas do país. Quando se discute situação orçamentária,
8 situação da crise, é preciso ter em mente a prioridade. Pensa que nesse cenário a prioridade
9 deve ser a garantia da qualidade do ensino, da permanência estudantil e dos recursos
10 humanos. O debate que tem sido feito pelas gestões da USP, Unesp e Unicamp é da crise, mas
11 ele também caminha para uma naturalização de uma política de arrocho salarial, o que é uma
12 questão extremamente complicada. Houve uma reunião do Cruesp com as entidades, vai ter
13 outra no dia 05, mas pensa que esse debate não pode ter como foco apenas a solução da crise
14 pensando em arrochar salários, em retirar recursos, e não ter um envolvimento maior do
15 Cruesp, dos reitores, da comunidade, para cobrar a política do Governo do Estado de tentar
16 quebrar a questão da conquista da autonomia, a partir do esgarçamento do financiamento das
17 universidades. Então, ora deixa de passar um recurso aqui, ora acolá, não honrou o
18 comprometimento com documento assinado de repassar recursos a Limeira. Essa discussão
19 precisa ter uma amplitude maior, caso contrário, continuarão cortando, sem encontrar uma
20 solução. Precisa haver uma discussão orçamentária mais ampla e as saídas e as políticas
21 também precisam passar por um debate e uma construção coletiva da comunidade, sem a
22 discussão da naturalização do arrocho. Esta semana, o boletim da Unicamp apontou que a
23 Unimed vai aumentar 9%, tudo subiu no supermercado, o valor do salário com essa política
24 de arrocho também vai ficando muito distante do poder que tinha dois anos atrás. O
25 Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que, antes de entrar no tema em discussão,
26 parabeniza esta Administração pelas ações que tomou recentemente, em particular por
27 terminar com a gratificação através de dupla matrícula. Registra, inclusive, que por sua
28 proposta em dezembro do ano passado, esta mesma discussão ocorreu no Conselho
29 Universitário, que não a aprovou naquele momento. Essa atitude monocrática preserva a
30 Unicamp. Como observaram no passado recente, a imprensa está pronta para verificar as
31 mazelas da Universidade, mas não reconhece tudo que faz dentro da perspectiva de um país
32 melhor. Em dezembro do ano passado fez a proposta de cancelar qualquer tipo de contratação.
33 Agora, no relatório da Aeplan há uma expansão no quadro de aproximadamente 80 pessoas. É
34 preciso ter mais cautela neste momento. Se tomassem, por hipótese, 80 docentes de nível MS-
35 1, com salário de R\$10 mil por mês, haveria um gasto com o docente em encargos da ordem
36 de R\$150 mil por ano. Oitenta pessoas significa que estão com um gasto anual de R\$12
37 milhões. E mais do que isso. Em todos os níveis da carreira, saltar de um nível para o próximo
38 custa, aproximadamente, R\$1 mil, o que gera um gasto anual de uma promoção de
39 aproximadamente R\$15 mil. Está falando, portanto, de a contratação de um novo docente
40 impedir, no momento em que vivem, a promoção de 10 daqueles que aqui estão e que estão

1 fazendo algo que permita a promoção através de merecimento acadêmico. Essa situação não
2 pode perdurar. Se não podem contratar, eventualmente precisam dar mais aulas. Nesse
3 particular, diz que terão uma frustração de receitas do RTE de R\$50 milhões, mas aumentam
4 o déficit em cerca de R\$130 milhões. Isso significa que há indicações claras que o ponto de
5 operação não está correto. Possuem problemas. Vem alertando a Administração sobre isso há
6 tempos, e não tomaram uma providência que considerava adequada em dezembro e, agora, há
7 um impacto dessa magnitude no Orçamento. Com relação à Reserva Estratégica, às folhas 13,
8 nos itens 4, 5 e 6, esses montantes não estão disponíveis – Restos a Pagar do Exercício de
9 2016, Provisionamento da Folha de Março, que já foi, e Provisionamento de Décimo Terceiro.
10 Isso, portanto, é algo sólido de dívida. Tiram, portanto, R\$190 milhões de R\$720 milhões,
11 sobram R\$530 milhões. Há mais um problema com o item 1, Investimentos Autorizados. No
12 ano passado, houve um déficit orçamentário acumulado de R\$354 milhões, de R\$253 milhões
13 apenas no ano. Pergunta se a Universidade exauriu todas as dívidas devido a esse déficit ou se
14 tem algo que passou para cá. Pergunta, ainda, se no item 1, sobretudo, nos investimentos,
15 ocorrem valores de dívida efetivamente que terão de pagar no futuro. O senhor ROBERTO
16 BOSSO diz que foi feita uma classificação de temporalidade. Então, 2017, no item 1, há R\$38
17 milhões passíveis de serem demandados recursos financeiros da conta bancária. O
18 Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que está falando, por exemplo, no subitem ii,
19 Estimativa de Obrigações de Médio Prazo em 2018. Pergunta se isso é mera tentativa de
20 investimento ou estão falando de dívidas contraídas em função, inclusive, do déficit passado.
21 O senhor ROBERTO BOSSO responde que não são dívidas. São investimentos autorizados
22 que ainda não têm seu processo de licitação ou tramitação concluído. São valores disponíveis
23 de fato. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que este ano terão de enfrentar um
24 déficit de R\$250 milhões. Gostaria que depois o senhor Roberto esclarecesse se daquele
25 déficit do ano passado, gastaram mais do que receberam do RTE, como pagam isso, se não
26 está impactado. Os investimentos dos subitens i, ii e iii somam cerca de R\$530 milhões que
27 gastarão a mais. A situação, portanto, é extremamente grave. Acha que só há uma providência
28 a tomar. O maior impacto são as novas contratações, é a variação do quadro de pessoal.
29 Precisam observar com cuidado e, sobretudo, para que não penalizem aqueles que trabalham e
30 fazem da Universidade a perspectiva de uma progressão correta, em termos de carreira. O
31 MAGNÍFICO REITOR observa que a tabela a que o professor Geromel se refere, de 78
32 pessoas, diz respeito ao período de setembro a março, ou seja, antes da posse da atual gestão.
33 E justamente a deliberação que foi colocada contingência, não há nenhum novo concurso
34 sendo aberto, não há nenhuma reposição, a não ser em casos absolutamente excepcionais. O
35 Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL esclarece que colocou exatamente a questão da
36 variação do número de pessoas, tendo em vista a decisão não tomada em dezembro. É preciso
37 continuar a colocar no Conselho Universitário algo que constou da pauta da CAD, já falou
38 com a professora Marisa, que é a demonstração de gastos no que diz respeito à conversão do
39 regime celetista/estatutário, e que não consta da pauta do Consu. Estão chegando, segundo
40 aqueles valores, a gastos de R\$5 milhões/mês, com 400 pessoas que estão aposentadas.

1 Portanto, estes valores impactam de maneira muito grande o Orçamento da Universidade. A
2 folha de pagamentos é de R\$170 milhões, aproximadamente. Daqui ao final do ano tem sete
3 meses. Cada ponto percentual de aumento na folha resulta em R\$1,7 milhão, em sete meses
4 serão R\$10 milhões, aproximadamente. O aumento de cada ponto percentual de acréscimo
5 total de salário corresponde ao impacto de R\$10 milhões. O celetista que passou a estatutário,
6 hoje, gasta R\$5 milhões por mês. O MAGNÍFICO REITOR diz que comentou dos cinco
7 minutos, mas, até agora, foi ignorado, então, solicita que façam esse controle, caso contrário a
8 reunião vai se estender demais. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que a
9 comunidade sabe o que quer, tem clareza para colocar suas demandas e está gritando à porta.
10 Inicia por esse ponto, discussão do texto da Resolução GR, no que diz respeito à área da
11 Saúde, referente à iniciativa colocada a pretexto de frear os gastos da Unicamp, enfrentar esse
12 período de crise. A Resolução propôs que a reposição automática de funcionários da área da
13 Saúde se limitasse a 80%. Isso significa dizer que vai ser avaliado se 20% das reposições são
14 realmente necessárias. Todas as vezes que fala nesta Casa coloca que é a questão do quadro
15 funcional da Saúde. Há ali um agravamento das condições, uma intensificação da jornada de
16 trabalho, um enxugamento do quadro perceptível, e é possível ver no humor, nas condições de
17 vida do trabalhador da área da Saúde, que precisa muito de reposição. A ideia das 30 horas era
18 para atacar esse problema, mas o quadro não foi resposto; a implantação das 30 horas não
19 serviu para sanar esse problema, acabou agravando. Às folhas 203 do Anuário Estatístico,
20 consta a evolução do pessoal da área da Saúde, e no segundo semestre de 2014, quando foi
21 deliberada a retomada da jornada de 30 horas houve um aumento de 156 funcionários. O
22 regime de trabalho do Hospital foi alterado de 40 para 30 horas, contratando 156 pessoas. O
23 próprio plano de mudança apresentado aqui implicava a contratação de 294 pessoas; o
24 conselheiro Adilton está aqui, e pode confirmar, pois ele apresentou esse projeto, que
25 questionaram, mas ele sequer foi cumprido. Está falando isso para dar uma dimensão séria do
26 agravamento e a situação do enxugamento de quadro da área da Saúde e que, portanto, essa
27 política que parece inspirar-se na ideia de que 20% das contratações talvez não sejam
28 necessárias, terão de acompanhar e denunciar cada contratação tida como desnecessária,
29 porque na visão de quem trabalha no Hospital e convive lá é que não existe contratação
30 desnecessária. Precisam ampliar bastante a contratação, para retomar a qualidade do Hospital,
31 inclusive tendo em vista o colapso do sistema de Saúde frente à política de desinvestimento
32 social, que é a resposta desse Governo acerca da política de ajuste. A última presidente eleita
33 foi eleita contrária ao discurso de ajuste, caiu porque fez ajuste, a população não concorda
34 com isso. Quando enfrentam uma crise que é mundial e que é baseada nos processos de
35 investimento do capitalismo, o trabalhador não tem de pagar pela crise de investimento dos
36 poderosos deste planeta, e, no entanto, as respostas do governo são corte na saúde e na
37 educação. Inclusive, somando-se à manifestação do senhor João Raimundo, não podem
38 naturalizar essa política. Frente a um cenário de crise, é preciso olhar o que é essencial e
39 garantir isso. Quem melhor manifestou essa ideia foram os estudantes em sua greve de 2016,
40 que questionaram a deliberação da Reitoria de então, afirmando com todas as letras que não

1 se propunha a discutir os cortes que ela apresentava, propunha cortes no ensino e nas áreas
2 essenciais. Entendem que é preciso garantir o que é essencial no momento de crise, porque as
3 pessoas correm o risco de perder o emprego, desejam garantir que haja assistência social. O
4 Governo propõe o desmonte da previdência, e as pessoas querem garantir estabilidade no
5 emprego, que sejam tratadas como trabalhadoras e não como mão de obra, e o Governo
6 propõe a terceirização geral e irrestrita. O Conselho Universitário, como administração de
7 uma instância que tem autonomia, tem de rechaçar essas políticas. Precisa enfrentar a crise
8 garantindo os investimentos essenciais, que são da saúde, educação, contratações e poder de
9 compra dos salários. Todos olham para as contas e falam que está difícil, que não podem dar
10 reajuste. Mas isso carrega em si a ideia de que o reajuste é o que salva o problema econômico
11 do país, reajuste feito em cima do trabalhador, porque o que não falta são dados de
12 insuficiência no investimento na educação e, no entanto, o que se propõe é o reajuste zero,
13 como se essa fosse a medida mais austera, o que não é, porque o poder de compra dos salários
14 é o dinheiro que movimenta a economia, que retorna o ICMS. Quem ganha o piso salarial não
15 faz poupança, não faz investimento exterior para garantir sua empresa na época da crise. Os
16 grandes empréstimos do BNDES, a proteção dos maiores salários, fazem justamente o
17 contrário. O reajuste é 0%, isso é injusto com o trabalhador e com a população. Tiveram,
18 recentemente, o caso de um paciente que precisava de atendimento de emergência, e não pôde
19 ser encaminhado para a UTI, ficou na Unidade de Emergência e foi a óbito. Quando
20 comentam que o trabalhador daquela área precisa fazer greve, escutam de todos que é preciso
21 ter cuidado com o paciente. Isso, em um contexto em que não se encaminham os pedidos de
22 fechamento dos agendamentos. A administração do Hospital e a Reitoria sequer sentam com
23 os trabalhadores para discutir o que é realmente essencial ou não. E, nessa hora, fica provado
24 que quem tem responsabilidade e preocupação com o serviço que a população recebe é o
25 trabalhador que está pagando para trabalhar, está recebendo mais serviço e menos salário.
26 Essa é a realidade da Unicamp. E na medida da consciência dessa categoria de trabalhadores
27 terão de colocar conflitos para que essa política seja questionada por este Conselho e pela
28 Administração da Universidade. Não podem aceitar que o salário, não apenas o salário, como
29 o número de funcionários, que financiou a expansão da Universidade nos últimos 25 anos,
30 seja mais uma vez o que vai salvar a má administração do Governo nesse contexto de crise.
31 Inclusive porque essa preocupação com o contingenciamento o leva a fazer um
32 questionamento sobre como anda a intervenção da Reitoria e da Administração junto ao
33 Governo do Estado pleiteando um aumento dos maiores salários da Universidade, a
34 redefinição do subteto salarial do funcionalismo público do Estado. Pergunta se há informe
35 sobre isso, porque, até onde sabem, existe um esforço ativo, cotidiano das universidades
36 querendo garantir esse aumento. Questiona sobre o estudo do impacto, já que estão
37 preocupados em frear os gastos, gostaria de saber sobre o freio nessa política, que até agora
38 não conseguiram acessar, lembrando que isso é uma proposta que vai aumentar os maiores
39 salários em cerca de R\$10 mil e que na Unicamp há um percentual alto de docentes acima do
40 teto. Se fizerem a conta daqueles que recebem mais de R\$10 mil acima do teto, podem ter

1 uma noção de que esses gastos poderiam garantir uma progressão de carreira dos
2 funcionários, um reajuste do vale-alimentação, questões que são essenciais, inclusive para a
3 retomada da saúde econômica do Estado. Solicita toda a transparência nessa avaliação das
4 reposições que estão contingenciadas, porque na hora de falar que uma reposição não é
5 necessária, que ela pode ser preterida, irão questionar e publicizar esses argumentos, porque
6 isso é mexer diretamente com o serviço prestado à população, com o ensino, a pesquisa e a
7 extensão da Universidade, que são sua razão de ser, e deveriam ser protegidas em vez de
8 serem questionadas nesse momento de crise econômica. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO
9 diz ter duas perguntas em relação ao informe da Aeplan, mas antes fará uma consideração,
10 provocada pela fala do professor Geromel. Este é seu último Consu, assim como o dele;
11 divergiram em vários momentos e tiveram acordo em alguns, mas explicita uma divergência
12 em relação à sua fala, no que se refere às contratações que foram feitas na última
13 Administração. Entende que as contratações foram fundamentais, oxigenaram a Universidade,
14 trouxeram professores engajados em suas pesquisas, novos temas de pesquisa, temas muito
15 importantes para discussão de diferentes aspectos da vida política, universitária. Esse
16 movimento das cotas se dá muito em virtude dessa novidade, dessa renovação do corpo
17 docente e discente. Não podem, enquanto Universidade, se fechar e olhar apenas do ponto de
18 vista corporativo, a partir dos interesses daqueles que aqui já estão. Se a preocupação são
19 apenas as condições econômicas, salariais, a carreira, a progressão na carreira, isso tem um
20 custo, tem implicações, sendo uma delas a sobrecarga de trabalho provocada pela falta de
21 docentes. No caso do IFCH, essa renovação possibilitou uma distribuição do trabalho mais
22 equilibrada, reativação de antigas e criação de novas áreas de pesquisa. Se priorizarem apenas
23 a questão econômica ou a carreira, além dessa sobrecarga de trabalho há os custos na saúde
24 dos docentes. E não está se referindo apenas a problemas físicos, mas psíquicos e emocionais,
25 com doenças ocupacionais que têm sido detectadas e bastante disseminadas nos últimos
26 tempos. Seu comentário é no sentido de que, quando olharem para o Orçamento, não vejam
27 apenas números, mas também as pessoas que constroem a Universidade, porque uma política
28 de austeridade tem custos políticos, acadêmicos e na gestão de pessoal. A extinção da
29 remuneração dos cargos da Administração Superior já impactou as projeções de despesa.
30 Pergunta se, com essa extinção, há outra forma de remuneração na Administração, partindo da
31 perspectiva de que todos seus integrantes já tenham chegado ao teto constitucional. Não sabe.
32 Gostaria de uma resposta em relação a isso. E outra pergunta diz respeito ao Grupo V –
33 Despesas Contratuais, onde consta uma menção de que houve uma ampliação dos contratos
34 de serviço de limpeza e vigilância, mas, ao mesmo tempo, houve uma modificação no que se
35 refere ao sistema de entrada no *campus*, ou seja, as guaritas deixaram de ser controladas por
36 pessoas, e imagina que esse serviço de vigilância tenha sido dispensado e, portanto, tenha tido
37 um impacto no valor que era pago à empresa. Imagina que a empresa tenha sido dispensada e
38 os trabalhadores demitidos. O Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que foi
39 bastante contemplado por algumas colocações, então será breve. Reafirma que passou da hora
40 de ser questionada a naturalização de que quando há dificuldade orçamentária devem diminuir

1 salário, não repor inflação, congelar contratação, precarizando ainda mais o serviço. Passou
2 da hora de pensar quais são as prioridades, especialmente em um momento em que há maiores
3 dificuldades para a população como um todo, de acesso a emprego, aos serviços públicos, e a
4 Universidade precariza ainda mais. O que se vê com esse austericídio é o que a mídia mostra
5 todos os dias, como o caos na saúde, mostrando a superlotação nas instalações, tanto no HC
6 quanto no Caism, como em outros serviços da área da Saúde. Acredita que o papel da
7 universidade seja pensar como se organiza a sociedade, seguir na contramão desse
8 austericídio que já se mostrou falido em vários lugares do mundo. A Universidade está
9 reforçando essa lógica, o que é muito ruim. Observando a discriminação dos
10 comprometimentos orçamentários, acham natural que existam estimativas de médio e longo
11 prazo, o que foi até respondido pelo senhor Roberto, não é nenhum compromisso assumido,
12 mas são perspectivas de gastos. Isso vai comprometer, se somarem médio e longo prazo,
13 R\$313 milhões, de uma reserva de R\$600 milhões, e não consideram que deva haver alguma
14 previsão para que não percam salário, não há nenhuma previsão para que garantam um melhor
15 atendimento na área da Saúde. Pelo contrário, estão fazendo a política inversa, estão cortando.
16 É importante que não naturalizem essas questões, porque, às vezes, repetem algumas receitas
17 apresentadas por sistemas econômicos que, na verdade, não conseguem dar respostas para as
18 demandas reais da população, embora aparentem uma saída para a crise. Na última reunião da
19 COP, cobrou um estudo de impacto caso a PEC 5/2016 seja aprovada, e cobra novamente
20 aqui no Consu. Possui um valor, que acha que está defasado, que demonstra que o que está
21 sendo reduzido hoje de pagamento seria em boa parte pago caso seja aprovada a PEC 5, em
22 torno de R\$3 milhões/mês, valores comparáveis inclusive àquilo que o professor Geromel
23 colocou como sendo um gasto grande com novas contratações. Acha que com a aprovação
24 dessa PEC já haveria valores equivalentes, e que precisam deixar mais ou menos claro quais
25 são as prioridades, em um momento em que parece que o cobertor é mais curto para os
26 menores salários. E outra questão a cobrar, algo já cobrado também na reunião com a
27 Reitoria, é que, além dos casos da dupla remuneração da Administração Central, existem
28 vários outros casos de dupla remuneração, segundo levantamento que fizeram, e considera
29 que vários possuem uma justificativa plausível, mas deveria ser apresentada uma
30 discriminação desses casos e uma justificativa de cada um. Há alguns casos que, na verdade,
31 têm triplas remunerações. Se tivessem uma discriminação de cada caso, ficariam mais
32 tranquilos. O Conselheiro FÁBIO BONETTO ROSA diz que não iria comentar nada sobre a
33 questão do Orçamento, mas ouviu os senhores João Raimundo e Iuriatan e achou por bem se
34 posicionar. Concorde com a atitude deles, acha que como funcionários eles devem se
35 representar e garantir ao máximo o respeito às suas funções, aos salários e tudo o mais. Mas o
36 problema, obviamente, não é trivial de resolver. Há 101% do Orçamento sendo gasto com
37 folha e o restante, que é cerca de 6% do total, é para os demais gastos. Pergunta como evitar o
38 colapso financeiro da Universidade, que é para o que estão caminhando, assim como a USP e
39 outras universidades, por falta de orçamento, sem lidar com a folha de pagamento. A seu ver é
40 impossível. Então, acredita que, além das reivindicações que devem ser feitas, deveriam fazer

1 essa discussão para que propostas sejam apresentadas por parte dos funcionários. O
2 conselheiro Iuriatan falou sobre o contingenciamento de 20% na área da Saúde. A questão é
3 que se não contingenciam lá, não sabe onde contingenciar. Todas as áreas são essenciais, e é
4 uma questão de prioridade, realmente. A atitude de cortar a dupla matrícula foi muito boa,
5 parabeniza a equipe por isso, e também, dar uma pausa nos gastos para avaliar melhor o que
6 pode ser feito, apesar de não ter havido tempo para o diálogo. Mas acredita que ele será feito,
7 conforme exposto várias vezes, e espera também poder participar desse diálogo, dentro do
8 possível. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS parabeniza a Reitoria e a
9 Mesa por estar tornando transparentes tantos dados, que é o que está permitindo não só uma
10 discussão mais ampla, mas que se consiga ver que o problema do Orçamento não é
11 exclusivamente de repasse, mas devido a várias decisões tomadas em um passado não tão
12 remoto, que estão afetando e ainda vão afetar a Universidade. Ontem lhe chamaram a atenção
13 para fato, e procurou aqui na *web* e não encontrou os valores exatos, de que o orçamento do
14 MEC para todo o Brasil, para todos os níveis que iria ser proposto seria em torno de R\$140
15 bilhões, e o da Unicamp é de R\$2 bilhões. Então, devem pensar na porcentagem que a
16 Unicamp, uma universidade, representa em relação a toda a educação brasileira, desde o
17 ensino básico até as universidades. Portanto, possuem uma grande responsabilidade na
18 execução deste Orçamento. Gostaria de fazer uma pergunta com relação às folhas 05 da pauta,
19 onde consta a informação de que houve despesas que não haviam sido consideradas. Gostaria
20 de um exemplo desse tipo de despesas. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI diz que irá
21 se referir à mesma tabela à qual a professora Claudia acaba de fazer referência. O déficit
22 previsto em relação a dezembro do ano passado nessa Primeira Revisão de Orçamento
23 dobrou. Isso é algo gravíssimo, porque indica que o cenário futuro, se permanecer essa
24 tendência, é de puro desastre. Pergunta se o fato de haver aqui vários itens que contribuem
25 para essa duplicação do déficit poderia ter sido previsto quando o Orçamento foi apresentado
26 em dezembro de 2016, ou são despesas que não poderiam ter sido previstas e que
27 necessariamente tiveram de fazer parte do Orçamento. Essa é uma questão importante, que
28 toca a transparência com que as diferentes gestões tratam a questão orçamentária da
29 Universidade que, para ele, neste momento, é o principal problema que enfrentam. Ou sanam
30 o Orçamento, ou podem caminhar para desastres ainda não muito bem visualizados. Então,
31 gostaria de saber do senhor Roberto ou da Pró-Reitora de Desenvolvimento Universitário
32 especificamente essa questão. Também manifesta, nesse aspecto, sua concordância com a
33 Resolução GR que a Administração entendeu por bem adotar, exceto pela questão da
34 promoção dos colegas docentes e também a questão da promoção por mérito na carreira
35 universitária. Pensa que frustrar as expectativas daqueles que aqui decidiram realizar sua vida
36 profissional é algo muito mais grave do que ter de aumentar, em parte, a carga de trabalho em
37 sala de aula, que é onde muitas vezes está o ponto mais agudo dessa questão. Então, é um
38 momento que exige pleno desprendimento e colaboração de todas as categorias para que
39 vençam essa dificuldade, que hoje é bastante grave, de quase R\$250 milhões de déficit no
40 Orçamento previstos para o final deste ano. Solicita um esclarecimento se esses valores que

1 contribuíram para duplicar o déficit poderiam ou não ter sido previstos, no todo ou em parte,
2 quando da elaboração do Orçamento em dezembro de 2016. O Conselheiro JOÃO BATISTA
3 DE MIRANDA diz que é oportuno, até pelo momento que estão vivendo, prestar alguns
4 esclarecimentos no Conselho Universitário. Não irá falar em nome da área da Saúde da
5 Unicamp, mas em relação ao HC, que realmente chamou muito a atenção nos últimos dias. A
6 primeira coisa que acha que é importante ser esclarecida aqui é que, a despeito de todas as
7 dificuldades, de todos os problemas que o Brasil está passando, não existe nenhuma
8 precarização da assistência à saúde no HC. Dificuldades existem, como em todos os hospitais
9 universitários de ensino do Estado de São Paulo, mas pode garantir que o HC é um dos
10 poucos hospitais do estado que não reduziu atendimento nos últimos três anos, a despeito de
11 toda a crise. E isso foi feito com a colaboração de todos. Em relação aos funcionários, têm
12 sido realizadas conversas intensas com a Administração Central, agradece esse apoio da
13 Reitoria, mas é importante esclarecer que atendem todas as normas reguladoras que são
14 colocadas para a assistência. Os funcionários do HC têm apoiado, têm trabalhado, não estão
15 fazendo nenhuma ilegalidade. Notadamente, em setores essenciais, como UTI, centro
16 cirúrgico e tudo o mais, estão trabalhando com redução de funcionários. Existem algumas
17 pendências para resolver, que estão sendo encaminhadas. Também sentem que a crise é
18 intensa. Até acha que não é mais crise, porque passaram três, quatro anos, e crise que é algo
19 que tem começo, meio e fim. O Brasil está em outro patamar econômico e precisam se
20 preparar para isso. Em relação ao que aconteceu esta semana no HC, o que ocorre é que estão
21 vivendo um momento difícil. O Hospital tem credenciados no pronto-socorro 28 leitos, e
22 estava com 71 macas, o que dificultava até mesmo a locomoção no ambiente. Esse é um
23 contexto que não diz respeito à questão do HC. Ele está fazendo até mais do que deve fazer
24 dentro do que é sua principal função, que é o atendimento de alta complexidade. Por exemplo,
25 na oncologia fazem 400% a mais do que demanda o contrato em quimioterapia, 5.400% a
26 mais de consulta e 12.000% a mais de exames. Isso demonstra que está longe de a assistência
27 na área da Saúde do HC estar precarizada, muito pelo contrário. Esses são dados do
28 Ministério da Saúde. Para finalizar, em relação ao que ocorreu, foi uma fatalidade. Estão
29 analisando os fatos, não existe ainda nada definitivo, mas solicita a todos um pouco de
30 cautela. As últimas informações são que essa paciente chegou ao Hospital, foi direto para o
31 pronto-socorro, e uma técnica de enfermagem disse que embora estivesse lotado, que ela
32 passasse para a triagem, e ela não foi, foi direto para outro local. São informações que estão
33 comprovando para deixar tudo muito claro. Trata-se de uma tragédia, uma tristeza, mas estão
34 verificando para descobrir o que realmente ocorreu. Não foi um caso comum, uma mulher de
35 49 anos que teria infartado. O difícil disso é que se ela tivesse entrado, não saberiam onde
36 colocá-la, não havia maca para ela. Então, ela teria uma complicação dentro do PS e sem
37 condições de receber uma boa assistência. Mas, como disse, estão levantando tudo isso, acha
38 que é hora de muito cuidado, muita cautela com relação ao que falam, ao que fazem, verão
39 qual é o melhor caminho para que consigam continuar oferecendo para toda a população que
40 precisa o melhor atendimento possível. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que

1 sua preocupação é o momento. Fazendo uma analogia, quando estão dentro de um avião, se
2 caírem as máscaras, é para colocar primeiro em si mesmo, depois no outro. É mais ou menos
3 essa a situação de cautela. A Universidade construiu um sistema de mérito absolutamente
4 essencial, mas que não está sendo executado. Existem muitos docentes, sobretudo os mais
5 jovens, que têm a possibilidade de ascender na carreira por mérito e estão impedidos de que
6 isso aconteça. Ao mesmo tempo, se outros vierem, daqui a um ano, se nada ocorrer, sofrerão
7 uma situação equivalente ou parecida. Há R\$720 milhões, dos quais, acha que todos estão de
8 acordo que os itens 4, 5 e 6 terão de retirar, são R\$190 milhões. Há R\$250 milhões de déficit
9 programado para este ano, portanto, de fato, a reserva integral hoje é de R\$280 milhões, com
10 perspectiva para o final do ano, mais aquilo que será gerado através da aplicação, que pensa
11 que será muito baixo. O país vive um momento extremamente singular e perigoso. São
12 dirigidos por um governo completamente inadequado, indevido, uma situação que a cada dia
13 piora. É provável que essa crise ainda perdure. A conversa aqui é sobre ter cautela. A
14 Conselheira MARISA MASUMI BEPPU diz que fará os esclarecimentos mais gerais, e os
15 específicos o senhor Roberto assume. Tentou anotar todas as indagações, e vai tentar
16 responder com certa celeridade. O professor Marco Antonio comentou do estudo em relação
17 ao momento em que se esgota a reserva. É exatamente nisso que estão trabalhando. Houve
18 sugestões de colocar um medidor mostrando quanto há de reserva, mas o nível de alerta é
19 bastante alto. A preocupação maior em tentar o equilíbrio específico é o momento de votar a
20 Proposta Orçamentária para o ano que vem. A Unesp, por exemplo, não conseguiu colocar em
21 seu orçamento o pagamento de décimo terceiro salário deste ano, porque, mesmo que se
22 coloque uma previsão de déficit, é preciso ter fundos financeiros para comprovar que é
23 possível suportar aquele déficit. Então, é a uma matemática clara que precisam fazer chegar.
24 Estão trabalhando com a ideia da situação, que realmente é grave. Há vários pleitos de várias
25 categorias, de vários setores que compõem esta Universidade, entende todas essas demandas,
26 mas precisam viver a realidade. Então, nesse sentido, na próxima revisão orçamentária a ideia
27 é trazer a situação exata desse esgotamento. Concorda com o que vários membros do
28 Conselho disseram, inclusive com o senhor João Raimundo, de que precisam ter debate e
29 clareza de como prosseguir por esse caminho. Não pode mais ser com alguma pessoa dizendo
30 que vai ser de determinada maneira. A responsabilidade é de todos aqui. Concorda que o
31 centro de prioridade são as pessoas. É exatamente por isso que estão analisando as reservas
32 com muita cautela. O norte é que os cérebros são mais importantes que os prédios. Porém, os
33 investimentos estão nas mãos dos dirigentes, e terá de calibrar suas expectativas. A execução
34 orçamentária tange a estudantes, funcionários, docentes, e terão de falar sobre essa execução
35 orçamentária. O diálogo vai ser amplo, exaustivo, e não vai ser fácil a Unicamp se olhar no
36 espelho, mas terá de fazer esse exercício. Solicita a todos que tragam suas sugestões, porque
37 para retirar recursos de um lugar e colocar em outro vai ter de ser por consenso. Com relação
38 à questão de a política de arrocho virar uma naturalização, diz que este é um momento
39 diferente e singular, não se trata de uma política que estão estabelecendo; estão tratando de
40 sobreviver, não é questão de fazer isso *ad aeternum*, é uma questão do momento. Acha que

1 todos querem sobreviver de alguma maneira. E aqui coloca a questão da responsabilidade da
2 Administração Central em garantir que as etapas sejam debatidas e implementadas de maneira
3 responsável, porque no momento em que, eventualmente, faltar recurso para pagar os salários
4 todos vão responsabilizar a Administração Central. Precisam ter essa maturidade neste
5 momento. E não é só. O Orçamento do ano que vem, com o qual irão começar a trabalhar no
6 segundo semestre de uma maneira diferente, a preocupa no sentido de não serem capazes de
7 trabalhar, neste momento de crise, de maneira sensata, a própria autonomia universitária.
8 Precisam olhar a questão orçamentária do ponto de vista de autonomia também. Há vários
9 setores da sociedade questionando essa autonomia. Precisam ser responsáveis nesse aspecto
10 também. A questão do professor Geromel sobre progressão *versus* contratação é outro debate
11 importante que terão de fazer. Da experiência que tem, ainda como diretora de unidade, com
12 os debates do ano passado, acha que essas realidades não poderão ser tratadas com ações
13 lineares. As demandas e as naturezas são diferentes de unidade para unidade; as unidades em
14 consolidação possuem uma natureza e unidades já estabelecidas possuem outra. Do ponto de
15 vista de uma unidade estabelecida, concorda com o professor Geromel que a questão da
16 progressão é algo que precisa ser olhado com muito cuidado e muita consideração, porque
17 realmente precisam valorizar as pessoas que aqui estão promovendo e fazendo o nome da
18 Universidade. Então, olharão isso com muita cautela. Ressalta o caráter temporário da
19 Resolução GR-026, exatamente para que possam decidir o que vai ser aos poucos afrouxado
20 ou mais segurado. Sobre a questão dos acúmulos dos anos anteriores de déficit, eles vêm
21 impactando, sim, nas reservas. Em anos anteriores, era divulgado que a reserva era de mais de
22 R\$1 bilhão, e mesmo na primeira vez em que apareceu o formato das reservas ela estava em
23 cerca de R\$900 milhões, e agora é de aproximadamente R\$700 milhões. Então, esses déficits
24 vêm, de fato, corroendo, impactando e aparecendo nessas reservas. Sobre o questionamento se
25 os investimentos são dívidas específicas, responde que não, mas alguns são investimentos que
26 terão de olhar com muito cuidado, porque alguns deles têm contrapartida externa e precisam
27 verificar o que investir para não perder essa contrapartida externa também. Portanto, ressalta
28 que esses critérios de priorização terão de ser analisados e decididos com bastante cuidado,
29 pois não é possível fazer tudo. Em uma outra câmara alguém disse que possuem reservas para
30 dois anos, ao que respondeu que isso apenas se cancelassem tudo. Então, precisam, realmente,
31 olhar isso com muita responsabilidade. Não só são as contratações, as designações também
32 vão onerando a folha, e a folha está recebendo essa atenção toda porque é o maior elemento
33 de despesa. Se observarem no Anuário Estatístico, verificarão, às folhas 183, como o custeio,
34 no ano passado, foi bem menor. Não é uma questão de utilizar a folha para pagar custeio; o
35 custeio vem diminuindo, sucessivamente, há tempos, para que possam honrar a folha.
36 Concorde que há uma questão singular e situações externas que influenciarão; o problema do
37 teto não é exclusivo à Universidade, os impactos serão calculados, como já foi mencionado,
38 mas existem também as várias nuances que terão de levar em conta, inclusive o aspecto
39 progressivo que está sendo colocado em pauta. O demonstrativo da mudança de regime
40 CLT/Estatutário constou na pauta da COP e da CAD, não sabe por que não constou na do

1 Consu, mas irão verificar. Concorda com a colocação da professora Andréia de que há
2 pessoas envolvidas, e exatamente por isso é que estão olhando com tanta atenção a questão de
3 honrar o impacto das várias famílias que estão vinculadas à folha da Universidade, porque são
4 parte importante da instituição. Sobre a questão da remuneração da Administração Central,
5 responde que não há nada novo no lugar, simplesmente ela foi cortada. Quem recebe o valor
6 referente ao teto está recebendo exatamente o mesmo que recebia antes. Um debate mais
7 amplo dessa questão pode ser feito em um momento futuro. Sobre a questão da vigilância e o
8 impacto causado pela retirada dos vigilantes, não sabe informar, pois essa ação já estava em
9 andamento quando esta gestão assumiu. Talvez o senhor Roberto tenha alguma informação
10 específica em relação a isso. Sobre o pente-fino, concorda plenamente, essa Resolução GR é
11 justamente para que isso seja feito em relação a tudo o que está programado, o que terá
12 continuidade e por quê. Critérios claros serão publicados, com os motivos de seguirem com
13 algumas ações e não com outras. No que diz respeito às questões da professora Claudia e do
14 professor Pilli sobre as despesas não contempladas, informa que algumas realmente não
15 estavam contempladas no momento da aprovação da Proposta Orçamentária deste ano, e já
16 sabiam disso naquela época, porque todas essas contratações novas, todos os concursos
17 previstos e as progressões não constavam. Esse é um dos exemplos. O senhor Roberto
18 mencionará especificamente o aumento de taxa de alguns serviços, como luz, água etc. Isso
19 normalmente era colocado no Orçamento, na reserva estratégica que, em dezembro, estava
20 extremamente reduzida, então sabiam que não havia uma previsão específica colocada lá.
21 Precisam mudar a maneira de elaborar o Orçamento, ela terá de ser mais responsável, mais
22 transparente, mais debatida, e isso vai dar muito mais trabalho para todos. Esta Administração
23 está se dispondo a exatamente mediar e fazer esse trabalho, que acha que é uma
24 responsabilidade compartilhada, realmente, na situação na qual chegaram hoje. Em seguida,
25 solicita ao senhor Roberto que faça alguns esclarecimentos específicos, por exemplo, de
26 elementos de despesas que aumentaram. O senhor ROBERTO BOSSO diz que fará um
27 comentário inicial, respondendo ao senhor João Raimundo sobre a arrecadação de abril. Ela
28 foi de R\$7,8 bilhões, que não é um número muito animador. Os dados da revisão
29 orçamentária estão fechados até março, mas como já transcorreu um certo tempo, e
30 considerando o realizado até abril, em valores reais o ano de 2017 em relação a 2016 continua
31 2,1% abaixo, pelo IGP-DI, e 1,87%, pelo IPC-Fipe. Assim, o número de arrecadação de abril
32 não trouxe uma mudança muito significativa no cenário. Complementando as explicações da
33 professora Marisa sobre as despesas, o professor Marco Antonio se referiu ao quadro que está
34 às folhas 3, e observa que, em razão de 250 aposentadorias, era esperado que a quantidade de
35 ativos tivesse a mesma redução, se não houvesse nenhuma reposição. Como isso não foi na
36 mesma dimensão, essa diferença dos 78 é o que entendem como reposição, embora não tenha
37 sido reposta toda a quantidade de aposentados verificada no mesmo período. Com relação ao
38 aumento de despesa, já respondendo aos professores Marco Antonio, Claudia e Pilli, às folhas
39 2 há uma tabela com a variação nominal e a variação percentual de cada grupo de despesa
40 considerado no Orçamento. Sobre as despesas de limpeza que a professora Andréia comentou,

1 sempre há espaços novos que são entregues, um exemplo recente é o prédio do IG, que é um
2 espaço bastante grande. Sobre a vigilância, houve uma solicitação de reequilíbrio contratual
3 da prestação de serviços passada e isso não estava previsto no Orçamento. Também houve
4 aumento não previsto de despesas nos restaurantes: um acréscimo da ordem de 10% na
5 quantidade de refeições servidas. Foram ainda realizados alguns reajustes de bolsas,
6 especialmente dos médicos residentes, que estavam congeladas há cerca de dois anos. Isso
7 passou a ser pago pela Secretaria da Saúde, em janeiro deste ano, então a Universidade seguiu
8 a mesma tendência do reajuste, que já estava aprovado há um tempo, mas não tinha sido
9 adotado pelo Governo do Estado. A Universidade estava esperando uma sinalização de que o
10 Governo do Estado pagaria e então passou a pagar, e essa diferença chega quase a R\$1
11 milhão. Do ponto de vista da Proposta Orçamentária, o maior valor que poderiam ter citado é
12 o saldo das unidades, já que tradicionalmente possuem em torno de uns R\$30 milhões de
13 saldo não executado, mas isso não foi mencionado porque o exercício ainda não havia sido
14 encerrado, e, por questões de método, isso não é considerado. Mas é sempre esperado que um
15 certo saldo do exercício corrente seja transferido para o exercício seguinte. Talvez para 2017
16 esse saldo seja menor, porque no Orçamento de 2017 já foi feita uma distribuição mais
17 enxuta, então é provável que esse volume de recursos que vem se acumulando, há algum
18 tempo, a título de saldo, seja menor em relação ao fechamento de 2017, com transferência
19 para 2018. O professor Geromel perguntou e a professora Marisa respondeu sobre a questão
20 da reserva estratégica, e reforça que a Universidade não tem dívidas, nem mesmo qualquer
21 outra dívida que não esteja relacionada no demonstrativo de reserva. A priorização dos itens
22 mencionada pela professora Marisa, que está sendo feita nas reuniões com os diretores, deve
23 trazer resultados que podem absorver esse déficit projetado. O MAGNÍFICO REITOR diz
24 que, em resumo, a situação é, de fato, dramática, grave, difícil. A situação da Unicamp é
25 muito complicada e a das outras universidades paulistas é similar ou até pior. Lembra que a
26 Unesp não concedeu o reajuste de 3% no ano passado e este ano não possui recursos para
27 pagar o décimo terceiro. Como a professora Marisa colocou, o que está em risco é a questão
28 da autonomia da Universidade, porque no momento em que não há recursos e não haverá
29 como pagar, precisarão observar como será a reação e o comportamento do Governo do
30 Estado em relação a este momento delicado para as universidades públicas paulistas. E,
31 infelizmente, se não tomarem medidas que são, realmente, drásticas, duras, difíceis, chegarão
32 a essa situação já no ano que vem. Então, essa é a preocupação, como administradores da
33 Universidade. Sobre o que o professor Pilli comentou, lembra que na Proposta Orçamentária
34 aprovada pelo Consu não estavam previstas as promoções. A Resolução GR simplesmente
35 corrobora algo que já não estava previsto, ou seja, aquele déficit de R\$121 milhões não tinha
36 previsão de promoções. Sabem que é algo absolutamente necessário e importante na
37 Universidade, mas, neste momento, é necessário, realmente, parar todas as ações, porque
38 precisam restabelecer e reequilibrar as finanças. Em relação ao questionamento da professora
39 Andréia sobre a remuneração da equipe da Administração Superior, responde que não há
40 nenhuma remuneração. Foi cortada a dupla matrícula e não há nada no lugar. Alguns

1 membros da equipe já recebiam o teto, e assim permaneceram, e os que não o haviam
2 alcançado também ficaram como estavam. Com relação ao que o senhor Diego questionou, o
3 senhor Gilmar informou que existem, hoje, nove casos de matrículas duplicadas no sistema,
4 por conta de acúmulo de cargos. Sete deles são dos colégios, que podem ser simultaneamente
5 funcionário da Unicamp e professor do colégio, ou funcionário do colégio, e dois são
6 médicos, que podem ser do HC e do Caism, por exemplo, e nenhum deles recebe acima do
7 teto. Além disso, não existe nenhum caso com três matrículas, como foi mencionado.
8 Infelizmente, as notícias sobre a situação orçamentária não são boas, são muito delicadas,
9 muito complicadas. Farão o acompanhamento e o diálogo, mas a comunidade e a
10 Universidade precisam entender que estão vivendo um momento único na história da
11 Unicamp e do país, do ponto de vista de crise econômica e crise política, e precisarão,
12 realmente, enfrentar este momento com muita responsabilidade e cautela. Não havendo outras
13 observações, submete à votação a Primeira Revisão do Orçamento 2017, que é aprovada com
14 1 abstenção. Passa ao item 2 – Proc. nº 01-P-24465/2016 –, que trata da proposta conjunta da
15 Reitoria da Unicamp e do Grupo de Trabalho responsável pela Organização das Audiências
16 Públicas para debater a Política de Cotas na Unicamp (Portaria GR nº 50/2016) objetivando
17 estabelecer medidas visando ao aprimoramento da política de ingresso no Vestibular Unicamp
18 a partir de 2019 e outras providências. Assumi há pouco mais de um mês a Administração da
19 Universidade, e esse assunto, como todos sabem e estavam acompanhando, já estava sendo
20 discutido no âmbito da Universidade. A partir da discussão iniciada em 2002, a Unicamp
21 criou em 2004 o Paais, um programa inovador no que se refere às políticas de ações
22 afirmativas e inclusão social no país, obtendo sucesso e tendo sido replicado em outras
23 universidades. Ele foi baseado em estudos muito sérios e detalhados sobre a questão do
24 ingresso, e tem se mantido, sendo aprimorado e rediscutido ao longo dos anos. Vale a pena
25 destacar que, como mencionou, há uma errata nessa minuta, tendo em vista que em 2014
26 houve a discussão no Estado de São Paulo, seguindo a discussão que havia no Governo
27 Federal, de que deveriam ter, no mínimo, 50% de ingressantes nas universidades públicas
28 paulistas provenientes de escolas públicas. Essa discussão e essa proposta geraram o
29 Programa de Inclusão com Mérito no Ensino Superior Público Paulista – Pimesp, e a partir
30 disso foi feita uma discussão no Consu que levou à Deliberação Consu-A-004/2013 e a uma
31 modificação no Paais, estabelecendo que 50% dos alunos matriculados em cada curso, em
32 cada turno, deveriam ter cursado integralmente o ensino médio em escolas públicas. O motivo
33 da errata é que depois perceberam que o programa acabou não se tornando lei estadual, porém
34 ele é baseado na legislação federal. Em 2010 e 2011, na época em que era Pró-Reitor de
35 Graduação, foi criado o Programa de Formação Interdisciplinar Superior – ProfIS, que tem
36 um outro modelo. Ele atinge somente a cidade de Campinas e se trata de uma turma de 120
37 estudantes, com um modelo, para simplificar extremamente, que talvez possam chamar de
38 cotas geográficas: está representado pelo menos um aluno de cada escola pública do
39 município, e os resultados, no que se refere a ações afirmativas e inclusão social, são bastante
40 interessantes. A dificuldade desse programa, naturalmente, é que ele ainda é pequeno e não

1 foi expandido ao longo desses anos. Então é um programa que precisa, naturalmente, também
2 ser aprimorado. O País sofreu uma modificação, e com isso este ano a Unicamp atingiu
3 50,2% de alunos provenientes de escolas públicas. Também vale lembrar que essa meta de ser
4 por curso e por turno não foi atingida, e que o percentual de pretos, pardos e indígenas desse
5 programa está, atualmente, em 22%. No ano passado, foi criado um Grupo de Trabalho para a
6 organização das audiências públicas. Foram feitas três audiências públicas para debater a
7 implantação de cotas étnico-raciais na Unicamp, e o resultado foi um relatório muito
8 completo, muito detalhado, que foi apresentado ao Consu. Houve uma sessão extraordinária
9 do Consu para discutir esse documento e o encaminhamento que foi dado pelo professor
10 Tadeu foi enviar esse relatório às unidades para discussão, para voltar justamente no dia de
11 hoje. Entretanto, o que acabou acontecendo é que nesse encaminhamento não foram dadas
12 instruções específicas. Além disso, o relatório também continha ideias de uma proposta muito
13 preliminar do que poderia ser a implantação de cotas na Universidade, que gerou muita
14 discussão e muito questionamento. Essa discussão aconteceu, mas quando assumiram a
15 Administração, várias pessoas começaram a perguntar o que seria votado no Consu de hoje, o
16 que tinham para discutir e votar. Fizeram diversas reuniões com os diretores, com as
17 representações docentes, com o Grupo de Trabalho que organizou as audiências públicas e
18 chegaram à minuta apresentada na pauta, uma proposta preliminar de Deliberação Consu que
19 coloca diversos considerandos, historiando um pouco o processo, e estabelecendo claramente
20 a premissa de que há uma sub-representação de certos grupos da sociedade na Universidade.
21 E é fundamental lembrar que está claramente colocado no programa de gestão que a
22 sociedade deve estar representada dentro de uma universidade pública. A maneira como essa
23 representação ou esse acesso deve ser colocado é que hoje está em discussão. A questão das
24 cotas étnico-raciais é um assunto fundamental para a ampliação e o aprimoramento desse
25 debate. Nessas premissas, há várias questões de caráter geral que são importantes; um dos
26 considerandos, em particular, comenta claramente que: “Considerando que a Unicamp
27 reconhece a necessidade de alteração da política de ingresso nos cursos de graduação,
28 aperfeiçoando-a com a inclusão de cotas para pretos, pardos e indígenas”. Esse foi um dos
29 pontos que ganhou a maior discussão e a maior importância nesse contexto. A minuta define
30 claramente que a maneira de atingir esse horizonte de ter a sociedade representada aqui dentro
31 será a partir da constituição de um Grupo de Trabalho que, ao longo deste ano, fará um debate
32 muito mais aprimorado, com dados, estudos, números e pesquisas sobre a maneira de
33 implantar, eventualmente, as cotas étnico-raciais dentro das políticas de ação afirmativa e
34 inclusão social da Universidade. Considera que é necessário aprimorar o processo, avançar de
35 uma maneira muito efetiva, levando em conta o histórico existente e agregando outros fatores
36 que podem ser importantes. Primeiro são as cotas étnico-raciais, depois a possibilidade de
37 utilizar o Sisu, através das notas do Enem, para recolocar a Unicamp no cenário nacional,
38 ampliando a base de possíveis estudantes que venham a estudar aqui, e também colocando a
39 questão muito claramente explicitada no programa de gestão de que não existe nenhuma
40 política de acesso, de ação afirmativa e inclusão social que não leve em consideração as

1 políticas de permanência, de desenvolvimento acadêmico, e isso também está colocado aqui
2 com todo o cuidado. Naturalmente, houve também um debate nas unidades. Foi solicitado que
3 elas se manifestassem, e talvez como consequência de uma certa confusão no
4 encaminhamento, muitas unidades acabaram debatendo especificamente uma proposta que
5 estava colocada no relatório do GT, mas não se trata desta discussão aqui. A ideia aqui é
6 discutir o princípio e a criação do Grupo de Trabalho que elaborará uma proposta efetiva a ser
7 apresentada ao Conselho Universitário, em reunião prevista preliminarmente para novembro.
8 Já recebeu críticas sobre o cronograma e outros diversos pontos da proposta de deliberação,
9 mas a ideia é trazer aqui para o debate. Então, com base na história da Universidade, no
10 relatório do GT, nas discussões nas unidades, nas audiências públicas, possuem um conjunto
11 de informações que permite debater essa questão, sempre no sentido de avançar nas políticas
12 públicas da Universidade e na representação da sociedade, de uma maneira concreta. Abre a
13 palavra aos conselheiros, informando que solicitou ao professor Munir que controle o tempo
14 de cada fala, que ficará limitada a cinco minutos. Ele avisará quando o tempo se esgotar, e a
15 partir daí o conselheiro terá um tempo a mais para fechar o pensamento. O Conselheiro
16 MUNIR SALOMÃO SKAF diz que, aos quatro minutos, fará um sinal com a mão, para que o
17 conselheiro possa ir concluindo sua fala. O MAGNÍFICO REITOR lembra que precisam
18 seguir as regras do Conselho Universitário, e quem não é membro e quiser se manifestar tem
19 de pedir a um membro que solicite a palavra. O Conselheiro RODOLFO JARDIM DE
20 AZEVEDO diz que recebeu esse novo documento na quarta-feira, em uma reunião convocada
21 pelo senhor Reitor. Na quinta-feira, recebeu a pauta do Conselho Universitário e então
22 convocou uma reunião extraordinária da congregação do Instituto de Computação para ontem.
23 O argumento principal que venceu na congregação foi o de que não tiveram tempo para
24 estudar essa nova proposta. Justamente pela necessidade desse tempo, solicita a retirada de
25 pauta. O MAGNÍFICO REITOR diz que a retirada de pauta tem prioridade, mas pergunta ao
26 professor Rodolfo se podem discutir um pouco antes de votar a retirada de pauta, com o que
27 ele concorda. O Conselheiro ANTONIO CARLOS BANNWART diz que a Faculdade de
28 Engenharia Mecânica discutiu, primeiramente, o relatório do Grupo de Trabalho que
29 organizou as audiências, depois tiveram uma palestra com o professor Renato Pedrosa sobre o
30 Paais, e após receberem a minuta, convocou a congregação para uma reunião aberta, ontem,
31 na qual estiveram presentes vários alunos, professores, funcionários, e chegaram ao seguinte
32 posicionamento: em primeiro lugar, a congregação pondera que faltou um considerando
33 importante na minuta que diz respeito à reafirmação dos valores acadêmicos. O compromisso
34 da Universidade deve ser sempre com a formação de profissionais altamente qualificados para
35 a solução dos problemas do país, e, conseqüentemente, isso tem de implicar uma alta
36 qualidade dos cursos. Acha que esse considerando de reafirmar o compromisso com os
37 valores acadêmicos deveria ser adicionado aos demais considerandos da minuta. A
38 congregação manifestou-se favoravelmente à busca da Unicamp em refletir a diversidade da
39 sociedade em seu interior, e isso deve ser feito juntamente com essa reafirmação do
40 compromisso com os valores acadêmicos. Lerá o posicionamento final, que é a proposta que a

1 FEM traz, de que qualquer que venha a ser o sistema de inclusão a ser proposto pelo GT, ele
2 deve garantir sempre uma nota mínima para os alunos ingressantes: “A Congregação da FEM
3 apoia o princípio de que a Unicamp deve procurar refletir a diversidade socioeconômica e
4 étnico-racial da sociedade e, ao mesmo tempo, preservar a qualidade de seus cursos. Nesse
5 sentido, é favorável a que se estudem políticas amplas de inclusão social em seu corpo
6 discente, combinando critérios de baixa renda, escola pública de primeiro e segundo graus e
7 cor, tendo como referência o perfil dos egressos do ensino médio. A congregação da FEM
8 considera que deve ser respeitada uma nota mínima em determinadas disciplinas e por curso,
9 que possibilite aos alunos adequado desempenho ao longo da graduação. Essa nota mínima
10 deve servir de critério de corte tanto para a adição de bonificação, quanto para definir os que
11 poderão ser incluídos pelo sistema de reserva de vagas étnico-raciais. Finalizando, a
12 Faculdade de Engenharia Mecânica entende que o papel do GT deve ser o de se debruçar
13 detalhadamente sobre os dados e trazer para as unidades e para este Conselho um
14 mapeamento das discussões que possam facilitar o posicionamento e nos esclarecer sobre essa
15 complexa matéria. Então, que o papel do GT deve olhar o sistema de acesso como um todo e
16 ver qual é a melhor maneira de combinar as políticas existentes de inclusão com o novo
17 sistema de cotas a ser criado.” O Conselheiro BRUNO RIBEIRO FERREIRA faz um
18 agradecimento a todas as pessoas e a todos os movimentos que já trilharam esse caminho da
19 reivindicação das cotas, não só no Brasil, mas em vários outros países, e que no Brasil, no
20 início dos anos 2000, teve êxito com a conquista das cotas na Uerj, depois na UnB e daí por
21 diante. Agradece aos movimentos sociais, ao movimento estudantil, aos movimentos da
22 cidade de Campinas que estão aqui do lado de fora agora, marcando presença, acompanhando
23 esta reunião. Isso é só um reflexo de que esta pauta não é somente um interesse interno, mas,
24 sobretudo, externo à Unicamp. Sobre a retirada de pauta, a principal argumentação é em
25 relação ao tempo. No entanto, se observarem a própria trajetória das cotas étnico-raciais e a
26 discussão dos seus princípios, a Unicamp não está começando isso agora. Destaca que um dos
27 aprendizados da greve é a forma de construir uma mobilização consistente também pensando
28 na institucionalidade. Nesse sentido, reivindicaram e conquistaram a criação do GT
29 responsável pela organização das audiências públicas, para as quais os conselheiros foram
30 convidados nominalmente. Se eles não participaram, foi questão de escolha. Mas de lá para cá
31 tiveram muito tempo para dialogar sobre o assunto, o relatório do GT já foi apreciado em
32 sessão extraordinária do Consu e em várias congregações. Em todas elas os movimentos
33 estiveram presentes para discutir o relatório e a proposta de cotas étnico-raciais, além de fazer
34 o diálogo com a comunidade externa, o que também não é algo novo, não começou com a
35 greve. Várias pesquisas apontam que há uma parte significativa da população que é contrária
36 às cotas devido a um discurso hegemônico da direita, um discurso reacionário, que naturaliza
37 esse não lugar. Naturaliza que haja universidades de excelência que não representem
38 demograficamente a sua população. A construção do contra-argumento é difícil, e na
39 Unicamp não foi diferente. Vale lembrar que, durante a greve, todas as unidades da Unicamp
40 paralisaram pelo menos por um dia, e em praticamente todas elas a paralisação ou a greve

1 teve como mote as cotas. Isso foi uma conquista dos movimentos sociais de dentro e de fora
2 da Universidade, uma conquista que veio por meio do convencimento e do diálogo. Precisam,
3 portanto, pensar na própria trajetória dos movimentos. A Frente Pró-Cotas e o Núcleo de
4 Consciência Negra da Unicamp surgiram em 2012; é integrante do Núcleo de Consciência
5 Negra, que se reúne toda sexta-feira, nas mesinhas do Pavilhão do Básico, para discutir
6 projetos e propostas. No Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, em diálogo com alguns
7 professores, construíram uma proposta vitoriosa: o primeiro programa de pós-graduação das
8 universidades paulistas a aprovar cotas étnico-raciais. Depois, isso foi adotado em alguns
9 programas do Instituto de Economia, em dois programas do Instituto de Estudos da
10 Linguagem, e a questão está em estágio avançado no Instituto de Artes, que já apreciou um
11 relatório e provavelmente aprovará cotas. Essa proposta tem a ver com diálogo, e argumentar
12 que é falta de tempo é morosidade, é o argumento contrário, que sabem o que significa, qual o
13 seu fundo, mas que não pode ser explícito aqui, pelos motivos que já conhecem. Então, o
14 tempo realmente não é o problema, inclusive porque a proposta estabelece que terão um prazo
15 para construir e implementar o projeto. Trata-se de um projeto amplo, e esse foi um diálogo
16 reconhecido inclusive pela própria Administração Central, já que o encaminhamento foi uma
17 construção conjunta do GT com a equipe da Universidade. Portanto, reafirma que falta de
18 tempo para discutir não é um argumento válido. O Conselheiro FÁBIO BONETTO ROSA diz
19 considerar que o Paaís não está adequado, e acredita que a maioria das pessoas concorda com
20 isso. Portanto, vê nessa proposta uma das melhores oportunidades que terão em um longo
21 período para readequar e melhorar a política de ação afirmativa da Universidade. Dentre
22 vários pontos que podem ser melhorados, cita o fato de haver 30% de pessoas com baixa
23 renda, abaixo de três salários mínimos, que ingressam pelo Paaís. Portanto, realmente ele não
24 representa necessariamente essas pessoas, pois 30% não chega a ser metade dos beneficiados,
25 e desse total um terço seria composto de pretos e pardos, o que também não representa a
26 população mais desprivilegiada que desejam dentro da Universidade. Então, acha que ele
27 pode ser readequado. Além disso, o Paaís é variável de acordo com a demanda do curso;
28 como é um bônus fixo na nota, sabem que cursos menos concorridos terão uma resposta ao
29 Programa diferente da dos cursos mais concorridos. Isso é um problema que pode ser
30 resolvido com as cotas, que são mais uniformes. Esse seu posicionamento não significa que
31 esteja em consonância com o movimento estudantil, do qual não se considera membro, por
32 nunca ter se sentido muito representado por ele. Já teve muitas dificuldades, tanto acadêmicas
33 quanto morais com o pessoal do movimento, mas concorda com a posição deles de que cotas
34 são um meio muito bom para alcançar os objetivos. Quanto à questão do encaminhamento,
35 ficou bem irritado quando soube na assembleia que havia um encaminhamento novo, que
36 sequer conhecia, porque em uma semana teria de decidir, baseado em dados totalmente novos,
37 sobre uma proposta muito complexa. Ficou desconfortável, e não apenas ele; uma boa parte
38 da comunidade também não gostou de não ter sido ouvida antes de poder decidir. Várias
39 questões simples, como a menção à lei, seriam ressaltadas anteriormente, e poderia ter sido
40 algo mais consensual para a Universidade caso tivesse sido exposto. Não houve tempo para o

1 *feedback*. Mas, ainda assim, acha que isso não desmerece tudo o que foi feito pelo Magnífico
2 Reitor e sua equipe, que estão fazendo um trabalho muito bom. Sua proposta é que se for
3 aprovada a criação do GT, que este tenha uma composição plural, com pessoas de visões
4 diversificadas, para que a Universidade seja contemplada como um todo e a discussão seja
5 internalizada dentro do GT, para que quando chegue ao Consu a aplicação seja mais facilitada
6 e mais rápida. O ponto que mais lhe descontentou foi o considerando que coloca “o
7 reconhecimento da existência de debate”. Realmente, houve várias iniciativas para que ele
8 ocorresse, mas de maneira nenhuma reconhece a existência de um debate real na
9 Universidade, e diz isso com base em suas experiências pessoais e nas experiências relatadas
10 por muitas pessoas. O debate está sendo inibido pelo medo das pessoas de se manifestar, e
11 isso é muito prejudicial em um assunto desse nível. Um exemplo foi o que viveu na 1ª Sessão
12 Extraordinária do Consu de 2017, quando foi apresentado o relatório do GT, em que, apenas
13 por dizer que queria a presença do contraditório, foi chamado de racista, e não foi um caso
14 único. No ano passado, quando sua chapa foi eleita, pelo fato de ela não ter um
15 posicionamento fechado a favor do assunto de cotas, sofreram vários boicotes no movimento
16 estudantil, que não queria deixar que dessem seu voto no Consu. Isso evidencia um
17 comportamento que limita muito o debate, e fica realmente desconfortável em aprovar um
18 encaminhamento que assume a existência de um debate que, pelo menos na sua realidade, não
19 ocorreu como deveria. A princípio votará favoravelmente, porque acha que não podem mais
20 postergar a decisão, e caso seja retirado de pauta, solicita que o assunto retorne o mais rápido
21 possível, em uma sessão extraordinária. O MAGNÍFICO REITOR diz que várias pessoas
22 mencionaram, com desagrado, o fato de não conhecerem o texto. Lembra que esta gestão
23 assumiu há menos de um mês, e em meio a uma série de questões turbulentas, como a
24 discussão da data-base, precisaram equacionar essa questão. Tiveram de encontrar uma
25 solução muito rápida, muito debatida, mas concorda que faltou uma conversa um pouco mais
26 ampla. O Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que estão aqui discutindo
27 justamente porque no ano passado houve uma greve que mudou o expediente desta
28 Universidade. Aqueles que não estão inseridos nesse debate desde então ou que acham que
29 esse debate não deveria estar sendo feito estão fora da realidade. Uma das consequências
30 dessa greve foi a punição de um estudante negro, representante deste Conselho, com dois
31 semestres de suspensão, fruto da luta no ano passado, e que não está podendo se manifestar ou
32 votar nesta sessão. Então, solicita passar a palavra para o acadêmico Guilherme Montenegro,
33 que representa muito melhor do que ele essa luta. O Acadêmico GUILHERME VICTOR
34 MONTENEGRO diz que não adianta o Consu enviar *e-mails* a ele dizendo que não foi
35 convidado para as sessões porque, se dependesse do Conselho, não haveria esta pauta aqui
36 hoje. Foi eleito pelos estudantes e gostaria do respeito a essa legitimidade construída pelo
37 movimento estudantil. Também foi muito bem lembrado pelo senhor Diego que o debate que
38 fazem hoje, que se segue, se tudo der certo, pela aprovação do princípio das cotas, foi fruto de
39 uma luta coletiva que realmente paralisou a Universidade, tirando-a de seu estado de
40 normalidade, porque quando as coisas desandam do caminho do sentido público da

1 Universidade, é preciso parar e observar quais são os problemas. A greve dos estudantes foi
2 fruto da reflexão que gerou esta pauta que este Conselho reconhece hoje como uma pauta
3 legítima. E se a pauta é legítima, não vê motivos para a punição aos estudantes, lembrando
4 que não é só a ele, mas a outros estudantes também, destacando que hoje 100% dos processos
5 abertos pela Reitoria envolvem estudantes negros na luta por cotas, o que, de fato, difere
6 bastante da representação que esses estudantes têm hoje na composição acadêmica da
7 Universidade. Então, fica muito claro que, infelizmente, apesar de estarem debatendo isso
8 hoje, a discussão sobre o racismo institucional se faz muito necessária neste momento. O
9 próprio Governo do Estado, a partir da sua Secretaria de Justiça, acolheu um dossiê que o
10 DCE da Unicamp protocolou denunciando o caso de racismo e já está chamando o Diretório,
11 e imagina que também a Reitoria, para prestar esclarecimentos, enquanto a Unicamp possui
12 uma política institucional – destacando que não é de gestão, mas institucional – de fechar os
13 olhos para esses casos de racismo, pensando que a proposta de cotas vai resolver o problema.
14 Acha que a proposta de cotas fará com que observem que esse é um problema não apenas da
15 Unicamp, mas do país, e precisam se debruçar sobre ele. E a Universidade não vai avançar
16 sobre essa questão punindo estudantes negros que lutaram pela greve. Portanto, registra aqui
17 seu completo repúdio, não só pessoal, mas como uma posição do movimento estudantil, que,
18 como bem lembrado aqui, decide suas pautas em fóruns legítimos, democráticos, que são as
19 assembleias, e que tem uma posição contrária a isso. Também registra que hoje esta
20 Universidade tem uma oportunidade histórica de se transformar, de fato, em uma universidade
21 de excelência, porque não existe universidade de excelência com pensamento único. O
22 pensamento único que impera hoje na Unicamp não representa a composição dos problemas
23 da maioria da população brasileira. Então, o sentido da aprovação das cotas, não somente da
24 alteração da composição dos alunos aqui, mas da alteração do sentido epistemológico que
25 trazem hoje as pesquisas da Universidade para que possam avançar a um patamar em que
26 realmente a Universidade possa honrar o fato de ser uma universidade pública. E para isso
27 precisam avançar na democracia dentro da Universidade, não somente no acesso, mas
28 também para que tirem qualquer lastro que esta Universidade vive hoje da ditadura militar. A
29 perseguição política aos estudantes é um lastro da ditadura militar presente hoje no Regimento
30 da Universidade, que precisa ser alterado, inclusive na discussão sobre o racismo, porque as
31 perseguições estão atingindo estudantes negros. E se essa não for uma preocupação deste
32 Conselho, terão de, a partir daqui, discutir medidas efetivas de combate ao racismo na
33 Universidade, inclusive com base na proposta de órgão que será criado. Uma última questão
34 em relação ao documento apresentado é sobre a composição, que não está definida no
35 documento, mas aqui possuem a representação de servidores técnico-administrativos e de
36 estudantes. Então, uma solicitação dos estudantes é que essa representação seja eleita pelos
37 discentes, através de fóruns legítimos reconhecidos pelo conjunto. O Conselheiro SÉRGIO
38 LUIZ MONTEIRO SALLES FILHO diz que, no Instituto de Geociências, foi feita uma
39 discussão interna sobre este assunto, utilizando tanto o relatório do GT como outros
40 documentos. Convidaram algumas pessoas para debater, como o professor Renato Pedrosa, do

1 IG, o senhor Teófilo Reis, do Núcleo de Consciência Negra da Unicamp, o professor Júlio
2 Hadler, do IFGW, e houve ampla participação. O Instituto chegou a uma posição sobre esse
3 assunto por aclamação, não houve sequer votação. Resumindo, ela é de que o IG se coloca
4 favoravelmente à ampliação das políticas de inserção étnico-raciais e socioeconômicas da
5 Unicamp, observando-se a composição étnico-racial e socioeconômica da população
6 brasileira e, em particular, do Estado de São Paulo. O Instituto é favorável ao princípio da
7 política de reserva de vagas étnico-raciais. Entende, ainda, que do ponto de vista da
8 operacionalização é preciso estudar com maior profundidade os melhores caminhos para que
9 essa ampliação da inserção étnico-racial e socioeconômica ocorra na Universidade, tendo em
10 conta as particularidades e diversidades da Unicamp e de seus cursos. O Instituto recomenda
11 que a Universidade faça essa discussão da operacionalização, que é o que está na pauta, mas
12 que também implemente um sistema de acompanhamento da questão socioeconômica e
13 étnico-racial dentro da Universidade, além de políticas de suporte, objetivando a permanência
14 e o bom desempenho acadêmico dos ingressantes. Acha importante ressaltar isso, que está na
15 minuta de deliberação que provavelmente votarão hoje, mas a ideia é que esse estudo, ao
16 definir a operacionalização dessa política, traga também em conjunto as formas necessárias de
17 permanência e de desempenho acadêmico para os estudantes que vierem a entrar na
18 Universidade, a partir dessa nova política de inserção. Observa que a discussão no IG foi
19 ampla e aberta. Do seu ponto de vista, e acha que do da maioria dos colegas, realmente
20 precisam de mais tempo, principalmente para refletir sobre a forma de operacionalizar. Está
21 entendendo que a proposta colocada pela Reitoria, em conjunto com o GT e os movimentos,
22 atende a essa demanda de tempo para estudar o melhor caminho para a Universidade, tendo
23 em vista o histórico que ela já tem nesse assunto e a sua capacidade de pensar medidas
24 criativas para resolver de uma vez por todas, ou pelo menos encaminhar de uma vez por todas
25 esse problema. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz não achar boa a ideia dos
26 cinco minutos nesse assunto. Considera interessante dedicar tempo, inclusive, se for
27 necessário, que estendam a Sessão para um outro dia, conforme foi feito tantas vezes; não vê
28 isso como um problema, estão tentando debater esse assunto há anos. A Unicamp é uma
29 universidade que não tem cotas e se orgulha disso. Esse assunto está entrando em pauta
30 porque chegaram a um momento limite de tensão entre os estudantes, a ponto de ter um
31 processo de luta, de mobilização, de manifestação da comunidade acadêmica, como o que
32 ocorreu no ano passado. Precisam parabenizar os estudantes em primeiro lugar por causa
33 dessa discussão. Os grevistas, os lutadores que colocaram esse assunto na pauta. Estão em
34 débito com a sociedade brasileira, com tudo o que tem sido formulado de mais qualificado nas
35 ciências sociais sobre a importância das cotas étnico-raciais nas universidades, na
36 democratização do conhecimento, na qualificação do conhecimento. E o que não faltam são
37 exemplos. Há pessoas muito mais qualificadas que ele para dizer isso, inclusive tem a
38 expectativa de passar a palavra a elas. Quem pensa sobre o problema e a necessidade das
39 cotas na graduação são esses estudantes e seus movimentos sociais, e é por isso que precisam
40 reconhecer a formulação desses agentes. Houve um debate sobre o assunto, e acha que seria

1 importante que as unidades apresentassem sua posição sobre a proposta do GT que foi
2 discutida em três sessões extraordinárias. Ressalta que a maior parte dos conselheiros não
3 compareceu às sessões, onde podiam discutir, havia contraditório representado na Mesa,
4 houve explicação das propostas que acontecem em todo o Brasil, históricos, avaliações, então,
5 antes de dizer que não há tempo e que não entendem do assunto, precisam assumir a
6 responsabilidade de ouvir a demanda social colocada por meio de muito conflito. Não
7 consegue entender, dado esse encaminhamento, por que as unidades consideram que a
8 proposta não é boa. Gostaria muito que a proposta fosse aprovada, reconhecendo a luta, a
9 demanda, e a coerência desse debate como foi explicitado nas sessões extraordinárias e no
10 debate rotineiro dos movimentos sociais. Dada a importância do processo de luta discente
11 para colocar essa questão na graduação, pensa que a deliberação deveria incluir mais dois
12 alunos na representação. Não sabe exatamente o critério que irá definir as representações do
13 Consu, mas são apenas seis representantes. Propõe que sejam colocados mais dois, inclusive
14 fazendo coro com o que o acadêmico Guilherme colocou, sobre eles terem seus fóruns para
15 eleger. Chama a atenção também para a data que está apontada para um Consu no dia 28 de
16 novembro, pois essa semana é de provas, ou seja, talvez não seja uma boa data de deliberação.
17 Talvez um Consu Extraordinário de pauta única possa ser chamado em momento mais
18 pertinente. Não pode deixar de falar sobre o caráter das punições de greve. A greve estudantil
19 foi o único processo que conseguiu pautar cotas na Universidade, foi um processo muito
20 amplo. Acha que não é crime apagar a lousa, do jeito que está mostrado, ainda que aquilo
21 fosse um vídeo que representasse a realidade, coisa que não é: trata-se de um pedaço de
22 teatro. E a proposta que a Universidade encaminhou foram dois semestres de suspensão, um
23 ano. Então, percebe-se o ódio despertado pela questão de cotas, que é uma demanda social. A
24 crítica a esse processo de punições, que não é só do acadêmico Guilherme, já que existem
25 outros casos com absurdos do mesmo tamanho. A Universidade não pode perder a
26 oportunidade de reverter, de suspender essas punições e encaminhar o debate de implantação
27 de cotas, considerando, de verdade, a opinião do povo negro que construiu essa luta. Por isso,
28 precisam se posicionar sobre a proposta. Não tem desacordo com o encaminhamento que está
29 sendo posto, só não vê por que não aprovam a proposta do GT, inclusive, porque o debate fica
30 prejudicado, as unidades não discutiram nesses termos, mas seria importante que tivessem
31 explicado aqui qual o problema da proposta. Gostaria, também, de passar a fala para algum
32 membro que melhor possa responder. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz que o
33 conselheiro já falou por sete minutos. O MAGNÍFICO REITOR diz ao conselheiro Iuriatan
34 que ele pode se inscrever novamente. Está o reinscrevendo aqui. O Conselheiro JOÃO
35 RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que estão entrando no tema principal deste
36 Conselho Universitário. De antemão afirma que devem deliberar sobre o tema hoje, é
37 contrário à retirada de pauta. Essa é uma discussão que a Universidade faz desde 2004,
38 portanto não a estão começando agora. Alegar que não há acúmulo ou informação suficiente é
39 equivocado. Pode haver posição diferente, isso é outra coisa, então, discutirão as posições,
40 mas não falta de informação. Concorda com a proposta que o Núcleo de Consciência Negra e

1 a Frente Pró-Cotas da Unicamp trazem na negociação com a Reitoria, porque o processo foi
2 extremamente importante. Houve uma greve em 2016, um ano extremamente conturbado, em
3 um período idem, com muita tensão e nesse momento surgiu como pauta o resgate da
4 discussão das cotas, conduzido por duas organizações que puxaram e tiveram a habilidade não
5 só de instrumentalizar, como potencializar a mobilização em torno do debate, o que gerou um
6 processo de negociação institucional que fez com que a Universidade assumisse um
7 compromisso, levou a que se estabelecesse um processo de audiências e um calendário que
8 hoje podem discutir e deliberar. Trata-se de um processo rico e educativo. Deve-se também
9 valorizar o procedimento, tanto da gestão anterior, quanto desta, que soube valorizar e
10 estabelecer que este ia ser um processo de discussão e negociação que seria respeitado. É
11 vitorioso, positivo e importante para a Universidade. Na Unicamp há um processo de
12 discussão de cotas, mas a provocação da discussão tem levado a alguns avanços importantes e
13 é a primeira vez que essa demanda por um processo de mobilização vem dos próprios
14 estudantes. Está na Universidade há algum tempo, e acha que é a primeira vez que vê isso
15 com essa força. A greve de 2016 foi expressão disso, está ligada à discussão dos movimentos
16 sociais, mas, também, à possibilidade de haver atores negros participando. A possibilidade de
17 haver estudantes negros na Unicamp permitiu a discussão de hoje. Passaram 40 anos sem ter
18 sequer uma mulher pró-reitora nesta Universidade. Em 2005 a professora Teresa foi a
19 primeira. Infelizmente, não há nenhum professor ou professora negra na Mesa. Essa discussão
20 das cotas está muito ligada à relação de poder. Ela não resolve o problema do racismo na sua
21 essência, mas criar referências importantes de negro ocupando espaços é fundamental e é isso
22 que caracterizou o racismo no Brasil ao longo da história, a partir da invisibilidade do negro e
23 de sua exclusão. Então, adotar uma política de cotas é combater o racismo, é adotar a política
24 de um novo olhar sobre como irão se dar as relações de poder. Tem 54 anos de idade e nunca,
25 em sua trajetória de vida, teve um professor negro, não que eles não existissem, mas eram
26 poucos; nunca teve e nunca conseguiu ir a um consultório e ser atendido por um médico
27 negro. Essa é a realidade do Brasil que tem 52% da população negra e que está excluída e que
28 tem uma política racista que quer tornar ou tentou tornar essa população invisível. Nesse
29 momento político, pelo menos dos últimos anos para cá, têm conseguido políticas que ajudam
30 a combater esse fato. A Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO solicita a palavra à
31 senhora Edna Lourenço, representante de um movimento de mulheres negras da cidade. A
32 senhora EDNA ALMEIDA LOURENÇO diz que é muito importante para os militantes do
33 movimento negro estar aqui na Universidade discutindo a política de cotas. Mas não podem
34 deixar que o racismo cruel, perverso, os atrapalhe. É preciso discutir essa questão de cotas e
35 possibilitar que realmente seja implementada diante da igualdade de oportunidades para
36 negros e negras. A República no Brasil nasceu e se desenvolveu sob o signo do
37 patriarcalismo, do coronelismo e do patrimonialismo. As elites brasileiras sempre tiveram no
38 Estado uma âncora para seus interesses privados. É necessário reconstruir a ideia de república,
39 recolocando para o Estado o papel de realização de políticas públicas para garantir uma
40 sociedade mais justa e igualitária, com uma nação soberana, onde negros e brancos, homens e

1 mulheres não serão apenas tolerantes, indulgentes, benignos, condescendentes, complacentes,
2 mas criarão condições de igualdade de oportunidades para todos e todas. Cotas já. Cotas mais.
3 Precisam de igualdade e de oportunidade para o povo negro, e é chegada a hora. Pede, senhor
4 Reitor, encarecidamente, em nome do Fórum de Educação da Câmara Municipal de
5 Campinas, cotas já. Cotas para negros. Inserção para o povo negro. A Conselheira
6 WALKIRIA HANADA VIOTTO diz que a Unicamp já vem, há muitos anos, trabalhando e,
7 inclusive, tem uma longa tradição de programas inovadores com relação à questão da inclusão
8 social e, em anos mais recentes, inclusive essa inclusão contemplou os chamados PPIs.
9 Quando se diz que o debate foi amplo, é bem sincera em dizer que não acha que foi tão amplo
10 assim. Houve um Consu Extraordinário para apresentar o relatório do GT. Nessa ocasião, o
11 professor Geromel chegou a fazer a proposta que vinha no item posterior, mas o que saiu
12 daquela reunião é que tentariam fazer uma discussão maior nas unidades. Essa discussão foi
13 muito variada, em algumas ela contou com uma boa presença, em outras não teve grande
14 comparecimento. Ficou surpresa quando, na quarta-feira, ficaram sabendo do conteúdo deste
15 GT. Entendeu que seria oportuno e como uma forma de diminuir, como se diz aqui, o grau de
16 tensão ou até mesmo essas colocações que ouviram, que a comunidade pudesse discutir isso
17 da forma como fizeram nas outras ocasiões, com dados, com propostas que explicitassem os
18 impactos, onde programas falharam, por que falharam, que outras opções existem. Mas o que
19 a surpreende é que estão diante de uma proposta que basicamente engessa a discussão. Assim,
20 fica difícil chegar a um bom projeto, que perdure, tenha eficácia e, principalmente, seja
21 abraçado pelo conjunto da comunidade. Inclusive, elaborou outra proposta com relação ao
22 GT, porque acha que ele deve se preocupar em reunir os dados, difundir para a comunidade,
23 chegar com uma proposta para ser votada. Pensa que essa é a melhor forma de prosseguir e
24 conseguir chegar a uma proposta eficaz, consensual. Na verdade, esse GT é de implantação e,
25 para isso, ainda falta um pouco de debate e um pouco de discussão em cima de dados, de
26 propostas concretas, e não em cima de opiniões. Tem sua opinião, como acredita que a
27 maioria dos colegas aqui tem, e se colocarem mesmo uma proposta concreta, um vai falar que
28 não concorda com determinada coisa ou outra. Tudo isso é muito salutar, mas devem ampliar,
29 inclusive para que isso tenha eficácia e deixe a comunidade mais pacificada. Irá se inscrever
30 novamente, depois, porque se esse tema continuar, se a proposta continuar e não for retirada
31 de pauta, gostaria de apresentar a sua. Já aproveita para, depois, solicitar que se isso acontecer
32 a Secretaria possa tirar cópias para distribuir ao Plenário. A Conselheira DIRCE DJANIRA
33 PACHECO E ZAN, primeiramente, manifesta-se contrária à retirada de pauta. Cumprimenta
34 a Reitoria pelo encaminhamento apresentado ao Consu, entende que foi um grande esforço
35 feito por esta gestão que assumiu há pouco, no sentido de construção dessa proposta de
36 deliberação, e entende que ela contempla muito do que vivem desde o movimento de greve de
37 2016. Ouviu aqui, por vezes, que houve falta de orientação específica da anterior gestão no
38 encaminhamento da proposta. Prefere compreender isso como respeito à autonomia das
39 unidades e dos diretores que são os responsáveis por levar a cabo temas que são trazidos para
40 o Consu, e sobre o qual terão de se manifestar enquanto dirigentes das unidades. Nesse

1 sentido, a Faculdade de Educação fez um movimento, desde que o documento do GT foi
2 apresentado em uma sessão aqui no Consu, de debatê-lo. Entendem que era uma proposta
3 ainda pouco amadurecida e que necessitaria de maiores estudos, o que é compreensível diante
4 do tempo que o GT teve para estudar e apresentar o relatório, mas a congregação da
5 Faculdade de Educação do dia 24 de abril se manifestou, por unanimidade, favoravelmente ao
6 princípio de cotas na graduação desta Universidade. Enquanto pesquisadora do campo da
7 Educação, não pode deixar de se manifestar diante de um tema que é recorrente quando
8 debatem sobre a democratização da educação, que é o receio de que isso represente uma perda
9 da qualidade do ensino. Esse é um debate clássico na educação desde os anos 1930, quando
10 operários paulistas buscavam e reivindicavam acesso ao ginásio, ou seja, a expansão
11 educacional é feita com base nos movimentos sociais, com a pressão sobre o Estado e é assim
12 que se consegue avançar. O receio de que possam perder qualidade de ensino precisa ser
13 superado e suplantado pelo debate progressivo sobre o que, de fato, efetiva a democratização.
14 Ter acesso é um primeiro passo para a democratização do ensino, mas são necessárias outras
15 lutas e outros movimentos para que ela se efetive. No caso específico da Unicamp, houve, no
16 final dos anos 1980, início dos 1990, o debate sobre a criação dos cursos noturnos, e nas
17 pautas do Consu era recorrente também o debate de que poderiam perder a qualidade de
18 ensino desta Universidade de excelência, à medida em que oferecessem vagas no curso de
19 graduação. E parece que não foi isso que ocorreu. Muito pelo contrário. Então, não podem,
20 com base nesse argumento, pensar que a abertura da Universidade para essas pessoas
21 historicamente marginalizadas na sociedade brasileira, no direito à educação, além de tantos
22 outros direitos básicos, possa colocar em risco a qualidade ou a excelência da Unicamp. Há
23 condições de fazer isso com seriedade e qualidade. A proposta apresentada pela Reitoria de
24 um cronograma e do envolvimento desses diferentes atores sociais nesse GT representa esse
25 compromisso e essa seriedade da Universidade. Nesse sentido, mantém-se favorável à
26 permanência do tema na pauta, e já pronuncia o voto da Faculdade de Educação que é
27 favorável às cotas. A Conselheira CAROLINA BONOMI DE MENEZES GUERRA solicita a
28 palavra ao professor Sidney Chalhoub. O Professor SIDNEY CHALHOUB agradece à Frente
29 Pró-Cotas e ao Núcleo de Consciência Negra da Unicamp pelo convite para estar aqui hoje.
30 Fará apenas uma observação para ter certeza de que a discussão não gire em torno de alguma
31 premissa falsa e é muito importante e oportuno falar após a professora da Faculdade de
32 Educação. A ideia de que haja uma oposição entre excelência acadêmica e diversidade social
33 e étnica do corpo discente é uma ideia, há muito tempo, superada nas melhores universidades
34 do mundo. As universidades que a Unicamp e as universidades paulistas utilizam como
35 parâmetro para emular, no sentido da excelência, são universidades que há bastante tempo
36 trabalham com a premissa de que diversidade é requisito de excelência. O encontro de pessoas
37 com trajetórias sociais, com perfis raciais, sociais e intelectuais diferentes é considerado
38 requisito fundamental para que o conhecimento aconteça na universidade. Todas as
39 universidades que a Unicamp utiliza como exemplo – Harvard, que conhece de perto e onde
40 dá aula –, todas as universidades da Ivy League têm como critério de recrutamento de alunos

1 hoje em dia a garantia da diversidade do corpo discente, para que a sociedade esteja
2 plenamente representada. Se a Unicamp quer ser uma universidade de excelência, uma das
3 coisas que ela precisa fazer é promover diversidade étnica, social e econômica dentro do seu
4 corpo docente de maneira que a sociedade brasileira e sua diversidade esteja, de fato,
5 representada no corpo discente. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
6 CARVALHO sugere que façam um intervalo às 13h para o almoço. O MAGNÍFICO
7 REITOR diz que podem terminar esta primeira parte até este horário e deixar a segunda para
8 depois do almoço. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que
9 se inscreverá depois para falar um pouco sobre a proposta de deliberação, e agora se referirá
10 ao relatório do GT. Também se manifestou na reunião do dia 21 de fevereiro, e, como
11 comentou, não é, em princípio, contra cotas. A Unicamp tem um programa de cotas, que é o
12 ProFIS, que reserva cerca de 4% das suas vagas. Enfatiza isso e observa que se posicionou
13 dessa mesma forma na congregação da FT. Entretanto, manifestou-se contra o relatório do dia
14 21 por não considerar que ali existia uma proposta bem definida, e o que ele havia definido
15 como proposta, de reservar 68,6% das vagas, a seu ver, sem estudos, não era razoável.
16 Algumas questões relacionadas à deliberação: o Pimesp, até onde conhece, além dos 50%
17 reservados para ensino público também previa 35% para PPIs. Então, talvez colocasse uma
18 errata da errata para incluir essa questão dos PPIs. Tanto a lei de cotas, de 2012, quanto o
19 Pimesp citam como parâmetro de PPIs o último senso, de 2010, que é 34,6%, e na deliberação
20 está citado 37,2%, que é uma estimativa atual, então coloca isso também para discussão. Tem
21 uma proposta para a deliberação que está em pauta, e ela vai bem ao encontro da proposta lida
22 hoje pelo professor Bannwart. Lembra que o Prouni, que é um dos programas de maior
23 inclusão do Governo Federal, já deu acesso a cerca de dois milhões de pessoas desde 2004, e
24 ele conjuga inclusão à qualidade e mérito dos estudantes com melhor desempenho acadêmico.
25 Não é refratário a cotas, nem a nenhuma política de inclusão, mas talvez o que incomode um
26 pouco é o que está aqui, algo não concreto. A falta dessa concretude é que deixa esse
27 desconforto, mas os debates precisam avançar. O Conselheiro BRUNO LIPORACI SILVA
28 diz que é contrário à retirada de pauta porque acha que os movimentos estudantil e negro da
29 Unicamp já têm um acúmulo grande de muitos anos de discussão junto com a comunidade da
30 Unicamp. Depois se inscreverá para falar sobre o princípio de cotas, e agora cederá o tempo
31 de sua fala para a professora Lucilene. A Professora LUCILENE REGINALDO diz que
32 elucidará alguns pontos que dizem respeito à construção do texto da deliberação que está
33 sendo proposta para discussão hoje. Acha que está muito evidente no texto que o que está se
34 apresentando aqui hoje é muito mais uma defesa, ou um reconhecimento do princípio das
35 cotas. Em nenhum momento a deliberação está formulando uma proposta fechada ou fazendo
36 encaminhamentos. Ela está justamente propondo uma maneira muito democrática e muito
37 ampla de construção daquilo que será uma proposta a ser efetivamente votada pelo Consu no
38 mês de novembro, se aceitarem o calendário sugerido. Acha que o princípio que está posto
39 neste documento, como o senhor Reitor manifestou, é o reconhecimento que a sociedade
40 precisa estar representada na Unicamp, é o reconhecimento que os programas de ação

1 afirmativa já são parte da história da Universidade, pelo menos do ponto de vista oficial,
2 desde 2004, que esses programas reconhecidamente significaram avanços, mas que eles
3 possuem limites, limites que foram reconhecidos e avaliados pelos gestores ultimamente, não
4 só pelos movimentos. Pensando no Paais, seus principais limites são a inclusão
5 socioeconômica e étnico-racial de pretos, pardos e indígenas. Às vezes na discussão parece
6 que o relatório do GT não foi lido integralmente, parece que foi vista simplesmente a proposta
7 de modelo, mas aqueles que se debruçarem sobre o relatório perceberão que foi feita uma
8 série de gráficos, um estudo sistemático, naquilo que foi possível, nos poucos meses de
9 trabalho que tiveram, para mostrar que os limites da inclusão estavam ali. Essa proposta
10 representa o esforço de pensar conjuntamente um modelo, ou uma proposição de implantação,
11 a partir de princípios que são reconhecidos por grupos diversos. Como membro do GT, estive
12 presente, com vários colegas, em todas as unidades e centros que os convidaram, juntamente
13 com a Frente Pró-Cotas e o Núcleo de Consciência Negra. Nesses espaços, reconheceram uma
14 série de questões, proposições e observações que demonstravam que os princípios da proposta
15 eram legítimos, ou tinham reconhecimento de algo que às vezes tinham de voltar à estaca
16 zero, do racismo da sociedade brasileira etc., ao qual acha que não vale a pena voltar aqui,
17 pois considera que isso é um suposto, na verdade, do princípio que está na deliberação. O que
18 o texto da minuta de deliberação mostra é que o GT e a atual gestão da Universidade
19 reconhecem que para um processo de implantação é preciso contemplar vários dos debates
20 que estão postos na Universidade. Então, quando mencionam a formação de um GT, a criação
21 de uma secretaria, a discussão na Comissão Central de Graduação, o que está posto é
22 justamente que a comunidade acadêmica terá a oportunidade de discutir a melhor forma de
23 implantar um sistema. O que hoje estão aqui debatendo é simplesmente se o princípio é
24 válido, se o reconhecem como um princípio justo, democrático, e se essa é a Universidade que
25 desejam construir, reconhecendo seu lugar de excelência e seu lugar social. Então, é evidente
26 que possuem uma proposta de construção coletiva, que vai incluir os vários setores da
27 Universidade. O Conselheiro JOAQUIM ANTONIO GRACIANO deixa claro seu apoio ao
28 movimento e à luta pela política de cotas, e vê neste momento uma abertura, uma
29 preocupação, um compromisso da Reitoria com o assunto. Por isso é contrário à retirada de
30 pauta. Acha que esse assunto tem de ser discutido amplamente hoje, mas possui clareza de
31 que não se aprofundou no assunto, por isso solicita a palavra ao professor Mário Medeiros,
32 membro do GT e docente da Universidade, que participou de todas as audiências públicas. O
33 Professor MÁRIO AUGUSTO MEDEIROS DA SILVA diz que é professor do Departamento
34 de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas e membro do Grupo de Trabalho
35 que organizou as audiências públicas. Fará alguns esclarecimentos, em nome do GT,
36 complementando o que a professora Lucilene mencionou. Tudo o que o Grupo de Trabalho
37 realizou desde outubro de 2016 foi público e publicizado. Foram organizadas três audiências
38 públicas no auditório da Faculdade de Ciências Médicas, promovidas por meio de editais
39 públicos, em que foram convocados inclusive colegas de outras instituições que, ao longo dos
40 últimos 15 anos, pautaram debates sobre ações afirmativas e cotas com posições contrárias.

1 Também nesses editais foi facultada a presença da sociedade civil, de movimentos sociais e
2 de qualquer cidadão. O GT tentou, ao longo desse tempo, tratar o tema das ações afirmativas e
3 das cotas desde um panorama histórico até a possibilidade de comparação de experiências
4 nacionais e internacionais. Também é interessante mencionar que o GT foi composto por
5 funcionários, estudantes e professores da Unicamp – do IFCH, do IFGW, do Imecc –, além de
6 membros dos movimentos estudantis que pautaram o debate sobre cotas em 2016 aqui na
7 Universidade e de um representante do STU. Isso permitiu que tivessem, tanto quanto
8 possível, uma construção plural do debate. Desde o primeiro momento em que o GT e as
9 audiências públicas foram organizadas, nada foi criado, procuraram ouvir ao máximo as
10 expressões da sociedade e dos colegas que trataram do tema das cotas e das ações afirmativas.
11 Até dezembro de 2016, foram concluídas as audiências, e ao longo de janeiro e fevereiro deste
12 ano o GT finalizou seu relatório, que foi apresentado na sessão extraordinária do Conselho
13 Universitário de 21 fevereiro de 2017. A partir de então, o relatório se tornou público para
14 toda a Universidade e esteve presente nas diferentes páginas da Unicamp para ser acessado
15 por qualquer pessoa, inclusive por colegas desta instituição. Recorda também que nas três
16 audiências públicas foram enviados convites para todos os membros do Conselho
17 Universitário, para que pudessem participar das discussões. Foi inclusive reservado espaço
18 físico dentro da Faculdade de Ciências Médicas para que os conselheiros pudessem participar.
19 Poucos participaram. Lembra ainda que, como já mencionou, convidaram colegas de
20 instituições nacionais e estrangeiras que ao longo dos anos 2000 se manifestaram contrários às
21 cotas. O argumento de todos eles, e isso está documentado no relatório do GT, é que a
22 discussão sobre cotas estava superada, uma vez que em 2012 o Supremo Tribunal Federal
23 ratificou a constitucionalidade das cotas, a reserva de vagas étnico-raciais nas instituições
24 superiores. Após fevereiro de 2017, como mencionou a professora Lucilene, o GT foi
25 convidado por diferentes unidades para participar de debates para esclarecer sua proposta,
26 para dizer o que sugeriam como algo a ser discutido e deliberado pelo Conselho Universitário.
27 Também como a professora Lucilene já comentou, os membros do GT estiveram em
28 praticamente todas as unidades, nunca se furtando de participar desses debates. Espera que
29 isso ajude a discussão do assunto aqui no Consu. Reitera o que disse a professora Lucilene de
30 que estão aqui debatendo, sugerindo ao Conselho Universitário a discussão sobre o princípio
31 das ações afirmativas, das cotas étnico-raciais. E isso, caso seja aprovado, resultará na criação
32 de um novo Grupo de Trabalho para tratar efetivamente da implementação do princípio. De
33 maneira alguma foi trazida uma proposta acabada, porque entendem que ela tem de ter a
34 adesão de todos os membros da Universidade, para que as cotas funcionem, para que as ações
35 afirmativas na Unicamp efetivamente aconteçam. O Conselheiro ÁLVARO DE OLIVEIRA
36 D'ANTONA diz que a congregação da FCA apreciou esse tema no início do mês e deliberou
37 ser favorável ao princípio das cotas. No entanto, não houve consenso em relação ao relatório.
38 Mesmo assim, acha que não é motivo para retirada de pauta, porque lhe parece que o
39 princípio das cotas está preservado nesse documento e que foi feito um encaminhamento
40 muito razoável de todo o processo. Reconhece o esforço da Administração Superior nesse

1 entendimento, pois o documento apresentado parece ser uma solução adequada para sintetizar
2 e resolver vários dos impasses em que se encontram. Até o momento, ninguém se apresentou
3 frontalmente contrário às cotas, mas ainda assim parece muito difícil votá-las. O Conselheiro
4 DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que quem deveria estar discutindo esse processo de
5 inclusão são os próprios excluídos, e não quem os excluiu durante tantos anos. Mesmo assim,
6 minimamente precisam aprovar esse documento que garante o princípio das cotas, mas
7 destaca que é necessário democratizar um pouco mais essa composição do GT,
8 principalmente no que se refere ao fato de que a indicação dos membros do GT será feita pelo
9 Reitor. Considera fundamental que haja autonomia dos segmentos, dos movimentos, de
10 poderem escolher os seus próprios membros. Além disso, solicita votação nominal desse
11 assunto. Em seguida, diz que cederá a palavra ao senhor Teófilo Reis, funcionário da
12 Unicamp. O senhor TEÓFILO DE SOUZA CARMO diz que fez parte do GT e é integrante
13 do Núcleo de Consciência Negra. Com relação à hipótese aqui levantada de que não houve
14 tempo suficiente para o debate, ou de que este seria um debate novo, acha que isso já foi
15 bastante abordado aqui em falas anteriores e já está bem estabelecido que não é um debate
16 novo. Na verdade, o conteúdo do relatório do GT já não trazia nada de substancialmente
17 novo, tendo em vista que era composto por elementos que já estavam dispersos tanto na
18 produção acadêmica das Ciências Sociais quanto nos movimentos sociais. Portanto, ele é um
19 apanhado do que já faz parte da realidade social. A minuta de deliberação proposta na pauta
20 de hoje é quase um resumo de alguns pontos que estão no relatório do GT, então também não
21 traz nenhum tipo de novidade. Sendo assim, o argumento de que há algo extremamente novo
22 na deliberação não merece prosperar. Com relação à possível queda de qualidade nos cursos,
23 acha que esse é um ponto que devem abordar depois, quando estiverem discutindo
24 efetivamente a proposta, mas já deixa aqui um apontamento e uma indicação, para que as
25 pessoas possam buscar um pouco mais de informação no horário de almoço. Existe um estudo
26 metodologicamente bastante interessante feito pelo professor Jacques Wainer, do Instituto de
27 Computação, com resultados que demonstram que os estudantes cotistas e não cotistas
28 alcançam rendimentos similares ao final do seu curso, com diferença estatisticamente
29 insignificante. E isso analisando universidades que adotaram cotas em todo o país, que aliás
30 são a quase totalidade das universidades públicas no Brasil. Portanto, não se trata de um
31 estudo local, de um caso isolado, mas de um estudo nacional. Portanto, esse argumento
32 também já é bastante antigo, como já foi colocado pela professora Dirce Zan e pelo professor
33 Sidney Chalhoub, mas, de qualquer forma, recomenda esse estudo do professor Jacques
34 Wainer, do IC, que tem uma chamada em uma pesquisa Fapesp bastante recente. E,
35 finalmente, esclarece que a informação dos 37,2% de negros do Estado de São Paulo que
36 aparece no relatório do GT vem da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios – Pnad, de
37 2014, que também é feita pelo IBGE. O Censo de 2010, o último realizado, traz um índice
38 próximo de 35%, mas entendem que a Universidade deve trabalhar com os dados mais
39 atualizados. O Conselheiro SEDI HIRANO diz que o grande professor e educador Florestan
40 Fernandes afirmava que, no Brasil, a estrutura arcaica se alimenta da estrutura moderna e a

1 estrutura moderna se alimenta da estrutura arcaica. Com isso ele quis dizer que essa estrutura
2 que concentra renda em uma determinada classe social vem desde os tempos coloniais. Além
3 disso, ela não só concentra renda, mas também as desigualdades abissais dentro de uma elite
4 extremamente restrita e dentro da extensa camada da população. Dizia ainda que essa
5 concentração de renda tem cor, tem raça, e, portanto, tem recorte étnico. E que ela não só
6 concentra renda e desigualdade, mas também prestígio social, muitas vezes adquirido pela
7 educação. Além disso, que essa estrutura concentra um poder, e que essa estrutura de poder se
8 concentra dentro do grupo étnico branco, sendo que os extratos dos afrodescendentes e dos
9 grupos indígenas estão cada vez mais na base. Na pirâmide, o pico branco vai se escurecendo
10 cada vez mais ao chegar à base. A Unesco fez uma pesquisa monumental tentando mostrar
11 que o Brasil é uma democracia racial, mas Florestan Fernandes, através de Roger Bastide,
12 provou que o Brasil não é, pelo contrário. A Comissão Econômica para a América Latina –
13 Cepal, em relatório de novembro de 2016, denominado “A Matriz da Desigualdade”, aponta
14 que as populações mais excluídas são os afrodescendentes e os grupos indígenas e que a
15 estrutura social da América Latina é tremendamente desigual, e essa desigualdade se
16 concentra, no Brasil, exatamente na população afrodescendente e nos grupos indígenas. Com
17 isso, parabeniza a Reitoria por ter colocado essa questão central básica para atacar o problema
18 da desigualdade, através de uma medida institucional dentro de uma Universidade de ponta.
19 Em última instância, toda universidade persegue a qualidade, e a não qualidade não está na
20 população afrodescendente, mas, muitas vezes, está em uma estrutura que exclui a população
21 afrodescendente e a população dos grupos indígenas. Acha que a Unicamp está atacando o
22 problema na sua raiz, e precisam quebrar essa estrutura arcaica que se alimenta da estrutura
23 moderna e quebrar também essa estrutura moderna que se alimenta da estrutura arcaica. É
24 radicalmente favorável ao programa de cotas e aos princípios que estão contidos no
25 documento que está sendo discutido. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRACALANZA diz
26 que é francamente desfavorável à retirada de pauta desta proposta. Manifesta-se
27 favoravelmente à proposta de cotas étnico-raciais para ingresso dos estudantes na Unicamp e
28 diz que concorda com vários conselheiros que o antecederam que o que estão discutindo é o
29 princípio. A proposta da Reitoria foi muito bem acolhida no Instituto de Economia, e ela
30 contempla a ideia de que precisarão ter um tempo para discutir e aprimorar o processo que se
31 iniciará com a constituição de um GT. Na realidade, essa discussão já vem de longa data;
32 dentro do Instituto de Economia, com mais forte consciência desde a greve de 2016,
33 encabeçada pelo movimento estudantil, e se colocou como um fato inegável que deveriam
34 enfrentar a questão das cotas étnico-raciais. Os estudantes do Instituto, naquele momento,
35 manifestavam o intuito claro de aprovar as cotas na pós-graduação. A partir daí, fizeram uma
36 ampla discussão no Instituto de Economia, foram convidados vários especialistas, realizados
37 seminários e *workshops*, convidaram um conjunto grande de professores aqui da Unicamp,
38 coordenadores de cursos de pós-graduação, integrantes do Movimento Pró-Cotas, e houve
39 participação expressiva de professores, funcionários, estudantes. E alcançaram um consenso,
40 em uma plenária, ao final do ano passado, de que deveriam incluir as cotas étnico-raciais nos

1 programas de pós-graduação. Na última congregação, aprovaram o edital para o processo
2 seletivo, a partir de 2018, e também conversaram bastante sobre a nova proposta da Reitoria,
3 que consubstancia os avanços do GT. A congregação do IE solicitou que lesse a moção lá
4 apresentada: “A congregação do Instituto de Economia da Unicamp, em sessão realizada no
5 dia 29 de maio de 2017, vem a público manifestar enfaticamente seu apoio à adoção de cotas
6 étnico-raciais para ingresso nos cursos de graduação da Unicamp. Tal política é justa e
7 inadiável e reafirma os históricos compromissos do Instituto de Economia com o efetivo
8 processo de democratização do sistema educacional brasileiro, do ensino fundamental ao
9 ensino superior. Temos a firme convicção de que uma universidade pública, financiada com
10 recursos de seus cidadãos, alicerçada nos princípios da gratuidade, da laicidade, da autonomia
11 e da excelência, deve contar em seus quadros com uma representação de estudantes que
12 espelhe a imensa riqueza e diversidade étnico-racial presente em seu território. Acreditamos
13 que tais medidas produzirão resultados importantes, no sentido de uma maior diversidade de
14 perspectivas, da pluralidade epistêmica e, seguramente, de uma maior aproximação de nosso
15 ensino, de nossas linhas de pesquisa e dos trabalhos de extensão com importantes temáticas
16 para o desenvolvimento de nosso país. Nessa ocasião, cremos ser importante destacar nossa
17 preocupação com as condições de permanência estudantil, sem as quais o alcance da política
18 de cotas pode se mostrar inefetivo. Neste sentido, exortamos toda a comunidade da Unicamp
19 a acompanhar o processo de implementação da política de cotas, em paralelo com a adoção de
20 medidas e a destinação de recursos que garantam as condições de permanência dos estudantes
21 mais desfavorecidos. Finalmente, gostaríamos de manifestar nosso enfático apoio à proposta
22 de criação da Secretaria de Ações Afirmativas, Diversidade e Equidade, que será responsável
23 pela formulação, implementação, gestão e acompanhamento das políticas de ação afirmativa e
24 combate a quaisquer formas de preconceitos na Universidade. Colocamo-nos, desde já, à
25 disposição da comunidade para colaborar com afinco para a imediata criação e para o
26 acompanhamento dos trabalhos desta secretaria.” O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ
27 SERVATO diz que, assim como mencionou o senhor João Raimundo, acha que a
28 Universidade precisa solucionar a questão das cotas o mais rápido possível. O GT irá nortear
29 os debates e propostas. Manifesta-se contrariamente à retirada de pauta e cede a palavra para a
30 acadêmica Taina, membro do GT. A Acadêmica TAINA APARECIDA SILVA SANTOS diz
31 que obteve muitos aprendizados como membro do GT, participando da construção da
32 proposta de cotas. Tendo em vista alguns debates que vivenciou nesta Universidade e que está
33 vivenciando agora, tem a impressão de ter voltado no tempo cerca de 15 anos. Isso porque as
34 cotas, no Brasil, já são uma realidade e a Unicamp está atrasada nesse debate. Esse é um
35 primeiro ponto para começarem a avançar nessa discussão. A Unicamp se vangloria por ser
36 uma universidade de vanguarda, uma universidade diferenciada, e hoje ela tem a oportunidade
37 de fazer um balanço em relação aos projetos de cotas implantados em todas as universidades
38 brasileiras e, se optar por criar o projeto de cotas, criar o melhor. Fica muito surpresa de
39 verificar que ainda existe um sentimento de alguns em desperdiçar essa oportunidade. Faz um
40 apelo em relação a essas questões e a esses comentários que apontam ou sugerem a retirada de

1 pauta, por alegar falta de conhecimento do tema ou falta de esclarecimento no assunto. Em
2 1983, Abdias Nascimento apresentou um projeto, quando era deputado federal, para
3 implementação das cotas. As primeiras décadas dos anos 2000 foram marcadas pela
4 implementação das cotas nas universidades federais. E quando a Unicamp, uma universidade
5 internacionalmente reconhecida, uma universidade pública, alega algo do tipo, ela não está
6 dizendo isso para os membros do GT, ou para os conselheiros, professores, estudantes,
7 funcionários. Ela está dizendo isso para a sociedade. Quando for colocado esse ponto, isso
8 tem de ficar bem nítido para os conselheiros, para as pessoas que compõem a comunidade
9 universitária, porque esse tipo de argumento em relação às cotas, em relação ao trabalho das
10 pessoas, além de não considerar que institucionalmente foram reconhecidas pelas duas
11 gestões, tanto pela gestão do professor Tadeu, quanto pela gestão do professor Knobel, é
12 deslegitimar uma realidade que já existe no país há mais de 10 anos. Então, para continuar a
13 discussão e manter um debate qualificado em relação às cotas, com argumentos qualificados,
14 faz esse apelo. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI diz ser favorável que haja
15 diversidade dentro da Universidade, que seja representativa do ponto de vista econômico,
16 social, cultural etc. Pensa que para aqueles que entendem a questão da qualidade acadêmica
17 como algo central no trabalho que exercem, não há momento mais importante do que aquele
18 em que recrutam os docentes e o corpo discente. Esse tema é de suma importância e deve ser
19 tratado com tranquilidade, com elementos, com informações que permitam tomar a melhor
20 decisão para a Universidade. A Unicamp passou por um processo de mudança do Paaais, e suas
21 consequências, seus pontos positivos e negativos precisam ser analisados. Pelo que sabe,
22 houve uma inclusão de egressos do ensino médio da ordem de 50% e, dentre esses, acha que a
23 percentagem de PPIs é da ordem de 21 a 22%. Foi um salto em relação à versão inicial do
24 Paaais que não tinha números tão expressivos. Por outro lado, sabem que houve diminuição na
25 nota de corte, o que pode significar algum prejuízo mais à frente, principalmente para aquelas
26 áreas em que há uma demanda mais sólida de conhecimento em Ciências e Matemática, por
27 exemplo. Precisam analisar todos os dados disponíveis internos à Unicamp. O trabalho do
28 professor Jacques Wainer, do IC, também se inclui nesses elementos, de modo que possam
29 fazer projeções sobre impactos de novas mudanças no sistema de admissão que se desdobram
30 tanto na parte educacional, pedagógica, quanto no aspecto orçamentário. Já que é consenso
31 que se quer promover uma política de inclusão, é preciso garantir a permanência desses novos
32 estudantes na Universidade. Entende que a Resolução GR que está sendo discutida precisa ser
33 aprimorada, porque sua leitura é de que ela possui um caráter muito mais operacional.
34 Finalmente, pergunta ao professor Sidney, com relação à sua fala, em que ele corretamente
35 diz que as melhores universidades nas quais a Unicamp se baliza possuem políticas de
36 diversidade cultural e mencionou, especificamente, Harvard. Não conhece, não está
37 frequentando, não faz parte do corpo docente, mas gostaria de saber se há, nessa universidade,
38 cotas para a inclusão da diversidade. A Conselheira GRÁCIA MARIA NAVARRO diz que a
39 congregação do Instituto de Artes, em reunião extraordinária realizada em abril, discutiu e
40 aprovou por aclamação a votação sobre a implementação de cotas étnico-raciais para o

1 ingresso nos cursos de graduação da Unicamp. Como representante do IA, cabe lembrar aos
2 membros do Conselho Universitário o papel relevante e primordial que as populações
3 indígenas e negras têm exercido na formação cultural e artística do Brasil, ao mesmo tempo
4 em que esses sujeitos não têm protagonizado a produção cultural em várias instâncias e sua
5 falta se fez sentir também nos bancos das graduações do Instituto de Artes. Nesta reunião,
6 foram destacados itens que constam do relatório do Grupo de Trabalho responsável pela
7 organização das audiências públicas para debater a política de cotas da Unicamp. A criação do
8 GT para ingresso na Unicamp 2019 para elaboração de proposta de implementação das cotas
9 étnico-raciais e do vestibular indígena vem ao encontro dos anseios da congregação do
10 Instituto, que indica a adoção do princípio, bem como o estudo técnico da melhor forma para
11 que seja executado. Parabeniza a proposição do GT e reafirma o voto favorável do IA à
12 acolhida do princípio de cotas étnico-raciais pela Universidade Estadual de Campinas. O
13 Conselheiro BRUNO RIBEIRO FERREIRA registra, mais uma vez, a presença das pessoas
14 que não só estão lá fora, mas das que compuseram uma grande campanha nacional e
15 internacional, com o apoio de intelectuais de universidades estrangeiras, de artistas, como, por
16 exemplo, Danny Glover, que não só mudou a foto do perfil do Facebook apoiando as cotas
17 étnico-raciais na Unicamp, como escreveu uma nota citando-a. Esse movimento é mais um
18 argumento que deve ser colocado contra a proposta de retirada de pauta. Não entende como
19 membros do Consu alegam não estar esclarecidos sobre a pauta, preparados para decidir se
20 são a favor ou não do princípio, se até figuras do movimento internacional conhecem a
21 experiência desta Universidade. Isso soa um pouco estranho, e pode dizer até desonesto de
22 algumas pessoas; não está se referindo às pessoas que falaram aqui, mas a argumentos como
23 esse que se apresentam pela Universidade, sendo que há política de ação afirmativa desde
24 2004. Quando foi elaborado o Paais, muito provavelmente deve ter sido analisada a proposta
25 de cotas da Uerj. A Unicamp é uma universidade que sempre militou nos debates sobre ações
26 afirmativas, apresentando a experiência do Paais em relação às cotas, ao lado das cotas,
27 colocando uma contraposição entre Paais e cotas, então, o desconhecimento não é argumento
28 válido. Essa proposição, mais uma vez em resposta a algumas dúvidas, não é uma nova
29 proposta em relação ao GT. Comentou na assembleia estudantil que há uma diagramação
30 extensa das três audiências. Trata-se do modelo de um perfil, é uma fotografia do que o GT
31 considera ideal. A proposição são os encaminhamentos. Possuem absoluta ciência de que a
32 Universidade precisa discutir isso. Há, por exemplo, cursos no Instituto de Artes, a professora
33 Grácia acabou de falar, que têm uma vaga, que é impossível dividir ou reservar. Há questões
34 variadas que demandarão tempo. E, mais uma vez, apela para o debate. Se alguém aqui é
35 contrário à política de cotas e está usando o argumento de que não está esclarecido o
36 suficiente, tem todo direito, vivem ainda, supõe, no estado democrático de direito, então
37 devem encerrar as falas e ir ao debate. Respeita a posição de vários intelectuais convidados
38 para as audiências que não aceitam mais participar desses debates, por causa de uma decisão
39 do STF, mas, fora da letra da lei, acredita que o debate deve existir. Se alguém ainda é
40 contrário às cotas com argumentos que não sejam racistas, porque racismo no Brasil é crime,

1 então devem colocar as cartas na mesa e discutir. Considera um descaso com as pessoas que
2 acompanharam todo o debate, que construíram essa mobilização. A Educafro, que veio de São
3 Paulo e que esteve em todas as audiências públicas, os estudantes indígenas que vieram em
4 peso, os estudantes indígenas da Federal de São Carlos que estiveram aqui, todos os
5 movimentos da cidade, cursinhos que já estão aqui, alunos de cursinhos que estão aqui
6 organizados. Há várias notas de diversas organizações direcionadas ao Consu e à
7 Administração Geral, e que solicitaram que lessem aqui hoje. Isso seria inviável, porque são
8 muitas, são dezenas de cartas de apoio. É preciso responsabilidade com essa pauta. Precisam
9 debater hoje. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS parabeniza o
10 professor Marcelo por levantar a questão da diversidade da inclusão que, aliás, quando foi
11 Pró-Reitor de Graduação inovou muito com o ProFIS, no qual deu aula vários anos, então
12 conhece bem como funciona. A questão aqui não é sobre a diversidade da inclusão, mas como
13 falou o professor Pilli, é necessário aprimorar o texto, principalmente na questão dos
14 considerandos, no calendário justo e nos custos da permanência. Depois se inscreverá
15 novamente para discutir isso. Lamenta que o conselheiro João Raimundo não tenha tido
16 professores e colegas negros como ela teve desde a escola primária pública, talvez por ter
17 cursado escola pública no Rio de Janeiro, onde havia uma grande mistura de colegas,
18 inclusive do ponto de vista de classe econômica, já que havia uma favela do outro lado da rua.
19 Metade de seus colegas de primário eram negros, favelados, e vários deles estão muito bem
20 hoje. O problema é a educação básica hoje, e é isso que precisam pensar. Além da questão de
21 cotas, que é muito importante, devem pensar em como mexer nas licenciaturas para formar
22 professores ainda mais qualificados. Esse é só um exemplo. O Conselheiro FÁBIO
23 BONETTO ROSA diz que alguns conselheiros falaram a respeito do debate, e acha bom que
24 esteja sendo levantado esse ponto. Concorda que foram tomadas iniciativas institucionais, mas
25 o ponto que levantou é um pouco mais subjetivo, que é o debate individualizado e até mesmo
26 em algum grupo que não se sinta confortável para fazê-lo. Fala isso por experiência própria,
27 como já relatou. Poderia falar também das vezes em que apresentava algum ponto discordante
28 nas assembleias estudantis, no caso, e várias pessoas distorciam o que dizia, e com a limitação
29 de tempo não conseguia se expressar com clareza; isso também é um atentado ao debate. As
30 pessoas com quem conversou a respeito desse assunto não se sentiram confortáveis para falar
31 sobre pontos contraditórios – percebia isso claramente. Fica desconfortável com a questão do
32 debate, mas não acha que isso seja suficiente para postergar a votação desse encaminhamento.
33 A implantação de uma política mais eficiente para inclusão social na Universidade é urgente.
34 Até mesmo os prazos que o Magnífico Reitor colocou e as pessoas argumentaram que são
35 apertados, acha que são ideais para dar mais celeridade ao processo. Ao oferecer prazos muito
36 longos, acabam por não agir com a intensidade necessária. Caso se dê a retirada de pauta, que
37 haja uma previsão de retornar o mais breve possível, em um Consu Extraordinário, em duas
38 semanas, que seria prazo suficiente para quem quer alterar o texto. Sobre a questão da
39 excelência no ensino, acha relevante, todos sabem que quem estudou em escola pública tem
40 dificuldades para ingressar na universidade e, quando entra, há certo desnível em relação aos

1 outros, mas não é um ponto impossível de superar. É claro, não é nem um pouco trivial, ainda
2 mais na situação econômica, mas não acha errado tentar dar um passo, um pouco arriscado
3 talvez, mas com vistas a um benefício maior para a sociedade. Com relação ao Relatório do
4 GT, várias vezes ouviu um posicionamento que não considera o correto, ele mesmo levantou
5 vários pontos a respeito, e a resposta era que talvez não tivesse lido o relatório. Na verdade, o
6 relatório está muito bem embasado politicamente, tem 60 páginas falando sobre o assunto, no
7 resumo das degravações, mas na parte de aplicação, de fato, há um prazo e uma quantidade
8 que não tem justificativa de viabilidade técnica de como aplicar, e isso gerou um desconforto
9 em todos. Essa é sua visão, até mesmo porque também passou por isso. Não vê problema
10 nenhum em aprovar essa proposta, tirando alguns detalhes, mas, ainda assim, acha que pela
11 urgência do tema, seria bom aprovar nesta Sessão. O MAGNÍFICO REITOR diz que já
12 passaram do *deadline* solicitado pelo professor Marco, mas ainda há 12 inscritos. Solicita
13 celeridade, e aqueles que irão discutir questões que não digam respeito à retirada de pauta,
14 que deixem sua fala para depois. A Conselheira WALKIRIA HANADA VIOTTO apela para
15 que votem e façam um intervalo, e essas pessoas poderiam continuar inscritas. As falas já
16 estão ficando repetidas. O MAGNÍFICO REITOR concorda. A Conselheira VICTORIA
17 FERRARO LIMA SILVA diz que irá dividir sua fala com a senhora Mariel, que é membro da
18 Frente Pró-Cotas e do GT. Não vai repetir a extensa e qualificada discussão que foi feita nas
19 audiências, no relatório, que culminou nesta Resolução, que os membros do GT já explicaram
20 muito bem. Este Conselho é um representativo de toda a comunidade acadêmica, então, a
21 discussão que fazem aqui hoje perpassa outros lugares. Com relação ao ato, não sabe se todos
22 sabem, mas neste momento há cerca de 600 pessoas da comunidade acadêmica lá fora, entre
23 estudantes, funcionários e professores, que estão representando a comunidade acadêmica, e
24 que nos últimos meses se prepararam intensamente para este momento, o que demonstra que
25 houve discussões. Nos últimos dias estão vendo, principalmente pela internet, manifestações
26 de intelectuais e artistas de renome nacional e internacional apoiando a luta por cotas étnico-
27 raciais. O dia de hoje é um dia histórico, que ganhou dimensão através de um trabalho de anos
28 que foi intensificado nos últimos meses do GT, do Núcleo de Consciência Negra, da Frente
29 Pró-Cotas, do movimento estudantil. O apelo da Taina para que não percam a oportunidade de
30 votar a matéria hoje, e que os conselheiros votem pela não retirada de pauta, não é um apelo
31 só dela, só dos membros do GT, só dos conselheiros favoráveis a cotas, mas das 600 pessoas
32 que estão lá embaixo, e de pessoas pelo país inteiro que se chocam com o fato de a Unicamp e
33 a USP ainda não terem cotas étnico-raciais. Gostaria que os conselheiros levassem isso em
34 consideração. Estão tendo apoio não apenas da comunidade acadêmica, mas de todo o Brasil,
35 que espera ansiosamente para que o dia de hoje seja reconhecido como o dia em que a
36 Unicamp saiu da retaguarda na aplicação de ações afirmativas como cotas. Solicita a palavra
37 para a senhora Mariel. A senhora MARIEL MITSURU NAKANE ARAMAKI diz que ficou
38 pensando, depois que o professor falou que precisa de mais tempo, em como explicar para
39 uma pessoa que não é indígena, não é negra, que não tem mais tempo. Como explicar para
40 essas pessoas que querem tempo para pensar melhor, que tempo neste país, nesta cidade, é

1 privilégio de poucos. Os estudantes, os adolescentes negros que são presos todos os dias, que
2 são assassinados todos os dias no Brasil sabem que não têm tempo. Os Guaranis Kaiowá, no
3 Mato Grosso do Sul, sabem que não têm tempo; sabem que ou demarcam terra ou morrem.
4 Seus parentes que estão ali fora, que vieram da UFSCar, também sabem que não têm mais
5 tempo. Um mês atrás conheceu um estudante indígena da UnB, e quando falou que era da
6 Unicamp ele disse: “A Universidade anti-indígena”. Acha que não há mais tempo para a
7 Unicamp ser anti-indígena. Hoje ela tem uma oportunidade histórica, como o Guilherme
8 falou, de se tornar, de fato, uma universidade pública, porque não é o que ela é hoje. Também
9 é a oportunidade de pessoas que não são indígenas, que não são negras, que não se
10 reconhecem nessas pautas que estão levantando, e que comandam espaços de poder nesta
11 Universidade ainda, entenderem que a qualidade acadêmica é reconhecer que o mundo é
12 maior que a compreensão branca e ocidental. A Unicamp pode ser muito melhor, qualquer
13 pessoa que esteve em uma universidade federal sabe disso, qualquer pessoa de uma federal
14 sabe que a Unicamp pode ser muito melhor. O que está em jogo hoje é saber se ela quer ser
15 melhor A Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO diz que algumas pessoas já falaram
16 algumas coisas que colocaria, então não irá repetir. Só quer lembrar que o racismo e a
17 desigualdade no país estão fundados, de alguma maneira, em um processo de extremo
18 silenciamento. A exclusão das pessoas negras no espaço universitário e a exclusão de outros
19 espaços na vida social e econômica do país contam com um processo político-cultural de
20 silêncio e de silenciamento, de ausência. Viram isso acontecer nas audiências públicas em que
21 muitos dos que tinham quase que a obrigação de estar presentes não estiveram. Portanto, neste
22 momento, qualquer tentativa de retirada de pauta e de não discussão da deliberação é,
23 novamente, um movimento de silenciamento. A Unicamp não pode permitir que isso ocorra.
24 A política de cotas é uma realidade à qual ainda não atenderam, ou não atingiram plenamente,
25 e não podem deixar que esse avanço atrasado e necessário seja novamente silenciado.
26 Manifesta-se favoravelmente à continuidade da discussão e à não retirada de pauta. O
27 Conselheiro JORGE SIDNEY COLI JUNIOR diz que o Instituto de Filosofia e Ciências
28 Humanas sempre teve um papel muito importante no desenvolvimento dos debates em favor
29 da política de cotas. Os três professores convidados que vieram falar a favor da implantação
30 do sistema de cotas, a professora Lucilene Reginaldo, o professor Mário Medeiros da Silva e
31 o professor Sidney Chalhoub, são ou foram professores do IFCH. Houve prolongados e
32 importantes debates na congregação do Instituto. Assinala, em relação especificamente à
33 questão da retirada de pauta, uma passagem do documento que foi enviado à Reitoria, que diz
34 respeito a esse debate. Podem imaginar que a Unicamp é uma universidade muito
35 democrática, que já teve avanços consideráveis na recuperação dos mais carentes aqui dentro,
36 mas tudo isso não justifica o fato de que a Universidade, como disse o senhor Reitor na última
37 reunião com os diretores, está na retaguarda do empenho com relação a outras instituições de
38 ensino superior. Passa à leitura de um trecho do documento que enviaram à Reitoria: “Diante
39 das inegáveis desigualdades raciais que marcaram a sociedade brasileira, a implementação de
40 cotas continua em pauta em diversas instituições de ensino superior. A título de exemplo,

1 enumeramos algumas das universidades que adotaram, desde 2002, o sistema de reserva de
2 vagas sob a política de cotas étnico-raciais: a Uerj, a UnB, a Ufscar, a UFBA, a UFRJ, a
3 UFMG, a UEL etc. O caso mais recente da Faculdade de Direito da USP, no dia 31 de março
4 do ano corrente, traduz efetivamente, e dentre várias universidades, uma escolha institucional
5 que combina excelência acadêmica com a adoção de uma política de cotas étnico-raciais
6 necessária ao desenvolvimento do ensino superior no país.” Isso incide diretamente sobre a
7 questão da retirada de pauta, porque esse argumento muito importante indica que é mais do
8 que o momento de adotar esse princípio das políticas de cotas. Não podem mais ficar
9 atrasados em relação a esse assunto. A Conselheira CAROLINA BONOMI DE MENEZES
10 GUERRA diz achar que é bem nítido que é contrária à retirada de pauta. Embasando o que a
11 Taina falou, é preciso que qualifiquem o debate e, principalmente, ser mais propositivos nas
12 críticas, porque só vê essa argumentação de que precisam discutir. Precisam lembrar que
13 desde a implementação do Paais, a Unicamp discute cotas, discute uma política afirmativa, e
14 em diversos eventos, inclusive em seminários, sempre participou, inclusive para colocar o
15 Paais e a posição favorável às cotas. Então, esse debate sempre existiu, mas sempre esteve
16 circunscrito a certos grupos. Essa afirmação de que precisam de mais tempo para discutir os
17 princípios não faz sentido; há 10 anos discutem esses preceitos, mas de forma um pouco
18 esvaziada e sem a participação efetiva do movimento social aqui dentro. Nos últimos anos,
19 principalmente no ano passado com a greve, esse debate foi novamente colocado. Já houve
20 outras reuniões do Consu em que debateram cotas, mas não havia argumentos qualificados, e
21 estão aqui exatamente para rebater cada um deles. Estão discutindo uma política afirmativa
22 que já tem 10 anos, e não faltam estudos e pesquisas. A biblioteca do IFCH é uma das
23 maiores da América Latina, e tem uma seção exclusiva para discutir políticas afirmativas. Há
24 quatro volumes sobre o impacto das cotas na universidade brasileira, organizados pelo
25 professor Jocélio dos Santos, que esteve presente na primeira audiência na UnB; há também
26 diversos artigos *on-line*, que é fácil de encontrar, do professor João Feres, do Gemaa, da
27 UERJ; também há os artigos da professora Tatiana Cosentino, da UFSCar, inclusive os dois
28 estiveram presentes nas audiências, a professora Tatiana, na audiência dois, e o professor
29 João, na terceira audiência. Outra questão que precisam pensar é o quanto são levados a não
30 pensar sobre as relações raciais, principalmente no que diz respeito à branquitude. As pessoas
31 acham que discutir relação racial só cabe quando se fala das pessoas pretas. E não. Noventa
32 por cento das salas de aula são compostas por pessoas brancas, e isso é racialização também.
33 Pergunta aos professores se não se incomodam com a composição da sala de aula. Ela se
34 incomoda por haver somente 33 professores negros dentro da Universidade. Precisam pensar
35 sobre isso, que tem muito tempo que a Unicamp discute, mas dessa forma silenciosa. Estão
36 querendo que esse debate e essas proposições sejam colocadas mais intensamente diante de
37 todos. Gostaria que os conselheiros que estão propondo a retirada de pauta argumentando que
38 falta discussão, que colocassem de forma mais propositiva quais são os pontos e quais são as
39 discussões que estão faltando, porque aqui os professores, brilhantemente, colocaram todos os
40 argumentos do GT, tudo muito bem embasado e, principalmente, todas as experiências de

1 cotas que tiveram nos últimos 10 anos. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que
2 gostaria de discutir com detalhes o que foi proposto. É contrário à retirada da matéria de
3 pauta, como já disse, na verdade por dois motivos. Há tempos estão discutindo esse tema, no
4 último Conselho Universitário foi retirado de pauta, inclusive a proposta que fez do Paais, que
5 hoje está na pauta, é o ponto seguinte. Sabiam exatamente que iriam discutir essa temática
6 aqui hoje e, particularmente, está preparado para ela. Além disso, permite-se dizer que a
7 proposta formulada pela Mesa é uma proposta de estudo, de perspectiva futura, bastante
8 equilibrada, e que terá chance de que todos da Universidade se debrucem sobre ela e
9 rediscutam as questões envolvidas. Não havendo outras observações, o MAGNÍFICO
10 REITOR submete a retirada de pauta da matéria à votação, que é rejeitada com 58 votos
11 contrários. Interrompe a Sessão para uma pausa para o almoço. Reiniciando a Sessão, o
12 MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos conselheiros inscritos. O Conselheiro ADILTON
13 DORIVAL LEITE diz que as colocações que faria já foram feitas. Aproveita a oportunidade
14 para se manifestar favoravelmente aos princípios que estão colocados no documento. Solicita
15 a palavra para o professor Sidney. O Professor SIDNEY CHALHOUB diz que o professor
16 Pili solicitou um esclarecimento. Os critérios de seleção de alunos adotados no Brasil e nos
17 Estados Unidos são muito diferentes, então, às vezes, é um pouco difícil comparar. As
18 principais universidades americanas adotam um princípio de seleção denominado de *whole-*
19 *person admissions*, que significa avaliar a pessoa de forma integral. Então, a seleção dos
20 alunos leva em consideração tanto o resultado de testes padronizados quanto textos escritos
21 pelos candidatos, cartas de recomendação, e também perfil socioeconômico, raça, etnia,
22 nacionalidade, região dos Estados Unidos, na ideia de que o corpo discente deve ter a maior
23 diversidade possível, não só em relação à própria população norte-americana, mas em alguma
24 medida em relação internacional também – a representatividade de estudantes estrangeiros é
25 importante. Ou seja, há dois princípios básicos, um é que a sociedade esteja representada na
26 universidade, no corpo discente e, segundo, na montagem do corpo discente o princípio da
27 concorrência entre iguais é fundamental. É uma forma de seleção que confronta, questiona
28 radicalmente qualquer conceito abstrato de mérito. Não existe um conceito universal de
29 mérito. Mérito se mede por meio da avaliação entre iguais. Outra diferença em relação aos
30 procedimentos daqui, é que os de lá não são públicos. Então, as comissões se reúnem, e os
31 critérios que são utilizados para alocar determinado número de vagas a cada recorte que
32 consideram representativo da sociedade, é algo a que não têm acesso, mas, evidentemente, já
33 conversou com pessoas que participam desse processo, eles têm um sistema de cotas, na
34 verdade, muito diversificado, que não leva em consideração só raça, mas todas essas variáveis
35 que mencionou combinadas, e fazem alocação de número de vagas segundo esses complexos
36 cálculos. De qualquer maneira, o preenchimento de cada um desses espaços será decidido na
37 concorrência entre iguais. Então, a resposta objetiva, se adota ou não cotas, não é possível dar,
38 é mais diversificada, mas acredita que o princípio fundamental das cotas aqui e do
39 procedimento lá é a ideia de promover competição a partir do princípio da igualdade de
40 oportunidade e não um conceito abstrato de mérito. O Conselheiro RENATO FALCÃO

1 apresenta-se como diretor associado da Faculdade de Tecnologia, onde houve debate em duas
2 congregações. Não puderam votar, houve um debate acirrado e a congregação teve de ser
3 encerrada, mas, pelo que percebeu, a grande maioria favorável às políticas inclusivas, às
4 cotas, porém, contrárias à proposta do GT. Fica satisfeito em ver esse encaminhamento dado
5 hoje aqui, porque vai muito além das cotas. Há o Enem, ProFis, então estão diante, hoje, de
6 uma oportunidade de melhorar bastante o programa afirmativo. Para não ser repetitivo e tentar
7 contribuir um pouco, deixa como sugestão para os membros que, no futuro, se realmente for
8 aprovada a formação do GT, já que a Unicamp não quer ficar na retaguarda, deseja
9 estabelecer uma liderança nas políticas afirmativas, que não seja apenas passiva, colocando as
10 cotas e aceitando essa realidade e, sim, que atue de maneira ativa, colocando as cotas de
11 caráter temporal, com revisões periódicas, análise dos resultados e exigência de políticas
12 públicas. A Universidade não pode assumir o compromisso de melhorar a qualidade do ensino
13 médio. O problema vai muito além. O ideal seria que não precisassem de cotas. Saindo um
14 pouco da questão das cotas étnicas, não podem aceitar a escola pública como sendo uma
15 escola que será para sempre de má qualidade e sempre aceitar aqueles alunos cotistas de
16 escola pública porque o governo não investe nessas escolas. Devem fazer revisões periódicas,
17 comparações de programa de permanência com o programa de permanência das escolas
18 primárias e secundárias, e fazer algo de ponta, com liderança. Posiciona-se favoravelmente à
19 criação do grupo, e deixa esses temas para reflexão. A Conselheira MARIA ISABEL
20 PEDREIRA DE FREITAS cumprimenta a primeira Sessão do Consu desta nova gestão, e
21 declara que está muito satisfeita com essa composição de três mulheres de qualidade na Mesa.
22 Cumprimenta o grupo de cotas, que elaborou esse trabalho. Receberam, na Faculdade de
23 Enfermagem pelo menos cinco membros das comissões para debater o assunto. Esse
24 problema é secular, como bem diz a professora Lucilene e várias outras pessoas: ele precisa
25 ser encarado de frente. Encaminharam um documento que resultou de duas reuniões, uma só
26 com os professores, outra com os alunos, com presenças da professora Lucilene e da
27 representante do DCE. Depois fizeram outra reunião onde chegaram a algumas conclusões.
28 Para não cair no lugar comum, um ponto que ficou muito claro é que precisam ter um olhar
29 muito mais abrangente do que pensar simplesmente em pretos, pardos e índios. É preciso
30 discutir que ações farão para conseguir fazer a informação chegar até a população,
31 principalmente a mais simples. Foi colocado nos debates que alunos do ProFIS se
32 inscreveram, e muitos de seus colegas não sabiam que poderiam se inscrever para disputar o
33 lugar do Enem para entrar na Universidade. Outro testemunho foi de uma garota que
34 comentou em sua escola que tinha passado na Unicamp, e os colegas disseram que ela teria de
35 pagar, ou seja, eles não sabiam que a Unicamp é uma universidade pública e gratuita.
36 Discutiram bastante e ficou bem claro que não devem debater só as cotas, mas ter uma atitude
37 de acolhimento do diferente, e não é só preto, pardo e índio. Precisam acolher os alunos do
38 ProFIS nos cursos, porque têm ciência que existem alunos que passam do ProFIS para o curso
39 regular e sofrem *bullying*. Precisam agir extramuros, precisam sair, romper os limites físicos
40 da Universidade e ir para as escolas públicas informar sobre a Universidade, dizer o que é a

1 Unicamp, dizer o que é estudar em uma universidade pública, que o salário dos pais dos
2 estudantes, que o imposto que eles pagam lhes dá o direito de fazer isso. Porque muitas
3 pessoas não sabem disso. Outro ponto é que não se trata só de inclusão, mas de permanência,
4 acompanhamento. É preciso dar condições de moradia, acompanhar para ver se houve
5 dificuldades, principalmente no primeiro ano, para verificar como saná-las. Outra questão é
6 não destruir o que já existe. Cotas não devem eliminar ProFIS, Paais; essa foi a voz geral do
7 grupo da FEnf. Essa discussão foi extremamente oportuna e poderão fazer parte para
8 continuar discutindo, é importante, mas não adianta querer resolver em curto espaço de
9 tempo. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES irá falar um pouco
10 como foi essa discussão na FEA. Ela é antiga na Unicamp, é algo que a professora Dirce
11 destacou, desde a implantação dos cursos noturnos estão discutindo políticas que, de alguma
12 forma, são de inclusão. E na época houve a mesma polêmica. Hoje, os cursos noturnos são
13 uma conquista da Unicamp, se generalizaram, deram certo, não têm nenhuma diferença
14 significativa de desempenho, e deviam encarar essa nova discussão dessa forma também. O
15 Paais também teve um resultado muito positivo. E irão encontrar soluções para todos os
16 detalhes que são colocados como problemas na implantação dessa situação. Na Faculdade de
17 Engenharia de Alimentos fizeram uma discussão recente, no entanto, bastante participativa.
18 Houve uma mesa-redonda em que participaram cerca de 50 pessoas, com todas as visões em
19 relação ao assunto: presidente da Comvest, coordenador executivo, os professores José Alves
20 de Freitas, Julio Hadler e Teófilo Reis, do GT, e também o professor Geromel. A FEA possui
21 quatro departamentos, e houve três reuniões de departamentos, a proposta foi aprovada nos
22 três, em dois por unanimidade, no terceiro por dois terços. A congregação de 30 membros se
23 reuniu ontem, com 27 presentes, e a proposta da Reitoria foi aprovada por unanimidade.
24 Colocaram as três propostas em votação, a original, a do GT, uma proposta que a diretoria
25 havia elaborado e que aprovava princípios e algum encaminhamento, essas duas propostas
26 foram retiradas e foi aprovada a apresentada pela Reitoria. Alguns pontos que valem a pena
27 destacar é que a diversidade faz bem, faz bem para a Universidade, faz bem para a obtenção
28 de conhecimento, mais do que isso, faz bem para o papel da universidade para a sociedade,
29 para que seja mais reconhecida por essa sociedade, e também para formar pessoas que a partir
30 dessa diversidade têm uma influência no futuro deste país. Então, deveriam valorizar o
31 resultado disso, que é resultado de uma pressão, mas democracia também não avança sem
32 pressão e sem a capacidade das instituições. É preciso também que as instâncias da
33 Universidade absorvam essa pressão e avancem, que criem mecanismos, que reconheçam
34 saídas dialogadas. Isso é algo muito importante. Inclusive, solicita àquelas pessoas que têm
35 uma resistência muito grande, que deem um voto de confiança à iniciativa desta Reitoria, de
36 procurar diante da pressão do Movimento Pró-Cotas, uma saída negociada que contempla
37 grande parte dos interesses da comunidade da Unicamp. Hoje podem afirmar com certa
38 segurança que a maioria da comunidade é favorável à implantação de cotas, e essa proposta
39 permite dar esse passo, então, devem mudar essa página da discussão, e debater sobre o que
40 fazer concretamente. A proposta permite esse diálogo de forma bastante ampla, cuidadosa e

1 sem adiar para um futuro indefinido, porque há prazos. Do ponto de vista da Faculdade de
2 Engenharia de Alimentos devem aprovar essa iniciativa hoje, *in totum*, a proposta que foi
3 acordada entre os principais lados dessa polêmica e dessa discussão. A Conselheira
4 ANDRÉIA GALVÃO saúda o diálogo que ocorreu entre os integrantes do GT e os
5 integrantes da nova Administração, que encaminha essa proposta de deliberação. Fará uma
6 reflexão sobre questões que foram colocadas aqui e na discussão do relatório do GT que foi
7 feita no mês de fevereiro, mas, antes disso, pede a palavra para a acadêmica Mariah Cruz,
8 representante suplente da bancada discente. Solicita sua reinscrição, porque acha que não é
9 possível as duas falarem neste momento. A Conselheira MARIAH GRIMALDI E CRUZ diz
10 que algumas pessoas colocaram que a deliberação que estão discutindo hoje é muito
11 encaminhativa e talvez restrinja a continuação do debate. Releu o texto e percebeu que isso
12 não vai acabar aqui. Solicita que os conselheiros prestem atenção nos pontos onde consta que
13 o GT a ser formado terá componentes de pesquisa da Comvest, membros participantes das
14 audiências, três membros do Consu, e ainda vai voltar para cada unidade continuar discutindo.
15 É importante atentar à questão do princípio das cotas porque são plenamente capazes de tirar
16 uma posição ainda hoje. Muita coisa já foi falada aqui de manhã, e a questão de ter caráter
17 temporal e revisões periódicas demonstram o básico de qualquer ação afirmativa. Em nenhum
18 momento a deliberação aponta nada contrário a isso. Estão preparados para fazer um debate
19 com mais conteúdo e polêmicas reais. A Conselheira ANDRÉIA GALVÃO diz que, de fato,
20 discutem essa questão há muito tempo. Talvez o envolvimento, não o de quem está aqui hoje,
21 mas dos colegas que não participam da política universitária ou acompanham o debate
22 institucional, se ressentem de falta de discussão. Mas a discussão aconteceu e os dados estão
23 no relatório, que não se remete apenas a alunos, mas também a professores. E o dado que o
24 relatório traz é assustador, são 95,6% de docentes brancos na Unicamp, e não dá para achar
25 que só os brancos têm excelência e mérito para estar aqui. Escondem-se, muitas vezes, por
26 trás de um discurso de excelência, que é um discurso fácil, ele está pronto, mas ninguém aqui
27 está abrindo mão de qualidade e do imprescindível papel formativo do professor. Precisam
28 reconhecer que o mérito não é um dado natural, é uma construção social. O que entendem por
29 mérito geralmente segue um padrão homogêneo, que nega a diversidade, nega os diferentes
30 saberes, nega os modos diferentes de produção do conhecimento. É preciso romper com isso
31 para promover aquilo que o antropólogo João Paulo Tukano denominou nas audiências
32 públicas de “inclusão epistemológica”. O temor da queda da qualidade não é um argumento, é
33 um suposto, que revela o mais profundo preconceito. Então, embora muitos se digam
34 favoráveis à inclusão, a impressão que fica é que a concepção que alguns colegas defendem
35 parece ser mais do domínio do assistencialismo do que da inclusão. E aqui é preciso
36 reconhecer que tem uma diferença entre política de cotas e bonificação. As pessoas têm mais
37 facilidade de aceitar bonificação. E uma pergunta que acha importante ser feita é por que
38 existe mais facilidade de aceitar bonificação e mais resistência com política de cotas. A
39 bonificação seria mais palatável a uma ideia de igualdade de oportunidades, ideia essa que é
40 falaciosa porque ela apaga a história de desigualdade, de preconceito, de exclusão. A reserva

1 de vagas escancara a existência de desigualdades sociais, desigualdade aqueles que são
2 efetivamente desiguais. Faz referência a uma fala de uma colega, professora Maria Teresa
3 Rodrigues, também conselheira, que disse em uma conversa que ela está convencida de que
4 com trabalho árduo são capazes de aprovar uma política de cotas e de fazer com que ela
5 funcione efetivamente, mas é mais confortável buscar o aluno “A”, aquele que vai sair bem
6 formado da Unicamp, apesar dos professores. Enquanto docentes, precisam encarar o desafio
7 que representa essa política. E, para terminar, o texto da deliberação é bastante amplo, ele não
8 é, de forma alguma, fechado, e aponta inclusive para a possibilidade de um sistema híbrido,
9 que associa as cotas aos programas existentes, Paais e ProfIS. Acredita que essa é uma
10 discussão que vai ser feita pelo GT, evidentemente se for um sistema híbrido não será o
11 sistema de cotas *stricto sensu*, mas acha que estão caminhando para a discussão e entende que
12 esse é um momento histórico e que devem se posicionar pela aprovação deste texto tal como
13 ele está. O Conselheiro IVAN FELIZARDO CONTRERA TORO diz que a congregação da
14 Faculdade de Ciências Médicas se reuniu mais de uma vez para discutir o relatório do GT,
15 convidou algumas pessoas, entre eles o Teófilo Reis, da pós-graduação, professor Julio
16 Hadler, o ex-diretor da Comvest, professor Edmundo Capelas, além de alguns representantes
17 dos movimentos sociais. A opinião final da congregação de abril foi de apoio total aos
18 princípios de cotas sociorraciais, étnicas, e a necessidade de dar garantias da Universidade de
19 apoio aos alunos com baixas condições econômicas para permanência nos cursos. Deixa clara
20 sua posição como diretor, de apoio a esse projeto da Reitoria, desse novo GT para discutir a
21 quantificação das cotas e a sua implementação. O Conselheiro ROBERTO LUIZ DO
22 CARMO, neste momento, reafirma alguns pontos que já foram colocados, e que são
23 importantes para avançar na discussão sobre o documento. Um primeiro aspecto é essa
24 discussão sobre as cotas, apesar de algumas manifestações contrárias, elas avançaram muito e,
25 principalmente, ganhou um *timing* importante desde o ano passado. Houve várias
26 oportunidades de discussão e acha que a comunidade teve oportunidade de se informar melhor
27 sobre esse tema. De seu ponto de vista, essas discussões foram suficientes para sustentar e
28 mostrar a importância do princípio das cotas. Nesse sentido, pensa que o documento
29 apresentando pela Reitoria, que de certa forma resulta de todo esse processo de discussão,
30 aponta nesse sentido que acha que é fundamental, de reconhecer o princípio das cotas como
31 importante para trazer a representação da composição social do país para a Universidade. Esse
32 é um ponto central nessa discussão toda. Outro aspecto a chamar a atenção, que acha
33 fundamental, é que a partir do reconhecimento desse princípio de que as cotas são importantes
34 para a Universidade, o documento traz outro elemento bastante importante que é estabelecer
35 um calendário para a discussão, ou seja, ele aponta para a necessidade da discussão através do
36 GT, que será responsável pela condução dessa discussão. Estabelecer um calendário é
37 importante para que consigam avançar de maneira mais sustentada, mais bem estruturada,
38 caso contrário correm o risco de ficar sempre voltando à ideia de que é preciso discutir mais,
39 que é preciso trazer novos elementos. Acha que, na verdade, o que esse calendário permite é a
40 construção de uma proposta a partir da qual a Universidade possa efetivamente cumprir sua

1 obrigação histórica de aceitar dentro de seus *campi* a sociedade brasileira, que, infelizmente,
2 não é o que ocorre hoje. Portanto, manifesta-se em defesa deste documento apresentado pela
3 Reitoria. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que o assunto que traz é o da inclusão
4 social na sociedade paulista. E ela pode ou não adotar um instrumento de cotas étnico-raciais
5 para a sua implementação, considerando algumas questões como: qual o melhor caminho a
6 seguir? Quantas são as pessoas que carecem de inclusão social? A cor da pele realmente
7 define isso? Não só. Os excluídos excedem, em muito, o número de negros e pardos
8 excluídos. Pergunta: como ter um posicionamento interno à Unicamp que ao mesmo tempo
9 tenha reflexo externo, e que contribua de forma real para que esse cenário desolador de
10 exclusão seja radicalmente alterado? Já em 2004, para não citar eventos ainda anteriores,
11 durante o Consu de 25 de maio, tratou-se, no âmbito da definição do Paais, da questão da
12 inclusão social. Naquele momento, já era membro do Consu, e à folha 150 da ata consta seu
13 argumento a favor das políticas de todos os excluídos – índios, negros, pardos e brancos, se a
14 questão é a cor da pele –, estrangeiros e brasileiros – se a questão é a origem –, como falou à
15 época. Assim, já naquela ocasião, estavam se referindo a toda a população paulista carente de
16 inclusão social, tendo sido aprovada a Deliberação Consu-A-012/2004. Na oportunidade,
17 afirmou também sua crença de que o caminho da inclusão social, embora longo no tempo
18 necessário, é o oferecimento de ensino público de qualidade em todos os níveis. Reafirma
19 aqui essa crença. Deixou igualmente claro que entendeu o Paais como instrumento de caráter
20 provisório, e acrescenta, agora, também de medida da evolução do ensino fundamental e
21 médio. Não necessita tecer comentário sobre o resultado dessa medida, já que não deve
22 parecer a ninguém que esse ensino melhorou. Para registro daquela reunião, ainda, relembra
23 que com o apoio do professor Ripper, que muito bem conduziu aquele GT, incluíram a
24 população indígena na pontuação extra, porque não constava na proposta original. Na reunião
25 do Consu de 26 de novembro de 2013, quando tratava do compartilhamento do *campus* de
26 Limeira entre FT e FCA, assunto caro a ele, como todos sabem, tratou também do Cotil e do
27 Cotuca como exemplos a serem oferecidos ao Governo do Estado para políticas públicas de
28 ensino que levem à inclusão social da população paulista; como um modelo que leve a uma
29 solução perene para essa questão fundamental, como já citou aqui o professor Renato,
30 anteriormente. Externamente à Unicamp, agora no âmbito federal, encontram outros
31 exemplos. Cita a proposta do senador Cristovam Buarque de federalizar o ensino médio,
32 também em busca de uma política de inclusão social que seja para todos. Para concluir,
33 encaminha as seguintes propostas para apreciação deste Conselho, neste contexto de inclusão:
34 agregar competência ao GT proposto para que ele trate de questão perene, ou seja, da
35 elaboração de uma proposta de política efetiva de inclusão social no estado. Nesse aspecto, as
36 universidades paulistas devem contribuir da seguinte maneira: a) através de uma proposta de
37 reformulação da política de educação, forçosamente estudando e entendendo a elaboração da
38 Lei Orçamentária Anual – LOA, o que logicamente vai custar dinheiro, para que possam
39 propor uma política de investimentos para os níveis fundamental e médio de curto, médio e
40 longo prazo, ofertando o modelo do Cotil e Cotuca como ponto de apoio ao projeto de uma

1 nova política de investimento em escolas públicas, reestudando o Paais e conectando-o com
2 os itens anteriores; b) incluir na composição do GT, seja como novos membros ou como
3 membros adicionais, os diretores da Faculdade de Educação, olhando a questão educacional, e
4 do Instituto de Economia, olhando a questão da LOA, além dos diretores do Cotil e do
5 Cotuca, para apoiar as tarefas adicionais definidas. Reafirma, então, o que está defendendo:
6 utilizar as universidades paulistas como instrumento de inclusão social, através do seu peso e
7 da sua importância, e levar uma mensagem da necessidade de melhora do ensino público. A
8 Conselheira WALKIRIA HANADA VIOTTO diz que é muito bom falar depois do professor
9 Léo. Concorda com praticamente tudo o que ele falou, e lamenta que ele não vá continuar
10 como representante docente. Diz que fez uma proposta de mudança da deliberação Consu e
11 explicará os motivos. Acha que o processo de criação de uma proposta, inclusive para garantir
12 sua maior efetividade, precisa ficar explícito. Também considera que o debate tem de ser mais
13 profundo. Em todo esse tempo que aqui permaneceram, repetiram muito do que foi dito nas
14 discussões feitas em vários lugares, com posições favoráveis e contrárias, mas sem explicar o
15 porquê. E inclusive estranha, porque todas as vezes em que discutem política de inclusão têm
16 acesso a dados e análises de resultados das políticas existentes. Não viu, ainda, nada disso,
17 nem mesmo nos próprios documentos. Pede desculpas às pessoas que disseram que existe um
18 debate muito profundo, que há livros sobre o assunto. Acredita que sim, mas acha que a
19 grande maioria não teve essa experiência. E dizer que quem está pedindo mais tempo é racista
20 é pouco democrático e não contribui para o debate. Sua proposta vem no sentido de que o GT
21 realmente apresente proposta, explicita, faça uma análise do suposto fracasso das políticas
22 aqui implementadas, ou da sua limitação, por que isso aconteceu, e que coloque uma
23 proposta, seja de cotas ou outra proposta híbrida, como disse a professora Andréia, que venha
24 com dados. E acha que isso, inclusive, deve ser amplamente divulgado para toda a
25 comunidade da Unicamp, para que tenham uma discussão mais saudável. É complicado
26 quando se diz que ainda construirão a proposta, mas ao mesmo tempo já está delimitada nos
27 considerandos uma série de coisas. Solicita que, se possível, sua proposta seja fotocopiada e
28 distribuída aos conselheiros, e explica que basicamente removeu uma série de considerandos
29 que limitam o debate. O Artigo 1º ficaria da seguinte forma: “O reitor da Unicamp designará
30 um grupo de trabalho, denominado GT Ingresso Unicamp 2019, para estudar mecanismos e
31 elaborar proposta de alteração do vestibular que implemente maior inclusão dos
32 autodeclarados pretos, pardos e indígenas, e preservando a meta de 50% dos estudantes de
33 escola pública.” O restante continua como está. O Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO
34 diz que fará algumas considerações sobre a minuta de deliberação e se referirá a uma
35 informação em relação ao curso de Medicina que solicita que seja confirmada pela professora
36 Eliana Amaral ou pelo professor Ivan, caso possuam esses dados. De acordo com o que
37 assistiu em uma apresentação da professora Joana Bastos, coordenadora associada do curso de
38 graduação em Medicina, no primeiro ano depois da última mudança do Paais, o total de PPIs
39 matriculados no curso de Medicina foi 31 em 110, ou seja, cerca de 30%. Considera um
40 número expressivo em relação aos anos anteriores, que tem a impressão que chegava a 10.

1 Então existe, hoje, um cenário bem diferente dentre aqueles que estão se matriculando, isso
2 levando em conta uma grande distorção que há na utilização do número de oriundos das
3 escolas públicas, que todos sabem que é um dos temas que precisaria ser discutido. Ainda
4 hoje está na pauta do Consu, no item 3, uma proposta de consideração de renda familiar como
5 outro critério. Portanto, há a questão das cotas étnico-raciais, que é praticamente unânime, a
6 questão dos oriundos das escolas públicas, que é um tema que já vem sendo discutindo desde
7 a criação do Paais, e a questão da renda familiar, que é uma representação bastante forte das
8 diferenças sociais da população, onde se inserem todas as diferenças raciais. A proposta aqui
9 apresentada foi construída no momento em que a discussão das cotas étnico-raciais tem um
10 movimento bem organizado, totalmente justificável, e ela traz isso no seu conteúdo, sendo
11 que o Artigo 1º da sua redação representa isso muito bem. Existe uma proposta de alteração
12 da professora Walkiria, e não deseja fazer mais uma, porque acha que isso não colaboraria,
13 mas gostaria apenas de sugerir que no Artigo 1º, além das cotas étnico-raciais, da questão do
14 ingresso de oriundos das escolas públicas, da questão do vestibular indígena, também conste a
15 questão da renda familiar, que está ausente e é um ponto que considera relevante. Sua
16 proposta, portanto, é de incorporar no texto do Artigo 1º o componente referente à renda
17 familiar. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que vê com boa surpresa que o
18 professor Zeferino encampou sua proposta de levar em conta algo que reputa como
19 absolutamente importante, que é a inclusão feita para aqueles que realmente precisam, que
20 têm uma renda familiar baixa, para os pobres. Esse é exatamente o seu ponto. Não concorda
21 quando aqui se diz que a Unicamp excluiu este ou aquele contingente. A Unicamp, desde
22 2004, fez um esforço para inclusão, através do Paais. O erro que a Universidade cometeu foi o
23 de não controlar, com absoluto cuidado, qual era o perfil socioeconômico daqueles que
24 ingressavam pelo Programa, a tal ponto que, no vestibular de 2017, segundo dados da
25 Comvest, 45% dos alunos aprovados no vestibular beneficiados pela concessão de pontos
26 tinham renda familiar acima daquela preconizada pela lei federal. Ou seja, pessoas de alta
27 renda familiar disputam, em uma situação completamente indevida, com aqueles que vieram
28 de escola pública, pobres, sem a perspectiva de ter uma boa escola, mesmo uma boa escola
29 pública. Acha que o Paais errou nesse ponto e é preciso que isso seja corrigido. Em relação ao
30 Grupo de Trabalho proposto, acha que ele é muito bem-vindo, assim como o cronograma de
31 trabalho, até o final do ano, porque não é preciso mais pressa do que isso, tendo em vista que
32 a implantação seria a partir de 2019. E já que haverá tempo para fazer um estudo bastante
33 aprofundado, é preciso avaliar os possíveis impactos, como aqui já foi mencionado. Essa sua
34 preocupação de inclusão social através de renda, também proposta pelo professor Zeferino,
35 não aparece na proposta do GT, e reitera que o recorte importante neste caso é o recorte de
36 baixa renda. São eles os penalizados pela sociedade e são eles que devem ser incluídos. É
37 óbvio que nesse recorte o maior contingente é de PPIs, portanto fazendo isso os incluirão.
38 Esta é a proposta que faz ao Grupo de Trabalho, para que qualquer ação nesse sentido tenha
39 renda e escola pública como itens rigorosamente exclusivos. Ou seja, quem não atender a um
40 limite de renda sem estar em escola pública não pode ser acolhido pelo princípio de inclusão

1 social que desejam implantar. Sobre a questão do desempenho acadêmico, não precisam ter
2 medo de que a inclusão traga eventualmente um desempenho acadêmico diverso. Está
3 demonstrado, inclusive na própria Unicamp, que isso não ocorre, mas, se ocorrer, devem estar
4 prontos a ajudar esses estudantes para que cumpram, efetivamente, aquilo que entendem
5 como um princípio de inclusão. Como já foi colocado pelo professor Zeferino, também sugere
6 um controle de renda máxima, que é possível de ser feito. Várias discussões abordaram a
7 questão da existência de fraudes etc., mas acha que as pessoas, em princípio, são honestas. E
8 se não forem, diante de um grave erro que possam cometer na informação dada, serão punidas
9 *a posteriori*. Viu na internet discussão sobre esse tema, inclusive alguns colegas da
10 Universidade dizendo que a Unicamp é uma universidade de pesquisa, e que um programa
11 desse tipo poderia colocar em risco o desempenho acadêmico. Verificou o currículo de quem
12 afirmava isso e percebeu que eles foram muito mais generosos consigo mesmos do que com
13 os outros. Essas pessoas não contribuíram de maneira decisiva para a construção desta que
14 denominam uma universidade de pesquisa. Salienta que é o momento para que discutam todas
15 essas questões, em particular, sem as amarras colocadas no Artigo 1º, permitindo a análise de
16 vários fatores, inclusive renda e a possibilidade de que tenham uma maneira de incluir nessa
17 proposta a experiência que já praticam com o Paais. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE
18 CARVALHO diz que na Faculdade de Farmácia foram realizadas duas reuniões, sendo uma
19 com o professor José Alves, da Comvest, e a congregação decidiu por unanimidade e sem
20 muita discussão aprovar a proposta de cotas. Refletiu sobre os motivos dessa aprovação tão
21 rápida e concluiu que isso está muito relacionado com a história da área de Farmácia. Das
22 culturas africanas e da cultura indígena vieram muitas drogas e medicamentos que, hoje, são
23 utilizados na Medicina e que dão lucros exorbitantes às indústrias farmacêuticas. Por
24 exemplo, o professor Ivan Toro, quando vai anestésiar um paciente e precisa de um bom
25 relaxamento muscular, utiliza o atracúrio, o pancurônio, que têm origem no curare, um
26 veneno de flecha indígena. Se ele quiser recuperar esse paciente, vai usar uma fisostigmina,
27 oriunda da África, e que serve para tratar muitas moléstias, inclusive Alzheimer. O professor
28 Carmino, quando trata uma leucemia, um linfoma, utilizará a vimblastina, a vincristina, que
29 vieram de Madagascar. Portanto, possuem uma dívida enorme com esses povos. A indústria
30 farmacêutica lucrou demais e ainda existe uma cultura muito grande para ser resgatada. Dessa
31 forma, é muito importante para a Faculdade de Farmácia terem negros e índios, que são os
32 únicos que podem recuperar essa cultura. É uma cultura oral, que está sendo perdida, e existe
33 muito ainda a ser estudado. Espera que recebam, realmente, negros, índios, militantes, para
34 que eles possam fazer esse resgate. O Conselheiro ALEXANDRE LEITE RODRIGUES DE
35 OLIVEIRA diz que no Instituto de Biologia houve discussões, mas elas não foram tão
36 aprofundadas, a participação não foi tão efetiva, por várias razões, mas na congregação foi
37 unânime a aprovação do princípio de pluralidade de pensamentos, de representação das mais
38 variadas etnias. Então, em princípio, o Instituto de Biologia compartilha e acolhe o relatório
39 do GT, em termos da adoção das cotas étnico-raciais. Nesse aspecto, não há dúvida nenhuma.
40 Não obstante isso, também foi levantada a importância do Paais e do ProFIS, que devem ser

1 mantidos, em conjunto com novas possibilidades. Então, se bem entendeu a proposta, o Paais
2 e o ProFIS seriam levados em conta fortemente pelo GT e não estariam, agora, decidindo
3 muito além do princípio de adoção de cotas. Entretanto, surgiu a preocupação de,
4 eventualmente, estarem abrindo a possibilidade da extinção desses programas, no caso de uma
5 visão diferente do GT. A manutenção desses programas e sua melhoria são fundamentais
6 neste processo; como será adotada a cota étnico-racial e que peso ela terá fica a cargo desse
7 possível GT. Outra preocupação que teve, embora saiba que são premissas, considerando que
8 estão na proposta, foi com a meta de, já em 2020, chegar a 37,2% de PPIs. Acabaram de
9 discutir toda a dificuldade orçamentária em que se encontram, então pergunta por que ter algo
10 já tão engessado. O Paais foi revisto ao longo dos anos e sendo melhorado, e apesar de ter
11 problemas, ele é inclusivo. De qualquer forma, não vê por que essa premência de colocar
12 datas, como essa de 2020. Nesse sentido, está mais alinhado com o que a professora Walkiria
13 coloca, no sentido de enxugar um pouco o documento, permitindo que o GT proponha mais
14 amplamente possibilidades que serão debatidas nas unidades e depois aqui novamente.
15 Quanto ao calendário, acha que está perfeito, é o que é viável e possível de ser bem cumprido.
16 O MAGNÍFICO REITOR diz que tem evitado interferir, mas há duas leituras feitas pelo
17 professor Alexandre que são equivocadas e merecem esclarecimento. A primeira é sobre uma
18 eventual proposta de exclusão dos programas já existentes. Ao contrário, a proposta visa
19 justamente alinhar, aprimorar as políticas que estão sendo desenvolvidas na Unicamp e
20 encontrar um mecanismo que possa, de fato, ter como perspectiva a inclusão mais efetiva no
21 âmbito da Universidade. É esperado, portanto, que os mecanismos atuais sejam aproveitados e
22 utilizados. A segunda leitura equivocada é que o considerando a que o professor Alexandre se
23 referiu, que diz respeito ao ano de 2020, se trata do que foi colocado no relatório do GT,
24 portanto está historiando o que o relatório colocou. Mas não está prevista nenhuma meta de
25 ano. Isso o GT discutirá, trará como opção, como discussão. A Conselheira CLAUDIA
26 MARIA BAUZER MEDEIROS diz que estava verificando todos os calendários para tentar
27 propor um calendário alternativo. Começa apoiando, integralmente, o texto proposto pela
28 professora Walkiria, que corta uma série de considerandos para tornar o texto mais enxuto,
29 refletindo os reais objetivos desta discussão, e altera o Artigo 1º para deixar mais claro que o
30 aprimoramento da política de ingresso tem como intuito dar maior efetividade ao objetivo de
31 inclusão social. Propõe um calendário alternativo, após consultar as datas de reuniões da
32 Comvest e da CCG, para que o GT tenha mais tempo de estudar e preparar uma
33 fundamentação baseada em fatos e números, em estatísticas, em resultados de todas as
34 políticas até agora aplicadas na Unicamp. O intuito é que o GT, em vez de pouco mais de um
35 mês, tenha dois meses de trabalho, terminando em 30.08, para apresentar à reunião da
36 Comvest de 31.08. A proposta é a seguinte: 20.06 início dos trabalhos; 31.08 apresentação na
37 reunião da Câmara Deliberativa da Comvest; depois, dois meses de discussão nas unidades,
38 portanto, em vez de 11.08 a 20.09, passaria a 01.09 a 30.10 o término das discussões nas
39 unidades. Depois, há tempo de voltar à Comvest para a reunião de 09.11. Ou seja, em vez de
40 28.09, reunião extraordinária da Câmara Deliberativa da Comvest em 09.11, o que daria

1 tempo, inclusive, ao pessoal da Comvest de adaptar as sugestões das unidades, daria cerca de
2 uma semana para a CCG de 07.12, cujo prazo de envio é 22.11. Portanto, não está violando
3 nenhuma data definida pelas comissões. Ainda não há calendário de reuniões para o ano que
4 vem, mas o assunto viria para um Consu ordinário ou extraordinário em fevereiro ou março,
5 para que possam tratar desta nova proposta que tanto afetará o futuro da Universidade, espera
6 que na próxima década, pelo menos, porque essas políticas têm sido modificadas muitas
7 vezes. Apesar de sua proposta propiciar dois meses de discussão nas unidades, haverá
8 certamente uma ampla discussão no Consu, que mereceria uma sessão extraordinária. Outra
9 questão, que lhe incomoda bastante, é que só ouviu duas pessoas falando em custos, e sabem
10 que toda política de inclusão afirmativa implica custos. Acabaram de aprovar um orçamento
11 com um déficit de R\$250 milhões, que vai, certamente, aumentar no ano que vem. Não está
12 sendo pessimista, apenas refletindo tudo o que foi dito, e nesse sentido seria interessante que
13 qualquer proposta fosse acompanhada de alguma previsão de como monitorar os custos das
14 ações que decorrerem. Existe a ideia que a universidade pública e gratuita é gratuita, mas
15 sabem que ela é muito cara para todo contribuinte, e isso seria uma forma também de prestar
16 contas a ele. O Conselheiro RONALDO ALOISE PILLI diz que complementar a sua fala no
17 que diz respeito à definição de uma política de inclusão na Universidade, mais abrangente do
18 que a existente, destacando que nunca devem deixar de lado a experiência do ProFIS. O
19 professor Marcelo se referiu a ele, que é um dos elementos-chave da sua criação e merece ter
20 sua dimensão ampliada. Observa que há uma certa estagnação no número de concluintes no
21 ensino médio, no Brasil, em geral, e no estado de São Paulo, em particular. Procurou
22 intensamente saber, mas não conseguiu obter a informação – inclusive enviou um *e-mail* para
23 a Secretaria de Estado da Educação –, qual era a percentagem dentre os concluintes do ensino
24 médio classificados como PPIs. Considera esse um dado importante, e tem dúvida se o
25 número do censo demográfico deve ser o parâmetro para guiar qualquer tipo de política de
26 cota ou se o número daqueles que encerram o seu ciclo no ensino básico é que deveria pautar
27 essas discussões. Entende que o texto da deliberação traz a oportunidade de que vários desses
28 aspectos sejam discutidos, mas acha que ele carece de algum aprimoramento. Recebeu muito
29 bem a fala do professor Léo Pini, porque acha que precisam pensar em todos aqueles que têm,
30 de alguma maneira, dificuldade de acesso ao ensino superior público. E, nesse ponto, sua
31 opinião é que os considerandos da deliberação vieram com tintas bastante fortes, pois deixam
32 pouca margem para que o GT venha a aprimorar quaisquer que sejam os critérios de inclusão
33 na Unicamp. Agradece os esclarecimentos do professor Sidney, e concorda em grande parte
34 com o que ele disse, que vai ao encontro de sua experiência pessoal nos Estados Unidos e
35 também com a experiência recente de pessoas da sua família que estão lá estudando.
36 Entretanto, viu agora na internet um documento do College of Admissions, de Harvard, em
37 que explicitamente está colocado que não há cotas, mas, obviamente, que eles preservam uma
38 inclusão bastante diversificada por etnias, por origem geográfica, por habilidades de outras
39 naturezas que não apenas as habilidades acadêmicas. Relata que vários colegas conversaram
40 com ele durante esses dias, como representante docente, e a grande maioria é favorável a um

1 critério de inclusão que tenha um recorte não apenas racial, mas que também inclua outras
2 camadas da população com dificuldades de acesso ao ensino superior de qualidade. A
3 inclusão nunca colocará em risco a qualidade, se ela tiver algum critério de mérito associado a
4 ela. O Conselheiro NEWTON CESARIO FRATESCHI diz que descreverá brevemente o que
5 aconteceu no Instituto de Física. Em agosto, foi criado um Grupo de Trabalho local para
6 discutir questões de cotas, permanência e orçamento, e nos primeiros meses ele se concentrou
7 mais na parte de cotas e permanência. O primeiro relatório foi produzido há um mês, mais ou
8 menos, e foi disponibilizado para toda a comunidade juntamente com o relatório do GT
9 referente às audiências públicas. Como uma demanda que partiu dos estudantes, foi realizada
10 uma mesa-redonda envolvendo membros do GT do IFGW, do GT da Reitoria, da Frente Pró-
11 Cotas e do Núcleo de Consciência Negra, um debate bastante frutífero que colocou a
12 discussão em um patamar bastante interessante, permitindo que progredam no assunto. A
13 congregação do dia 12 de maio pautou novamente o assunto e aprovou uma moção bastante
14 sucinta, mas que reflete o pensamento do Instituto: “A congregação do IFGW apoia a
15 ampliação do debate de inclusão étnico-racial e socioeconômica nos cursos de graduação da
16 Unicamp, enfatizando o comprometimento com a permanência e o desempenho da ação
17 afirmativa escolhida.” Não foi apresentada à congregação a proposta da Reitoria, mas seu
18 entendimento é que toda essa discussão, conforme a própria moção do IFGW está
19 evidenciando, vai acontecer nesse futuro Grupo de Trabalho. Destaca que não vê como tratar
20 a implantação das cotas étnico-raciais sem também discutir as questões afirmativas ligadas à
21 inclusão socioeconômica. Portanto, a possibilidade de discussão concreta desses dois pontos,
22 com a sinalização do interesse de toda a comunidade, traz a certeza de que na criação desse
23 Grupo de Trabalho é exatamente isso o que acontecerá. Algumas observações feitas no IFGW
24 foram que, por exemplo, o Paaís, de fato, tem problemas, mas ele tem uma história de sucesso
25 em algumas áreas, e a Unicamp avançou nisso, antes de qualquer outra universidade. Os
26 problemas devem ser analisados para buscar o aprimoramento do Programa, e já houve
27 diversas propostas nesse sentido. O ProFIS também tem problemas, sendo o principal o custo
28 e o quanto ele influencia no valor total das vagas. Mas ele tem se mostrado também uma
29 forma proativa que considera muito interessante, no sentido de trazer aquelas pessoas para
30 dentro da Universidade. E foi muito comentada, no IFGW, a possibilidade de que uma parte
31 do ProFIS seja ligada puramente a cotas étnico-raciais. Destaca ainda que a proposta de
32 criação da secretaria que fará o acompanhamento desses estudantes é muito bem-vinda, pois
33 devem considerar não somente o ingresso, mas a formatura. Concluindo, acredita que essa
34 proposta da Reitoria engloba, de fato, o anseio do Instituto de Física. O Conselheiro FLÁVIO
35 RIBEIRO DE OLIVEIRA diz que a congregação do IEL discutiu o documento apresentado
36 pelo Grupo de Trabalho e aprovou o princípio de cotas étnico-raciais, por unanimidade. Pensa
37 que essa decisão que o Consu tomará hoje é histórica e já tardia. Este país se construiu sobre
38 um duplo genocídio, dos povos africanos e dos povos indígenas, cujos efeitos perduram ainda
39 hoje, e isso é inaceitável. A decisão da Universidade, que tem certeza que será a correta, é
40 inadiável e, pela importância da Unicamp, tem um peso simbólico político muito grande.

1 Portanto, o encaminhamento proposto pela Reitoria lhe parece excelente e tem todo o seu
2 apoio. Espera que ele seja aprovado hoje. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS
3 ROMANO diz que na Faculdade de Engenharia Elétrica e de Computação foi realizada ontem
4 a congregação, mas antes dela, já em duas congregações e dois conselhos interdepartamentais
5 anteriores, havia chamado a atenção dos colegas que esse assunto estaria em pauta,
6 solicitando que eles fossem discutindo nos departamentos. Na quinta-feira passada, houve
7 uma discussão aberta, com toda a comunidade, docentes, funcionários, alunos, além de
8 pessoas de fora da unidade, sendo que algumas delas estão aqui hoje. O *approach* da
9 Faculdade foi um pouco diferente; desejaram fazer uma discussão mais interna, então
10 solicitou que uma pequena comissão resumisse e apresentasse os principais tópicos do
11 relatório do GT, o que foi feito com brilhantismo e clareza pelo professor Antenor, seu
12 antecessor na direção da Feec. Depois, pediu que o professor Geromel apresentasse sua
13 proposta, que está em pauta hoje, e além dela foi apresentada a proposta da Reitoria. Portanto,
14 três pontos de vista bem concretos foram colocados para a comunidade, e ficou claro que o
15 que será votado no Consu de hoje é primeiro a proposta da Reitoria e depois a proposta do
16 professor Geromel. Então, traz a posição da comunidade sobre essas duas propostas, já
17 antecipando sua posição favorável. A maioria dos docentes da Feec demonstrou uma abertura
18 ao novo, não a um experimentalismo irresponsável, mas a um novo modelo um pouco mais
19 justo, mais adequado às demandas da sociedade. Um ponto que a Feec considera muito
20 importante é o Sisu, que consta no Parágrafo Único do Artigo 1º. O professor Antenor
21 Pomilio já havia feito uma proposta de inclusão de 20% das vagas do vestibular pelo Sisu,
22 então é um assunto pelo qual a Feec tem bastante apego, e vê com muito bons olhos a
23 possibilidade de que os critérios do Sisu possam ser incorporados aos estudos do Grupo de
24 Trabalho. Também foi bastante comentado na congregação sobre a permanência, e acha que
25 ela vai demandar um investimento importante e necessário. Não se trata de custo, mas
26 realmente de investimento. Há alguns dias, leu uma entrevista de uma alta executiva negra
27 que contava a história dela, de muita dificuldade, e dizia que “diversidade é convidar para o
28 baile e inclusão é convidar para dançar”. Então, acha que com as cotas estão aumentando essa
29 diversidade, o baile acadêmico felizmente vai ficar mais diversificado, mas querem que
30 chegue até a valsa da formatura. Por isso esse investimento é muito importante e a Feec
31 enfatizou a importância do acompanhamento. Finalmente, cumprimenta a Reitoria e acha que
32 precisam, dentro dos eventuais conflitos, saber reconhecer esse trabalho. O que veem hoje é
33 uma convergência para se fazer uma coisa boa. No ano passado, viveram movimentos
34 difíceis, com divisões entre docentes, entre docentes e alunos, e, hoje, grupos que estavam em
35 lados bem diversificados, alguns meses atrás, estão em consonância para aprovar uma
36 proposta muito importante. Considera que isso é mérito, sobretudo, desta Reitoria. O
37 Conselheiro FÁBIO BONETTO ROSA diz que passará alguns dados a que teve acesso, que
38 considera interessantes e que vão ao encontro das colocações do professor Geromel e de
39 várias outras pessoas. Um argumento que surgiu bastante durante suas conversas com as
40 pessoas a respeito de cotas foi justamente a questão de cotas sociais, se elas solucionavam o

1 problema ou não. É um argumento válido e que deveria ser avaliado. Algumas pessoas
2 disseram isso e tem em mãos alguns dados que podem elucidar um pouco essa questão: entre
3 os 20% mais pobres da sociedade, o acesso para brancos é 2,5 vezes maior do que para PPIs, e
4 entre os 20% mais ricos, o acesso para brancos é 1,3 vezes maior do que para PPIs. Então,
5 percebem que, realmente, há uma diferença que independe da renda entre os PPIs e brancos, e
6 isso deve ser considerado, sendo mais um dos motivos pelos quais defende o que está sendo
7 encaminhado, apesar das divergências com seus colegas estudantes. Além disso, confirmam o
8 que o professor Geromel colocou, que a renda é um ponto muito importante. Para os brancos,
9 entre os dois quintos mais altos da sociedade, a inclusão é 13 vezes maior do que para os dois
10 quintos mais baixos de renda, e para os PPIs essa discrepância fica ainda maior, porque os
11 pretos, pardos e indígenas de classes mais baixas têm um acesso muito mais limitado do que
12 os de classes mais altas. Pelo que o estudo coloca, chega a ser 25 vezes menor o acesso dos
13 PPIs de renda mais baixa em relação aos PPIs que ganham mais, por causa dessa discrepância.
14 O acadêmico Bruno comentou a questão do debate, de cada um expor seu ponto de vista,
15 discordar, e acha isso totalmente positivo; parabeniza as pessoas por exporem o que
16 acreditam, pois isso contribui muito para o debate. Apesar de sua discordância com vários
17 pontos, como já mencionou, acha que é preciso considerar o esforço das pessoas mobilizadas
18 neste momento em frente à Reitoria reivindicando algo que elas consideram relevante, e esse
19 esforço é proporcional à importância que elas dão ao assunto. E como representantes da
20 comunidade acadêmica, devem levar isso em consideração. Por fim, um ponto que uma
21 docente pediu para que expusesse no Consu é a questão das cotas também para os colégios
22 técnicos, o que poderia melhorar, por exemplo, a questão da dificuldade em adaptação nas
23 Exatas. Não sabe qual a opinião do professor Alan sobre isso, mas achou uma ideia
24 interessante, que poderia ser avaliada. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
25 CARVALHO diz que tinha uma proposta de inserir um considerando, como comentou em sua
26 primeira manifestação, mas irá retirá-la, em prol da redação mais enxuta sugerida pela
27 professora Walkiria. Ela também propôs uma alteração no Artigo 1º, mas caso ele permaneça
28 da forma como está na minuta, sugere que, em vez de “(...) conforme parâmetro do IBGE no
29 Estado de São Paulo (...)”, a redação deste trecho passe a ser: “(...) conforme parâmetro
30 verificado pelo último censo do IBGE no Estado de São Paulo (...)”. Esse é o texto da lei
31 federal de cotas, de 2012, que coloca explicitamente o último censo do IBGE para cada estado
32 e também é o princípio do Pimesp, criado em 2012. Também acha que o calendário poderia
33 ser como sugerido pela professora Claudia, deixando a última fase para fevereiro ou março do
34 ano que vem, para que haja um pouco mais de tempo para todas as instâncias discutirem, sem
35 prejuízo do prazo de 2019. A Conselheira MARINA SANGOI DE OLIVEIRA ILHA diz que
36 relatará a decisão da congregação da FEC, reunida ontem, mas antes comentará algumas falas
37 dos conselheiros, porque elas vão ao encontro do que colocará na sequência. Houve tanto
38 conselheiros que demonstraram apoio incondicional ao documento como está, como
39 conselheiros e convidados que foram contrários ao documento. A professora Walkiria colocou
40 a preocupação com o engessamento da discussão, com o fato de ser um GT de implantação e

1 não de aprimoramento. A professora Lucilene mencionou que se trata de uma proposta
2 democrática, e é justamente isso que acredita que estão procurando. O professor Pilli disse
3 que precisam analisar todos os dados para depois fazer projeções, e nesse aspecto foca tanto
4 no orçamentário quanto no pedagógico, e que a minuta tem de ser aprimorada, já que ela tem
5 um caráter operacional e não de discussão. A professora Claudia colocou, como vários
6 conselheiros, e acredita que isso seja já um consenso, que o problema não é se desejam ou não
7 a diversidade, que é de suma importância para a Universidade; o que talvez possam discordar
8 ou ter opiniões diferentes quanto à forma de implementar. O professor Léo Pini comentou
9 sobre agregar competências ao GT para uma política perene. A questão da Lei Orçamentária
10 Anual – LOA, que é de suma importância, foi uma questão destacada na FEC. A professora
11 Walkiria, em sua segunda fala, apresentou propostas, sendo que algumas já atendem às
12 demandas da Faculdade. A professora Claudia propôs um calendário que converge muito com
13 o que foi discutido na FEC. O professor Pilli comentou a questão de que a deliberação, do
14 jeito que está, deixa pouca margem para aprimoramento. O professor Marco também fez
15 sugestões para o Artigo 1º. A Faculdade tomou ciência do Relatório elaborado pelo GT em
16 duas pautas de congregação. Surgiram várias dúvidas da comunidade, então convidaram o
17 representante da Comvest, esteve lá também o senhor Teófilo Reis, representando o GT, e
18 também fizeram a projeção da fala que o professor Julio Hadler fez no Consu; uma projeção
19 aberta para os membros da Unidade e para quem quisesse rever ou ver pela primeira vez esse
20 posicionamento, no sentido de disseminar o mais possível o relatório elaborado. Tiveram a
21 indicação desse documento na quarta-feira, até aquele momento, inclusive por não saber bem,
22 não entenderem o que deveriam votar, o foco estava, como foi destacado por alguns
23 conselheiros, na proposta, e menos talvez nas considerações que o relatório apresentava de
24 uma forma bastante importante. Então, colocaram na pauta suplementar da congregação,
25 tiveram a sorte que a pauta do Consu foi disponibilizada na quinta de manhã. Um primeiro
26 ponto que foi destacado é que desconheciam, e já foi esclarecido por essa errata entregue no
27 início da reunião, a lei estadual citada naquele considerando. Sabem que há a Lei
28 12.711/2012, que foi regulamentada pelo Decreto 7.824/2012, depois essa lei foi alterada em
29 2016, pela Lei 13.409, que inclui as pessoas com deficiência, então aborda também as pessoas
30 com deficiência, tendo sido regulamentada em abril de 2017. Esse decreto estabelece 90 dias
31 para atos complementares que, acredita, devam subsidiar como evitar, como classificar, como
32 identificar as categorias lá citadas e, também, talvez, a questão das fraudes, que é uma
33 preocupação que têm na Faculdade. Como isso foi esclarecido, na congregação focaram no
34 Pimesp e acharam estranho até que não tivesse citação no relatório do GT de nada sobre o
35 Pimesp, que foi um programa de inclusão com mérito no ensino público paulista,
36 principalmente por ele ter um critério diferenciado que não é o das cotas, é muito similar,
37 acredita que possa ter embasado o ProFIS, que foi criado, se não está enganada, dois anos
38 antes desse programa. O que mais chama sua atenção nesse programa, e chamou a atenção da
39 Faculdade, é que existem recursos, no primeiro ano eram R\$27 milhões e no sétimo ano,
40 aproximadamente R\$95 milhões destinados a essa política de permanência. Então, existem

1 investimentos anuais nesse programa que chamou a atenção se teriam como, a partir da
2 adoção de uma política de cotas ou de alguma questão similar, usufruir ou reivindicar recursos
3 também para essa implementação, uma vez que existiu no Pimesp. Depois, conversando com
4 alguns conselheiros na hora do almoço, foi esclarecido, porque tomaram ciência do conteúdo
5 do Pimesp ontem na congregação, que esse recurso obviamente seria só no formato desse
6 programa, que não é o formato das cotas, mas é a ideia que gostaria de colocar. A
7 congregação demonstrou na Faculdade que tem de ser dada maior flexibilidade para o
8 trabalho do GT. Agora, ouvindo todas as falas, talvez tenha sido considerado que esses
9 considerandos não são um antecedente ou um contexto, são um compromisso já assumido e
10 sentiu isso um pouco na congregação também, o que tira o caráter de discussão, de debate do
11 GT. Outro assunto que foi discutido também na Faculdade e destacado como uma
12 preocupação é a composição do GT. A FEC se preocupa que ele tenha uma composição
13 neutra e representativa das diferentes opiniões da Unicamp. Nesse sentido, acha que já foi
14 falado aqui pelo conselheiro Fábio, sobre a composição plural. Concordam nesse sentido.
15 Outro assunto que preocupa a congregação da Faculdade de Engenharia Civil, Arquitetura e
16 Urbanismo é o prazo para os trabalhos. Nesse sentido, o calendário que a professora Claudia
17 apresentou converge com o que foi lá colocado, uma vez que precisam divulgar ou publicar o
18 edital do vestibular em maio ou abril do ano que vem, o que fornece um tempo maior para
19 discussão nas unidades, um tempo maior para o grupo de trabalho, somando ao que o senhor
20 Iuriatan falou aqui no início, talvez tenham uma semana de ocorrência de provas, então,
21 concordam com isso. Outra preocupação manifestada pela congregação é relativa à
22 desvinculação que existe no documento entre o prazo previsto para implantação da nova
23 política de ingresso e as políticas voltadas para permanência. Há uma preocupação muito
24 grande não só dos prazos, como também dos recursos necessários, então, a congregação
25 considera que essa proposta do GT deve ser acompanhada de uma avaliação econômica, até
26 por causa do contexto em que se encontram. Também foi manifestada uma preocupação com
27 a forma de comprovação dos critérios exigidos, política pública com fraudes não é uma
28 política pública eficiente, então, precisam pensar em mecanismos, seja após, seja antes,
29 durante, como fazer isso; acha que o grupo tem de se ocupar dessa questão. Por fim, a
30 congregação também manifestou preocupação com os resultados alarmantes do desempenho
31 dos alunos do ensino médio, reforçando que precisam adotar um discurso de melhoria do
32 ensino médio. Os dados são de que quase 90% dos alunos terminam o ensino médio sem saber
33 matemática, que a primeira escola pública padrão da cidade de São Paulo ficou no lugar 2.447
34 no Enem em 2016, ou seja, também não podem fechar os olhos para essas questões e devem
35 cobrar melhorias no ensino público do Estado. A congregação, então, sinalizou positivamente
36 para a criação de um GT, porém, fez várias ressalvas à minuta de deliberação que estão
37 analisando. O Conselheiro EDSON TOMAZ diz que a Faculdade de Engenharia Química, a
38 exemplo de outras unidades, promoveu ao longo das últimas semanas discussões a respeito
39 desse assunto, discussões que foram extremamente interessantes. E, na última sexta-feira,
40 tiveram uma congregação extraordinária para debater e se posicionar a respeito dessa minuta

1 de deliberação. A Faculdade se posicionou favoravelmente à minuta, por unanimidade, fez
2 algumas poucas sugestões de aprimoramento do texto. Cita aqui o Artigo 5º, acrescentando ao
3 final “respeitando a autonomia docente” e, no Artigo 2º, atendendo a uma demanda do
4 representante docente da congregação, acrescentar “uma garantia da presença de pelo menos
5 dois discentes no grupo de trabalho.” Além disso, a congregação o incumbiu de manifestar
6 aqui uma moção que foi aprovada a partir da sugestão de alguns docentes: “A congregação da
7 Faculdade de Engenharia Química da Unicamp, em sua 89ª Sessão Extraordinária, realizada
8 em 26 de maio de 2017, manifesta-se favorável à aprovação da minuta de Deliberação Consu
9 referente ao Programa de Inclusão Social, através de cotas étnico-raciais. Manifesta também
10 profunda preocupação com os aspectos orçamentários associados à sua implantação e
11 manutenção, requerendo que conste da proposta o estudo detalhado do impacto financeiro e
12 da forma de aporte e utilização dos recursos para tal.” O Conselheiro BRUNO LIPORACI
13 SILVA saúda o movimento estudantil que está lá fora, desde as sete da manhã, especialmente
14 os da Frente Pró-Cotas e os do Núcleo de Consciência Negra, que permitiram que chegassem
15 a esse ponto da discussão. Parece que há duas discussões contrárias. Uma que diz que falta
16 um pouco do debate e a outra que insiste na excelência acadêmica. O debate sobre as cotas é
17 uma demanda do movimento estudantil e do movimento negro há muito tempo. Já passaram
18 pelas cotas no Prouni, pelo Plano de Lei de Cotas de 2012, pelo Plano Estadual de Educação
19 de 2016, então, esse debate está na sociedade já há algum tempo. E na Unicamp não é
20 diferente. Desde a greve do ano passado esse é um debate aflorado em todas as unidades, é
21 presente na Universidade. Sobre a questão da preocupação com a excelência acadêmica, acha
22 que a prática é o critério da verdade. Há modelos de universidades, a UFSCar e a UnB que há
23 mais de 10 anos implantaram as cotas e há exemplos de que não atrapalha na excelência
24 acadêmica, porque a comparação do sentimento entre os não cotistas e os cotistas é de que
25 não há grandes diferenças. Irá concluir aqui, porque a conselheira Carolina irá falar. Os
26 conselheiros deste Conselho têm uma grande missão. A palavra “universidade”, significa o
27 conjunto das coisas, então, acha que possuem a grande missão de fazer esta Universidade ser,
28 de fato, uma universidade, e que haja o conjunto das ideias e das pessoas aqui, e não somente
29 de um tipo de pessoa, de um tipo de ideia. A Conselheira CAROLINA BONOMI DE
30 MENEZES GUERRA diz que há dois projetos colocados aqui. O projeto que diz respeito à
31 aprovação do princípio de reserva de vagas étnico-raciais e a proposta da professora Walkiria
32 que não tem esse princípio. Qualquer política afirmativa tem algumas deliberações e
33 orientações. Todos os cortes que foram realizados dos considerandos são os princípios. E, na
34 verdade, nessa proposta não tem nada de concreto, só fala que é a favor da diversidade, mas
35 não consegue orientar quais são as diretrizes sobre a forma de implementação, então, na
36 verdade, não há nada de propositivo, e o que estão começando a discutir de pormenores vai
37 ser na proposta de responsabilidade do GT de implementação, que é exatamente por isso que
38 vai ser criado. Outra questão é que já conseguiram superar a discussão da desigualdade social.
39 Precisam avançar sobre a desigualdade étnico-racial, porque já tem o relatório da Comvest de
40 maio de 2016, que colocou que o País vai sofrer algum tipo de alteração no que diz respeito à

1 renda. A desigualdade social está sendo discutida, inclusive no projeto já está incluso, então,
2 não precisam ficar com as delongas do GT porque isso vai ser discutido, está nas
3 responsabilidades da proposta. Há dois projetos nítidos, o deles que versa sobre princípio e
4 implementação, e essa proposta da professora Walkiria, que não fala sobre nenhum princípio
5 da implementação étnico-racial, e é isso que precisam votar. O Conselheiro BRUNO
6 RIBEIRO FERREIRA diz que vai ceder um trecho de sua fala à professora Ângela Soligo. A
7 Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO diz que irá falar para depois não atrapalhar a
8 segunda fase da discussão. Informa que essa discussão sobre a questão das cotas é
9 fundamentada em consistente produção acadêmica sobre a temática, produção a respeito da
10 qual os docentes que foram membros do GT são experts, são conhecedores, então, não
11 podem, a título até de respeito, dizer que essa não é uma discussão fundamentada, e ela está
12 disponível no Relatório do GT, disponível em vários textos acadêmicos de circulação e de
13 conhecimento nacional. A segunda coisa que queria dizer é com relação à questão do mérito
14 acadêmico como conceito absoluto. Esse é um conceito também bastante discutido por
15 teóricos importantes do país e fora dele. Sugere a leitura de um texto de um pesquisador
16 norte-americano chamado Ralph Carson, que se chama “Por que medir?” Ele mostra que
17 quando medem, não medem simplesmente atributos da pessoa, mas as condições nas quais
18 cada um desenvolve certos atributos e não outros. Com relação à qualidade como atributo da
19 branquitude, escutam isso o tempo todo, quando se revela uma grande preocupação com a
20 qualidade, então, a qualidade não é um atributo da branquitude. Ela é uma das formas pelas
21 quais o racismo se revela e os estudos contemporâneos também mostram que onde se
22 implantaram cotas não houve perda de qualidade. Aliás, a garantia de qualidade é obrigação
23 da Universidade. Com relação à questão socioeconômica, que é importante, também já sabem
24 que se solucionada, não fica resolvida a questão da exclusão de pretos e pardos. Os estudos
25 mostram isso, sugere que vejam os estudos do Nelson do Valle Silva, do Iuperj que, aliás, é
26 um economista, e há muitos outros. Além de tudo, a experiência das crianças e jovens negros
27 nas escolas é a vivência do racismo. Existem pesquisas que demonstram isso e o racismo é
28 impeditivo, cria obstáculo, sofrimento. Colocar para o GT a tarefa de resolver as mazelas da
29 escola pública é criar tarefas de Hércules, para impedir que se chegue aonde Hércules precisa
30 chegar. Finaliza dizendo que cotas e ações afirmativas são conquistas dos movimentos face às
31 desigualdades e exclusões. Elas não são decorrentes de dificuldades inerentes aos grupos.
32 Portanto, cotas não são políticas de ajuda, são políticas de justiça. Defende a manutenção do
33 texto proposto pela Reitoria e não do texto alternativo que adultera o princípio das cotas, não
34 podem permitir isso. O Conselheiro BRUNO RIBEIRO FERREIRA diz que estão ouvindo
35 agora as pessoas lá fora falando que movimento social, sociedade não se cala, tem de se
36 escutar. Está Sessão é tensa, mas é bonita ao mesmo tempo. Quem está lá fora ouviu muito
37 nitidamente o que estão falando aqui e espera que os conselheiros se sensibilizem com isso
38 também. Vai tentar ser bem breve, porque já cedeu parte de sua fala. Primeiro em relação ao
39 que se colocou sobre o problema econômico, foi algo muito comentado em várias
40 congregações. Foi muito bem recebido em várias para discutir o tema, no IFGW, na FEQ, na

1 FEA, enfim, em várias unidades conseguiram discutir isso. Primeiro, esse argumento do
2 orçamentário tem um problema, *a priori*, porque ele coloca como se fosse um problema a
3 existir, caso aprovelem cotas, como se não houvesse problemas de permanência estudantil,
4 como se já não houvesse pretos e indígenas na Universidade. Muita gente tem colocado o
5 medo, argumentando que vai tensionar relações raciais dentro da Universidade. Já há
6 estudantes negros aqui, é um estudante daqui. Problemas de racismo já enfrentam. É estudante
7 das Ciências Sociais com ênfase em Antropologia, e desde o primeiro semestre fazem uma
8 leitura a partir da Antropologia Física, era a Antropologia que messava os cérebros, era a
9 ciência baseada nas ideias do evolucionismo social, do darwinismo social, que media a
10 inteligência e criava teorias racistas, isso no século XIX, para mensurar inteligência entre
11 negros, orientais e brancos. Paradigmas coexistem nas humanidades e acha que é esse ponto
12 que precisam colocar aqui. Em pleno 2017 ainda é preciso chegar aqui e falar que racismo
13 existe. E vai colocar um único argumento em relação a isso. Muito se fala sobre cotas.
14 Colocaram uma proposta de reserva de cotas também para brancos pobres, não só para
15 negros, mas o problema é reserva para indígenas, o problema é reserva para negros. Muitas
16 pessoas de universidades federais que não conhecem a Unicamp e não sabem se aqui tem
17 cotas o identificam como cotista. Entretanto, qualquer branco que ingressa por cotas em
18 qualquer universidade federal, não é visto como cotista. Não que ser visto como cotista seja
19 pejorativo, mas as pessoas colocam como se fosse, como capacidade inferior. Há 33
20 professores pretos nesta Universidade em um universo de mais de 2.000, se não há diferença
21 do ponto de vista biológico, ela é do ponto de vista social, é o que chamam de racismo, é o
22 marcador social da diferença, que é raça, a desigualdade proveniente de uma diferença que
23 podem marcar, podem datar historicamente. Precisam entender isso, porque falar que racismo
24 não existe é cair em uma ideia de que não há problema. Se olharem os dados do mapa da
25 violência, por exemplo, e virem a porcentagem étnico-racial, vão achar que está normal. Faz
26 muitas atividades em escolas e uma das coisas que sempre pergunta é quantos médicos negros
27 existem. Perguntou na escola em que estudou, Escola Estadual Samuel Wainer, no Grajaú, em
28 São Paulo, por quantos médicos negros as pessoas já foram atendidas. Uma senhora
29 respondeu que foi atendida pelo doutor Roberto, cardiologista, e pela doutora Sônia. Lembra
30 até os nomes. Então perguntou por quantos médicos ela já havia sido atendida na vida. Ela
31 não soube dizer. Mas o fato de médicos negros serem exceção é tão gritante que ela lembrava
32 o nome, sobrenome, ela lembrava, provavelmente, até da feição desses médicos. Precisam
33 debater o que é exceção e o que é regra. Só para fins de comparações, falou do século XIX,
34 houve um rompimento marcante a partir do antropólogo Franz Boas, o professor Sedi Hirano
35 já falou do projeto da Unesco, depois do holocausto foi um debate muito grande mesmo.
36 Pergunta se conseguem viver com diversidade. Aqui o racismo é um crime perfeito, nas
37 palavras do antropólogo e professor Kabengele Munanga. Precisam voltar para os clássicos e
38 sair das crenças. Precisam voltar para o sociólogo Oracy Nogueira, para a socióloga e
39 psicanalista Virgínia Leone Bicudo, para o sociólogo Roger Bastide, para o sociólogo Octávio
40 Ianni, olhar os intelectuais que falam sobre racismo para poder entender isso e não ter medo

1 da ampliação dessa ideia de epistemologia, de *epistême*. O primeiro texto que leu na Ciência
2 Política, quando chegou na Unicamp foi um texto chamado “Não há pior inimigo do
3 conhecimento que a terra firme”. Precisam desestabilizar, a diversidade ajuda. Terminou sua
4 fala, não sabe como é o procedimento, mas solicita à Secretaria Geral que entregue ao Reitor
5 um abaixo-assinado com 1.627 assinaturas de estudantes das escolas: Escola Estadual Ruy
6 Rodrigues, Escola Estadual Carlos Alberto Galhiego, Escola Estadual Carlos Gomes, Escola
7 Estadual Dom Barreto, Escola Estadual Francisco Glicério, Tomás Alves, Miguel Vicente,
8 Jornalista Roberto Marinho, Moisés Gonçalves, Telemaco, Culto à Ciência, Cooperativa do
9 Saber e Rede Emancipa. Falam aqui, quando estão defendendo cotas, que essa defesa não é
10 pessoal, não é baseada em crença, é baseada em pesquisa e em uma reivindicação justa, antes
11 de tudo. A Conselheira ROSANA TERESA ONOCKO CAMPOS diz que está muito
12 orgulhosa de poder estar aqui, hoje, porque acha que é um dia histórico. E está muito feliz
13 também de ver que, perante temáticas tão quentes e tão importantes como as que estão
14 discutindo hoje, alguns setores da Unicamp conseguem convergir para tentar pensar soluções
15 para os grandes desafios da Universidade. Nesse sentido, parabeniza a Reitoria pela proposta,
16 uma proposta ponderada, que mostra um modo de fazer política que é dialógico, que é de
17 composição, e isso a deixa muito feliz. Solicita que as pessoas reflitam sobre a diferença que
18 existe entre discutir valores e discutir propostas de implementações técnicas. Vários colegas
19 tentaram aqui sustentar argumentos que, em sua opinião, são tecnocráticos, para desqualificar
20 a discussão de um valor. Mas entende que a ampla maioria se manifestou a favor da
21 aprovação da proposta da Reitoria, porque estão defendendo um valor, o valor da inclusão
22 racial. Haverá uma comissão que vai discutir esses detalhes da implementação. Neste
23 momento do país, se perguntasse se há dúvidas sobre o que seja ser honesto ou não ser
24 honesto, se isso depende da quantidade de milhões que vão dentro de uma mala, todos
25 concordariam que não. Não há dubiedade quando defendem um valor. Por esse motivo,
26 manifesta sua aprovação integral da proposta tal como foi apresentada na pauta. O
27 Conselheiro RONALDO FERREIRA DOS SANTOS parabeniza a Reitoria por trazer no
28 primeiro Consu da nova gestão esta discussão sobre as cotas. Diz que é afrodescendente e
29 descendente de bugre, e se orgulha muito disso. Porém, ele e sua família já sofreram muitos
30 preconceitos, como acredita que outros companheiros aqui com a mesma descendência
31 também tenham sofrido. Mas abomina um pouco essa fala de racismo, porque sua família
32 sempre se defendeu, assim como seus companheiros de Unicamp, especialmente do HC, se
33 defendem, com cabeça erguida, sempre trabalhando, nunca abaixando a cabeça para aquelas
34 pessoas que queriam, infelizmente, humilhá-los. Fez uma pesquisa sobre as cotas raciais com
35 os colegas afrodescendentes que trabalham no HC; alguns são contrários, porque eles estão
36 trabalhando e pagando colégios particulares para os seus filhos com muito sacrifício. Além de
37 tudo, sabem que, em função do critério de escola pública no Paais, alguns alunos se
38 matriculam em cursinhos no período da manhã e cursam Etec à noite, para se beneficiar dessa
39 pontuação. Isso é uma injustiça, da mesma forma que seus antepassados foram injustiçados.
40 Os professores Geromel e Zeferino falaram da renda familiar, e esse é um dos critérios

1 importantes. Não é contrário às cotas, mas é preciso levar em conta a renda familiar. Veio da
2 periferia, estudou, mas muitos colegas seus se perderam na vida, muitos estão presos, outros
3 morreram e outros se perderam em drogas. Foi para a área de futebol, voltou para estudar,
4 mas muitos queriam estudar e não puderam, eles não tinham condições financeiras de pagar
5 colégio particular, e alguns foram para o colégio público, mas não tiveram a mesma ascensão
6 nos estudos. Devem analisar com muita cautela todo esse rico debate de hoje para poderem,
7 futuramente, votar a questão das cotas e da renda familiar. Acha que a junção dessas duas
8 partes vai ser importante, porque não podem, em nenhum momento, desprestigiar nem o
9 branco, nem o negro, nem o pardo, nem o indígena. O MAGNÍFICO REITOR diz que tentará
10 encaminhar a votação, buscando compilar tudo o que ouviu, o que não é uma situação fácil,
11 depois de cinco horas de debate. Houve várias manifestações, algumas propostas específicas e
12 uma proposta muito específica, que foi distribuída, da professora Walkiria, que acha que tem
13 precedência na discussão, por se tratar de uma proposta muito concreta. Talvez possam
14 adicionar a proposta do professor Marco de que seja mantida a informação do percentual do
15 IBGE, que havia sido cortada, mas isso deixariam para uma segunda oportunidade. Então,
16 essa é sua sugestão específica, neste momento, porque ouviu várias pessoas também
17 defendendo a proposta original. Portanto, há duas propostas colocadas: a minuta de
18 deliberação que consta da pauta e a proposta da professora Walkiria, distribuída pela
19 Secretaria Geral durante a discussão. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER
20 MEDEIROS observa que a professora Walkiria não propõe alteração no calendário, e acredita
21 que sua proposta de um calendário específico também é bem concreta. O MAGNÍFICO
22 REITOR concorda, e diz que verão primeiro qual proposta será discutida. Colocará uma
23 contra a outra, e a que vencer será discutida e aprimorada. A Conselheira CAROLINA
24 BONOMI DE MENEZES GUERRA solicita que a votação seja nominal. O MAGNÍFICO
25 REITOR diz que a princípio só definirão qual proposta será trabalhada e votada
26 posteriormente. Não votarão a proposta em si, porque há vários adendos que ainda serão
27 discutidos. A Conselheira CAROLINA BONOMI DE MENEZES GUERRA diz que quando
28 são colocadas duas propostas em disputa, estão dizendo se são a favor, qual vai ser o princípio
29 que norteará, e mesmo sabendo que depois serão discutidos alguns destaques da proposta,
30 solicita a votação nominal. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que se preocupa
31 com esse encaminhamento. Acha que a proposta da Reitoria tem precedência e lhe parece ser
32 mais robusta, do ponto de vista de encaminhar o problema. Em princípio, acha que seria mais
33 adequado votá-la com alguns destaques, mas preservando-a, e não uma contra a outra. O
34 MAGNÍFICO REITOR diz que fará os destaques posteriormente. A professora Walkiria
35 considera que é melhor votar uma contra a outra. O Conselheiro ANTONIO CARLOS
36 BANNWART diz que a sua preocupação é saber, primeiramente, se há uma ideia que
37 unifique a todos aqui na sala, no sentido de que a Universidade deve refletir a composição
38 socioeconômica e étnico-racial da sociedade. Acha que se houver isso, pelo menos para ele,
39 que traz uma posição de congregação que muito discutiu esse assunto e que procurou unificar
40 alunos e professores, seria muito melhor se fosse possível votar antes um princípio maior e, a

1 partir dele, escolherem entre as duas propostas. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON
2 ATVARS diz que passaram boa parte do dia discutindo um assunto absolutamente
3 substantivo para a vida universitária. Estão em uma fase de encaminhamento que não tem a
4 mesma relevância de tudo o que discutiram aqui, das reflexões que foram feitas etc. Há duas
5 propostas objetivas que precisam ser votadas. O encaminhamento que o professor Marcelo
6 deu é de votar o substitutivo, e caso ele não seja aprovado, passar à discussão dos itens e
7 adendos que foram colocados nos considerandos e nos artigos da minuta que consta na pauta.
8 É claro que nenhuma das duas propostas desconsiderou a questão das cotas. Ambas trabalham
9 na mesma direção, mas com estrutura e alguns considerandos diferentes. Sua solicitação é que
10 sejam um pouco mais objetivos para que possam concluir com muita tranquilidade uma
11 discussão que fizeram ao longo do dia, divergindo em alguns pontos, mas com muita
12 tranquilidade também. E se o substitutivo for aprovado, votarão depois os seus detalhes. Mas
13 não é possível, neste momento, criarem dificuldade para os encaminhamentos, já que
14 chegaram tão bem até onde chegaram. A Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO diz que o
15 substitutivo retira do texto o termo “cotas”. Ele menciona “avaliação e aprimoramento da
16 política de ingresso”, mas não assume as cotas. Então, na verdade, são duas propostas
17 diferentes no princípio, e não podem considerar que uma equivale à outra, elas são propostas
18 em oposição. O Conselheiro BRUNO RIBEIRO FERREIRA solicita um esclarecimento para
19 a professora Teresa. Pelo que entendeu, votarão uma proposta em contraposição à outra. Por
20 exemplo, se o modelo que o GT construiu com a Reitoria vencer, discutirão seus pormenores.
21 Entretanto, tem um certo receio de que nessa segunda votação modifiquem a proposta a ponto
22 de ela ficar quase como a proposta anterior que perdeu. Nesse sentido, concorda com o
23 comentário da professora Ângela Soligo. Considera muito legítima essa discussão geral
24 proposta aqui, esse reconhecimento da necessidade de aprimorar as formas de ingresso, mas
25 acha que isso já está consubstanciado na própria discussão, primeiro porque a Unicamp já
26 possui programas de ação afirmativa, o que estão decidindo é a questão do princípio e da
27 implementação. O tom de todas as congregações e de todas as discussões é esse, nenhum
28 diretor relatou que sua congregação tenha considerado que o que existe é suficiente, que
29 devem deixar tudo como está. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS esclarece
30 que as sugestões de alteração do texto apresentado pela Mesa juntamente com o GT são
31 mínimas e em poucos itens, mas obviamente têm de ser consideradas. No entanto, acha que
32 cada conselheiro já sabe como irá votar. O Conselheiro RONALDO FERREIRA DOS
33 SANTOS diz que na proposta da professora Walkiria, no Artigo 1º, talvez pudessem substituir
34 “(...) pretos, pardos e indígenas (...)” por “(...) pretos, pardos, indígenas e inclusão social (...)”.
35 O MAGNÍFICO REITOR diz que depois discutirão isso. A Conselheira ROSANA TERESA
36 ONOCKO CAMPOS diz que vários, como ela, se manifestaram a favor da proposta da Mesa
37 da maneira como está. Acha que ela tem de ser votada primeiro, sem alterações. O
38 MAGNÍFICO REITOR diz que precisam colocar em votação todos os destaques feitos. Há
39 destaques com relação ao cronograma, ao Grupo de Trabalho e outros, então fica estranho
40 votar sem alteração e não ter a possibilidade de votar os destaques colocados. Porém, existe

1 uma proposta substitutiva que está clara, alterando alguns parágrafos e cortando outros.
2 Portanto, colocará em votação se as pessoas são favoráveis ou não a esta proposta. Caso a
3 maioria seja favorável, discutirão essa proposta substitutiva. Caso não sejam, discutirão a
4 proposta original. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES sugere que
5 elas sejam votadas uma contra a outra. O MAGNÍFICO REITOR diz que o resultado seria o
6 mesmo, só está tentando evitar um detalhe: no momento em que votam uma contra a outra, já
7 estão supondo que o que está sendo votado é o que está escrito, entretanto ainda haverá,
8 eventualmente, alguma discussão. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA
9 MEIRELLES diz que poderiam votar o princípio, então. O MAGNÍFICO REITOR observa
10 que ele fica implícito ao aceitar ou não aceitar determinada proposta. A Conselheira
11 ANDRÉIA GALVÃO sugere, caso a proposta apresentada pela Reitoria seja a vencedora, que
12 eventuais mudanças não digam respeito aos considerandos, apenas aos artigos, porque
13 justamente o que a proposta alternativa substitutiva faz é mexer nos considerandos. O
14 Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que segundo o entendimento da
15 Mesa, que não é o seu, se a proposta da professora Walkiria não for aceita, significa, por
16 enquanto, que não há nenhuma proposta aceita. O MAGNÍFICO REITOR diz que além desta,
17 só há a proposta da Mesa. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO
18 observa que a da Mesa ainda não foi aprovada. O MAGNÍFICO REITOR diz que ela será
19 discutida posteriormente. O Conselheiro JOÃO MARCOS TRAVASSOS ROMANO diz que
20 é por isso que sua sugestão de encaminhamento seria semelhante à que fez o professor
21 Geromel. O MAGNÍFICO REITOR observa que o encaminhamento da Mesa é equivalente a
22 uma retirada de pauta, que tem de ser votada primeiro se será discutida ou não, e se a decisão
23 for que não será, só resta a outra para discutir. A Conselheira CAROLINA BONOMI DE
24 MENEZES GUERRA diz que em qualquer instância de votação geralmente a votação inicial
25 é a proposta da Mesa. O MAGNÍFICO REITOR diz que não. A Conselheira CAROLINA
26 BONOMI DE MENEZES GUERRA diz que segue a linha da professora Andréia, sobre
27 preservar os princípios, e não somente eles, mas também o Artigo 1º. Acha que os outros
28 pontos são até passíveis de modificação, como, por exemplo, a questão do calendário, mas os
29 princípios do Artigo 1º são todas as diretrizes da política afirmativa. Acha que isso tem de
30 ficar nítido para que o encaminhamento não fique confuso, porque é isso que está diferente da
31 proposta da professora Walkiria. O MAGNÍFICO REITOR diz que há uma proposta
32 alternativa que modifica substancialmente a proposta original colocada. Se o Consu aceitar
33 discutir essa proposta, será ela a ser discutida. Se não, sobra a proposta original, como ela
34 está, e discutirão os destaques que já foram comentados. O Conselheiro JOÃO RAIMUNDO
35 MENDONÇA DE SOUZA solicita confirmação se está entendendo corretamente o
36 encaminhamento: se a proposta alternativa for rejeitada, a proposta original estará mantida e
37 discutirão os outros destaques. O MAGNÍFICO REITOR responde que discutirão os
38 destaques levantados, mas é a partir da discussão. Não havendo outras observações, fará,
39 conforme solicitado, a votação nominal da proposta da professora Walkiria, cujo resultado se
40 deu da seguinte forma: Adilton Dorival Leite, não; Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira,

1 não; Alvaro de Oliveira D'Antona, não; André Tosi Furtado, não; Andréia Galvão, não;
2 Ângela Fátima Soligo, não; Antonio Carlos Bannwart, não; Antonio José de Almeida
3 Meirelles, não; Bruno Liporaci Silva, não; Carolina Bonomi de Menezes Guerra, não; Claudia
4 Maria Bauzer Medeiros, sim; Carmino Antonio de Souza, não; Diego Machado de Assis, não;
5 Dirce Djanira Pacheco e Zan, não; Edson Tomaz, não; Eduardo Gurgel do Amaral, não;
6 Eduardo Vicente Bilbao, não; Eliana Martorano Amaral, não; Gilmar Barreto, não; Fábio
7 Bonetto Rosa, não; Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, não; Flávio Ribeiro de
8 Oliveira, não; Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, não; Francisco Hideo Aoki, não;
9 Grácia Maria Navarro, não; Guilherme Araújo Wood, não; Guilherme Elias Pessanha
10 Henriques, não; Bruno Ribeiro Ferreira, não; Iuriatan Felipe Muniz, não; Ivan Felizardo
11 Contrera Toro, não; João Batista de Miranda, não; João Ernesto de Carvalho, não; João
12 Marcos Travassos Romano, não; João Raimundo Mendonça de Souza, não; Joaquim Antonio
13 Graciano, não; Jorge Sidney Coli Junior, não; José Claudio Geromel, não; Lauro Tatsuo
14 Kubota, sim; Léo Pini Magalhães, não; Renato Falcão, não; Luiz Carlos Kretly, sim; Luiz
15 Carlos Zeferino, sim; Marco Antonio Garcia de Carvalho, sim; Maria Helena Ribeiro de
16 Checchi Scarcello, não; Maria Isabel Pedreira de Freitas, não; Maria Silvia Viccari Gatti, não;
17 Marina Sangoi de Oliveira Ilha, não; Marisa Masumi Beppu, sim; Miguel de Arruda, não;
18 Munir Salomão Skaf, não; Newton Cesario Frateschi, não; Paulo Eduardo Neves Ferreira
19 Velho, não; Paulo Sérgio Fracalanza, não; Augusto César da Silveira, não; Roberto Luiz do
20 Carmo, não; Rodolfo Jardim de Azevedo, sim; Ronaldo Aloise Pilli, sim; Ronaldo Ferreira
21 dos Santos, não; Rosana Aparecida Baeninger, não; Rosana Teresa Onocko Campos, não;
22 Sedi Hirano, não; Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, não; Victoria Ferraro Lima Silva, não;
23 Walkiria Hanada Viotto, sim; Zigomar Menezes de Souza, não; Cláudio José Servato, não. A
24 Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS diz que o resultado foram 54 votos
25 contrários e 09 favoráveis. O MAGNÍFICO REITOR diz que, então, terá continuidade a
26 discussão da proposta original. Entende que agora irão para a segunda etapa, mais complexa.
27 Há algumas manifestações específicas no que se refere à redação ou à inclusão de alguns
28 termos no Artigos 1º, 2º e 4º. Antes há uma correção automática que tem de ser feita no final
29 do Artigo 1º, que é excluir “definida por legislação estadual”. Há uma solicitação específica
30 do professor Geromel e do professor Zeferino para que seja também incluída a questão da
31 renda, e depois, então, encaminhará como poderiam colocar. O Artigo 2º, com relação à
32 composição do GT, e o Artigo 4º, com relação ao cronograma. O Conselheiro JORGE
33 SIDNEY COLI JUNIOR diz estar convencido de que o documento que foi proposto pela
34 Reitoria e pelo Grupo de Trabalho é o que corresponde àquilo que imagina ser o melhor, e
35 acredita que há outros colegas que pensam como ele. Então, sugere que votem em primeiro
36 lugar se aceitam o documento tal como ele está ou se querem modificações. Dessa maneira, se
37 o documento original for aceito, economizam tempo. O MAGNÍFICO REITOR concorda,
38 mas diz que incluirá naturalmente a errata, que já foi distribuída, e essa correção que também
39 precisa ser colocada. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS, com todo
40 respeito à sugestão para economia de tempo, diz que não considera razão para votar

1 integralmente o que foi proposto, depois de uma série de discussões e de propostas com
2 pequenas modificações. Portanto, discorda do encaminhamento de votar o texto exatamente
3 como está, porque não é um encaminhamento adequado. O Conselheiro FLÁVIO RIBEIRO
4 DE OLIVEIRA diz que não é apenas uma questão de economia de tempo, parece ser a
5 vontade da ampla maioria, que imagina que entende que a proposta da Reitoria como está,
6 sem nenhuma alteração, é a melhor, e deseja que seja submetida ao voto. Não é uma questão
7 pequena. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES diz que entende que um cronograma como
8 o proposto pela professora Claudia vai em favor de se ter uma proposta melhor, pela
9 ampliação do tempo. Não ganham nada em ter um cronograma tão apertado. Outra questão é a
10 que levantou. Em 2004, quando trataram do Paais, se furtaram a apontar a questão da origem
11 do problema, que são as péssimas condições do ensino fundamental e médio. Continuam
12 ignorando esse problema, parece não ser importante. O que parece importante é encontrar
13 remendos para resolver o problema da inclusão que, na verdade, não estão resolvendo. Não
14 está propondo isso para simplesmente, como alguém comentou, dar tantas tarefas para o
15 grupo de trabalho. Não é esse o objetivo. Se for o caso, coloca essa proposta para ser tratada
16 pelo próximo Consu, por um outro grupo de trabalho. Só acha que as universidades paulistas
17 precisam olhar essa questão, é uma obrigação. Não adianta achar que com essa ação
18 resolverão o problema. Irão incluir uma pequena porção de pessoas, mas não melhorar a
19 questão da inclusão no Estado de São Paulo realmente. Uma questão é simplesmente de
20 método, com relação ao Artigo 4º, que encaminha fortemente para que os colegas acolham,
21 ela melhora substancialmente a proposta original; e coloca essa outra questão, que pode ser
22 tratada, inclusive, por outro GT. O Conselheiro PAULO SÉRGIO FRACALANZA apoia
23 fortemente a ideia de votar imediatamente a proposta, na sua integralidade e, com todo
24 respeito à opinião da conselheira Claudia, não é por causa de economia de tempo, mas
25 entende que existe uma ideia que parece bastante consensual entre os conselheiros, de que o
26 documento foi amplamente discutido com a Reitoria. Os diretores tiveram oportunidade de
27 fazer isso com o Reitor, com os membros discentes, docentes, da bancada de funcionários e
28 dentro das congregações. Há um espírito da parte de alguns conselheiros, não sabe quantos,
29 que gostariam de ver o documento aprovado na sua integralidade. Imagina que uma parte
30 substantiva, mas teriam de fazer a votação para perceber se desses 54 votos que rejeitaram a
31 proposta substitutiva gostariam de conservar o documento tal como ele se apresenta. Acha
32 que essa proposta tem precedência. Claro que todos aqueles que de alguma forma se
33 mostrarem desconfortáveis com a votação em bloco da proposta integral porque preferirem ou
34 imaginarem algumas questões que podem ser aprimoradas, deixarão de votar, rejeitarão o
35 documento na sua íntegra. O Conselheiro GUILHERME ARAÚJO WOOD discorda
36 fortemente de quem não está aceitando o destaque. Quer votar a favor das cotas, quer votar o
37 cronograma proposto pela professora Claudia, quer poder dizer sim para as duas coisas. Não
38 quer votar não para uma coisa e sim para outra, quer destaque porque deseja votar diferente. É
39 simplesmente uma questão de ordem. Normalmente tratam de assuntos com propostas
40 diferentes como destaques. O MAGNÍFICO REITOR encaminha para que votem todo o

1 documento, menos os artigos 1º, 2º e 4º, que são os que possuem destaques. A Conselheira
2 CAROLINA BONOMI DE MENEZES GUERRA solicita que a votação seja nominal. O
3 MAGNÍFICO REITOR diz que será nominal. A professora Teresa o ajuda fazendo a
4 marcação. O resultado se deu da seguinte forma: Adilton Dorival Leite, sim; Alexandre Leite
5 Rodrigues de Oliveira, sim; Alvaro de Oliveira D'Antona, sim; André Tosi Furtato, sim;
6 Andréia Galvão, sim; Ângela Fátima Soligo, sim; Antonio Carlos Bannwart, sim; Antonio
7 José de Almeida Meirelles, sim; Bruno Liporaci Silva, sim; Carolina Bonomi de Menezes
8 Guerra, sim; Claudia Maria Bauzer Medeiros, abstenção; Carmino Antonio de Souza, sim;
9 Cláudio José Servato, sim; Diego Machado de Assis, sim; Dirce Djanira Pacheco e Zan, sim;
10 Edson Tomaz, sim; Eduardo Gurgel do Amaral, sim; Eduardo Vicente Bilbao, sim; Eliana
11 Martorano Amaral, sim; Gilmar Barreto, sim; Fábio Bonetto Rosa, sim; Fernando Augusto de
12 Almeida Hashimoto, sim; Flávio Ribeiro de Oliveira, sim; Francisco de Assis Magalhães
13 Gomes Neto, sim; Francisco Hideo Aoki, sim; Grácia Maria Navarro, sim; Guilherme Araújo
14 Wood, sim; Guilherme Elias Pessanha Henriques, sim; Bruno Ribeiro Ferreira, sim; Iuriatan
15 Felipe Muniz, sim; Ivan Felizardo Contrera Toro, sim; João Batista de Miranda, sim; João
16 Ernesto de Carvalho, sim; João Marcos Travassos Romano, sim; João Raimundo Mendonça
17 de Souza, sim; Joaquim Antonio Graciano, sim; Jorge Sidney Coli Junior, sim; José Claudio
18 Geromel, sim; Lauro Tatsuo Kubota, abstenção; Léo Pini Magalhães, sim; Luiz Carlos Kretly,
19 abstenção; Renato Falcão Dantas, sim; Luiz Carlos Zeferino, sim; Marco Antonio Garcia de
20 Carvalho, sim; Maria Helena Ribeiro de Checchi Scarcello, sim; Maria Isabel Pedreira de
21 Freitas, sim; Maria Silvia Viccari Gatti, sim; Marina Sangoi de Oliveira Ilha, sim; Marisa
22 Masumi Beppu, sim; Miguel de Arruda, sim; Munir Salomão Skaf, sim; Newton Cesario
23 Frateschi, sim; Paulo Eduardo Neves Ferreira Velho, sim; Paulo Sérgio Fracalanza, sim;
24 Augusto César da Silveira, sim; Plínio Trabasso, sim; Roberto Luiz do Carmo, sim; Rodolfo
25 Jardim de Azevedo, não; Ronaldo Aloise Pilli, abstenção; Ronaldo Ferreira dos Santos, sim;
26 Rosana Aparecida Baeninger, sim; Rosana Teresa Onocko Campos, sim; Sedi Hirano, sim;
27 Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, sim; Teresa Dib Zambon Atvars, sim; Victoria Ferraro
28 Lima Silva, sim; Walkiria Hanada Viotto, abstenção; e Zigomar Menezes de Souza, sim. A
29 Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARS profere o resultado da votação: 58 votos
30 favoráveis, 01 contrário e 05 abstenções. O MAGNÍFICO REITOR diz que, com relação ao
31 Artigo 1º, estava pensando que é complicado colocar a questão da renda em um texto. Sugere,
32 para acomodar esse ponto, o seguinte texto: "(...) conforme parâmetro do IBGE no Estado de
33 São Paulo, por curso e turno e preservando a meta de 50% dos estudantes de escola pública,
34 buscando incluir estudantes de baixa renda." Essa é a sugestão clara, explícita para o GT
35 trabalhar. Mas deixa para o professor que fez a proposta verificar se seria compatível com sua
36 proposição. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que é compatível. E gostaria de
37 manifestar exatamente a preocupação da inclusão social através da questão de renda, como
38 falou várias vezes aqui e, portanto, acha que, ao mencionar isso, sinaliza a necessidade que
39 esse critério seja estudado pelo grupo de trabalho. Concorda com a proposta feita. O
40 Conselheiro LUIZ CARLOS ZEFERINO diz que, como mencionou, a questão da renda não

1 deveria passar totalmente omissa. Considera que a forma como o senhor Reitor propôs atende
2 esse ponto. O MAGNÍFICO REITOR passa à leitura de como ficaria o Artigo 1º: “O Reitor
3 da Unicamp designará o grupo de trabalho denominado *GT-Ingresso-Unicamp 2019* para
4 elaborar proposta de implementação progressiva das cotas étnico-raciais e do vestibular
5 indígena, complementada por critérios adicionais, buscando a meta de autodeclarados pretos,
6 pardos e indígenas conforme parâmetro do IBGE, no Estado de São Paulo, por curso e turno e
7 preservando a meta de 50% dos estudantes de escola pública, buscando incluir estudantes de
8 baixa renda.” O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que fez
9 uma proposta também, queria manter, de onde está “conforme parâmetro do IBGE no Estado
10 de São Paulo”, substituir por “conforme parâmetro verificado pelo último censo do IBGE no
11 Estado de São Paulo”, que é o texto constante da Lei de Cotas de 2012. A Conselheira
12 CAROLINA BONOMI DE MENEZES GUERRA, além da lei federal, pergunta por que usar
13 o censo sendo que estão utilizando o Pnad, que é mais atualizado. Precisam lidar com os
14 dados atualizados, e a lei federal é anterior aos dados com os quais estão trabalhando agora.
15 Inclusive, as resoluções de políticas afirmativas que sempre sofrem alteração acompanham os
16 dados estatísticos mais recentes. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
17 CARVALHO diz que pode tentar explicar. Não é estatístico, mas o censo vai a todas as
18 residências e o Pnad é uma amostra dos domicílios. Então, é um dado mais real. O
19 Conselheiro JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que sobre a proposta do
20 professor Geromel não tem nenhum reparo em que a discussão do GT leve em consideração
21 as questões relacionadas à renda, mas é preciso ficar claro que a política de cotas não está
22 subordinada a isso. Então, considerar isso tudo bem, mas não é o que determina a política de
23 cotas. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO fará um apelo
24 ao professor Marco Antonio, não sabe se ele o atenderá, mas fará mesmo assim. No texto do
25 Artigo 1º consta “(...) conforme parâmetro do IBGE (...)”. Esse parâmetro não está
26 especificado. Pergunta se não poderiam adiar essa discussão para o documento final do GT.
27 Ou seja, estão antecipando o documento do GT, o texto não explica se é Pnad ou se é o censo.
28 Acha que isso é o que o GT vai propor. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL
29 comentará a última fala do conselheiro João Raimundo para dizer que concordou com a
30 proposta feita pela Mesa no sentido de que acha que o grupo de trabalho deve ter liberdade
31 para, em termos de suas perspectivas e do estudo a ser feito, levar em conta renda da forma
32 que ele achar que deve propor, não com a limitação colocada na fala anterior. Entende que a
33 Mesa deveria esclarecer qual é exatamente sua posição em relação a essa proposta. O
34 MAGNÍFICO REITOR responde que é exatamente essa, deixar, como o professor Francisco
35 Magalhães mencionou, que esses assuntos sejam claramente colocados e debatidos, e que
36 sejam levados em consideração no momento da discussão da proposta efetiva, sem detrimento
37 da questão das cotas especificamente. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE
38 CARVALHO diz que acata a solicitação do professor Francisco. O Conselheiro BRUNO
39 RIBEIRO FERREIRA solicita votação nominal. O MAGNÍFICO REITOR passa à votação
40 nominal referente ao Artigo 1º, com o texto que propôs. O resultado se deu da seguinte forma:

1 Adilton Dorival Leite, sim; Alexandre Leite Rodrigues de Oliveira, sim; Alvaro De Oliveira
2 D'Antona, sim; André Tosi Furtado, sim; Andréia Galvão, sim; Ângela Fátima Soligo, sim;
3 Antonio Carlos Bannwart, sim; Antonio José de Almeida Meirelles, sim; Bruno Liporaci
4 Silva, sim; Carolina Bonomi de Menezes Guerra, sim; Claudia Maria Bauzer Medeiros, sim;
5 Carmino Antonio de Souza, sim; Cláudio José Servato, sim; Diego Machado de Assis, sim;
6 Dirce Djanira Pacheco e Zan, sim; Edson Tomaz, sim; Eduardo Gurgel do Amaral, sim;
7 Eduardo Vicente Bilbao, sim; Eliana Martorano Amaral, sim; Gilmar Barreto, sim; Fábio
8 Bonetto Rosa, sim; Fernando Augusto de Almeida Hashimoto, sim; Flávio Ribeiro de
9 Oliveira, sim; Francisco de Assis Magalhães Gomes Neto, sim; Francisco Hideo Aoki, sim;
10 Grácia Maria Navarro, sim; Guilherme Araújo Wood, sim; Guilherme Elias Pessanha
11 Henriques, sim; Bruno Ribeiro Ferreira, sim; Iuriatan Felipe Muniz, sim; Ivan Felizardo
12 Contrera Toro, sim; João Batista de Miranda, sim; João Ernesto de Carvalho, sim; João
13 Marcos Travassos Romano, sim; João Raimundo Mendonça de Souza, sim; Joaquim Antonio
14 Graciano, sim; Jorge Sidney Coli Junior, sim; José Claudio Geromel, sim; Lauro Tatsuo
15 Kubota, sim; Léo Pini Magalhães, sim; Renato Falcão, sim; Luiz Carlos Kretly, sim; Luiz
16 Carlos Zeferino, sim; Marco Antonio Garcia de Carvalho, sim; Maria Helena Ribeiro de
17 Checchi Scarcello, sim; Maria Isabel Pedreira de Freitas, sim; Maria Silvia Viccari Gatti, sim;
18 Marina Sangoi de Oliveira Ilha, sim; Marisa Masumi Beppu, sim; Miguel de Arruda, sim;
19 Munir Salomão Skaf, sim; Newton Cesario Frateschi, sim; Paulo Eduardo Neves Ferreira
20 Velho, sim; Paulo Sérgio Fracalanza, sim; Augusto César da Silveira, sim; Plinio Trabasso,
21 sim; Roberto Luiz do Carmo, sim; Rodolfo Jardim de Azevedo, sim; Ronaldo Aloise Pilli,
22 sim; Ronaldo Ferreira dos Santos, sim; Rosana Aparecida Baeninger, sim; Rosana Teresa
23 Onocko Campos, sim; Sedi Hirano, sim; Sérgio Luiz Monteiro Salles Filho, sim; Victoria
24 Ferraro Lima Silva, sim; Walkiria Hanada Viotto, sim; e Zigomar Menezes de Souza, sim. O
25 MAGNÍFICO REITOR diz que o Artigo 1º com as alterações propostas foi aprovado por
26 unanimidade. Passa ao Artigo 2º. O professor Léo Pini propôs a inclusão da diretora da
27 Faculdade de Educação, do diretor do Instituto de Economia, e diretores do Cotuca e do Cotil.
28 Pergunta se há mais alguma proposta. A Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO diz que
29 há uma solicitação do Conselho Municipal da Comunidade Negra que foi encaminhada à
30 Reitoria, para que ele possa ter um membro fazendo parte do GT. O Conselheiro EDSON
31 TOMAZ diz que a congregação da Faculdade de Engenharia Química propõe o acréscimo no
32 final desse artigo, de garantia da presença de pelo menos dois discentes no grupo. O
33 Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que em sua manifestação inicial colocou,
34 contemplando a proposta do professor Tomaz, três discentes, adicionando dois, já que hoje
35 está proposto apenas um. O Conselheiro CLÁUDIO JOSÉ SERVATO pergunta se Limeira e
36 Piracicaba estão contempladas no GT. O MAGNÍFICO REITOR responde que nesse ponto
37 não se trata de regionalidade, é uma questão de representação na Universidade. O Conselheiro
38 DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que uma questão entraria nesse item, mas também fez o
39 destaque no Inciso I do Artigo 4º, porque se trata da indicação de nomes. É preciso deixar
40 claro que as indicações dos servidores, dos discentes e do Núcleo de Consciência Negra e da

1 Frente Pró-Cotas, tenham indicação em fóruns próprios, que não seja da Reitoria. O
2 Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz que até agora tem votado favoravelmente a todas
3 as questões colocadas no documento. Apenas lembra que a constituição do GT é
4 extremamente importante para que o programa seja implantado. A proposta discutida entre a
5 Administração, entre o professor Marcelo, a professora Teresa, a pró-reitora de graduação,
6 membros representantes do GT, representantes dos movimentos pró-cotas etc., foi de
7 constituir um GT enxuto, conforme consta do documento. Propõe que não incluam mais
8 membros, deixe como está, como foi acordado na proposta conjunta. Certamente haverá três
9 membros do Consu, que podem ser, por exemplo, a diretora da Faculdade de Educação, se o
10 senhor Reitor assim achar que deve. Até agora têm parabenizado o professor Marcelo por
11 todas essas conquistas que estão sendo feitas, e acha que deveriam dar esse voto de confiança
12 a ele. O Conselheiro FRANCISCO DE ASSIS MAGALHÃES GOMES NETO, secundando o
13 professor Munir, propõe, neste caso em particular, que votem a proposta tal como está, e caso
14 ela seja recusada, fazem os adendos. Não vê outra maneira de fazer isso senão votar a
15 proposta no espírito do que o professor Munir colocou. O Conselheiro LÉO PINI
16 MAGALHÃES diz que sua proposta da inclusão estava no contexto de agregar aquelas
17 atividades que havia colocado. Então, retiradas essas atividades, retira a proposta. O
18 Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS diz que sua proposta não tem relação com a
19 composição do GT, mas com a forma de indicação de alguns membros. O MAGNÍFICO
20 REITOR diz que acabaram de aprovar o Artigo 1º. “O reitor da Unicamp designará (...)”. Seu
21 compromisso é trabalhar no sentido do avanço da discussão. Possui o compromisso da
22 discussão, do diálogo, da conversa constante, podem ficar tranquilos que isso acontecerá. O
23 Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS diz achar que não haveria problema de os
24 membros que são servidores, discentes e do Núcleo e da Frente, que têm funcionamento
25 próprio, deliberar em seus fóruns a indicação desses membros. O MAGNÍFICO REITOR diz
26 que seu compromisso é buscar um grupo de trabalho técnico, que faça o avanço necessário
27 que a Universidade necessita, no sentido de aprovar uma política de acesso, uma política de
28 ingresso democrática. Fará as indicações. O Conselheiro DIEGO MACHADO DE ASSIS
29 gostaria de colocar em votação esse item. Votaram que o Reitor vai construir o GT, não as
30 indicações dos membros do GT, inclusive não é à toa que estão descritas no Inciso I do Artigo
31 4º, então, está propondo a alteração justamente nessa redação que ainda não foi votada. O
32 MAGNÍFICO REITOR diz que farão conforme proposto: votar a redação conforme o texto,
33 se ela for aprovada ficará como está, se for rejeitada discutem essa questão. O Conselheiro
34 JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA diz que entendeu a consideração do senhor
35 Reitor, mas, no caso das bancadas de estudantes e técnico-administrativos, mesmo as
36 bancadas eleitas dos professores, talvez fosse razoável que elas fizessem a indicação dos
37 nomes para apreciação da Reitoria. O MAGNÍFICO REITOR diz que a questão fundamental,
38 e claro que esse assunto se mistura com uma discussão política, com uma discussão
39 importante dos movimentos, mas, neste caso específico, precisam ter aqui um Grupo de
40 Trabalho técnico, que faça estudos detalhados, faça um debate no sentido de estudos

1 aprofundados, não que fuja da questão política, que esteja conectado com esse ponto, mas
2 longe da discussão de bandeiras políticas específicas. Precisam fazer algo muito bem
3 colocado, e que a Universidade possa realmente abraçar, discutir, aprimorar, em um sentido
4 muito claro, muito técnico, essa questão. Nesse sentido, considera que a maneira como foi
5 acordado e discutido, seu compromisso não é da boca para fora, é aqui frente ao Conselho
6 Universitário, órgão maior da Universidade. Esse foi o voto de confiança que o professor
7 Munir acabou de solicitar. Em seguida, submete à votação a proposta do Artigo 2º conforme
8 está colocado, que é aprovado com 55 votos favoráveis, 03 contrários e 04 abstenções. Então,
9 foi mantido o GT do jeito que está proposto. Passa ao Artigo 4º. Há um cronograma
10 alternativo proposto pela professora Claudia: em 31.08 seria a reunião da Comvest, nas
11 unidades seria de 1º.09 a 30.10, 09.11 na Comvest, 07.12 na CCG e em fevereiro de 2018 no
12 Consu. O professor Munir também tem uma sugestão. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO
13 SKAF diz achar a proposta da professora Claudia muito boa no sentido de proporcionar mais
14 tempo, não só para o GT trabalhar, mas também para que as discussões prossigam nas
15 unidades. Então, gosta bastante dessa proposta, até mais do que a proposta que está no
16 documento original. Gostaria de fazer uma pequena alteração na proposta da professora
17 Claudia, que seria que votassem essa matéria no Consu não em fevereiro, mas em um Consu
18 Extraordinário ainda em dezembro, posto que a reunião da Comissão Central de Graduação –
19 CCG, seria em 07.12. Então, que votassem no dia 15, no dia 18, mas que pelo menos seja
20 ainda este ano e não em fevereiro ou março. O Conselheiro LÉO PINI MAGALHÃES lembra
21 que tem a Sessão Extraordinária do Orçamento. O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF
22 sugere o dia 19 de dezembro, que é a terça-feira seguinte ao dia 12 de dezembro, data do
23 Consu Extraordinário. O MAGNÍFICO REITOR diz que a ideia do professor Munir é que
24 haja um adicional ao colocado pelo cronograma da professora Claudia, pensando em ainda
25 terminar este ano com a discussão e a votação. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ
26 diz que manifestou essa preocupação em sua fala justamente porque o semestre vai estar se
27 encerrando, e colocar para depois acha que é o pior dos cenários. Aceita e vê com bons olhos
28 a ideia de ter um Consu Extraordinário, com pauta única, mas acha que precisa ser antes. Em
29 sua opinião, no início de novembro seria mais pertinente, porque haveria a participação dos
30 estudantes, e é o momento em que deliberarão com clareza e concretude o programa de cotas.
31 É importante que haja a presença de quem construiu esse debate. Se for necessário, faz a
32 proposta de data. O MAGNÍFICO REITOR diz que há o problema de encaminhar as
33 discussões, não dará tempo. A preocupação do conselheiro é pertinente com relação ao fim do
34 semestre, e a única colocação que faz é simplesmente essa, que a movimentação e a discussão
35 ocorrerão durante o ano todo e, naturalmente, a desmobilização no fim do ano, início de
36 janeiro, carnaval etc., acaba prejudicando as discussões. Então, a proposta do professor Munir
37 tem essa vantagem de resolver essa questão e essa discussão ainda este ano, mas também
38 entende a dificuldade do fim do ano. Não possui uma solução concreta. Acha que terão de
39 votar. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz entender que a proposta
40 do professor Munir deseja sinalizar positivamente um resultado ao final do ano, e é um

1 argumento forte. Porém, há o argumento forte também da desmobilização. Se for para fazer
2 um Conselho Universitário Extraordinário, poderia ser também em março, se for o caso.
3 Pessoalmente, não a agrada muito 19 de dezembro, exatamente pelo fim, há uma
4 desmobilização associada a provas, mas talvez seja o único ponto que tivessem de divergir.
5 Há, então, três tipos de cronogramas: o que está sendo proposto pela Mesa, o que ela propõe
6 com a opção de um Consu Extraordinário em março, e o cronograma que propõe com Consu
7 Extraordinário no dia 09 de dezembro. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que
8 gostaria de maior um esclarecimento, porque foi informado de que não é possível esse
9 adiantamento do Consu, e não entendeu o motivo. Em sua opinião, um Consu no dia 07 de
10 novembro é totalmente viável na proposta colocada. O MAGNÍFICO REITOR diz que a
11 discussão na CCG seria em 26.10. O Conselheiro IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que entre
12 26.10 e 07.11 há um tempo. O MAGNÍFICO REITOR diz que no dia 07 de novembro tem
13 Cepe e CAD, e o limite do Consu para entrar na pauta é dia 10 de novembro. O Conselheiro
14 IURIATAN FELIPE MUNIZ diz que seria o limite do Consu Ordinário. Farão um Consu
15 Extraordinário com uma só pauta, que vai estar especificada. Inclusive, se for esse o
16 problema, propõe dia 14, antes do feriado do dia 15. Poderia, também, adiar Cepe e CAD. O
17 Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO diz achar que levar para fevereiro ou março
18 complica um pouco, tendo em vista o aspecto operacional da Comvest, porque seria bom já
19 virar o ano com o desenho de como será, para que tenham tempo de trabalhar, porque,
20 inclusive, tem ajustes técnicos. Há um período de câmara, de elaboração de edital, e não
21 podem esquecer que em janeiro e fevereiro, infelizmente, não poderão frequentar as unidades
22 para debater e esclarecer porque estarão na correção do vestibular. Então, minimamente,
23 considerando que a Comvest vai ser bastante demandada nesse período, supõe que talvez a
24 proposta de votar no final de dezembro é boa. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE
25 CARVALHO propõe, caso não seja possível fazer em novembro, que deixem o Consu do
26 Orçamento para o dia 19 e façam no dia 12. A Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO
27 propõe que mantenham o calendário que está estabelecido na deliberação. Estarão este
28 semestre todo mobilizados com a discussão. Dia 28.11 se apresenta como prazo final, é
29 absolutamente adequado, considerando que quando vai terminando o ano, muitos alunos já
30 estarão saindo de férias, e janeiro e fevereiro também são meses de férias; não irão se
31 mobilizar durante as férias. Gostaria que essa aprovação fosse feita na semana do 20 de
32 novembro, Semana da Consciência Negra. O MAGNÍFICO REITOR diz ter outra ideia, para
33 complicar. Às vezes, não param para pensar fora da caixa, já que poderia ser em dezembro,
34 não precisaria ser em uma terça-feira. Então, podia ser no dia 14 de dezembro, quinta-feira. O
35 Conselheiro BRUNO RIBEIRO FERREIRA diz que já que pode mudar o dia, assim como
36 pode mudar o mês, reivindicam que seja em novembro. E o grande motivo é que a
37 Universidade vai estar em período de aulas. Muitas pessoas, em dezembro, por exemplo,
38 viajam. Não é por que criaram um GT técnico para implementação que não haverá
39 participação da comunidade acadêmica, que estará observando, acompanhando, ou seja,
40 desejam justamente que ela acompanhe. O MAGNÍFICO REITOR diz que na proposta

1 colocada pela professora Claudia, a discussão na CCG seria em 07.12. Poderiam tentar
2 adiantar. A ideia dela é expandir um pouco a discussão nas unidades, o que considera
3 interessante. A Conselheira CLAUDIA MARIA BAUZER MEDEIROS diz que a ideia não é
4 só expandir nas unidades, mas dar mais tempo para o grupo de trabalho e para a comissão da
5 Comvest, porque, então, em vez de um dia para o outro, há um intervalo de uma semana para
6 a Comvest acolher as propostas das unidades. O MAGNÍFICO REITOR diz que poderiam
7 tentar ir de trás para frente. Fazer um Consu Extraordinário no dia 21 de novembro, Comvest
8 no dia 09 de novembro e CCG no dia 14 de novembro. A Conselheira DIRCE DJANIRA
9 PACHECO E ZAN diz que já estão discutindo uma proposta sendo que houve o
10 encaminhamento. O MAGNÍFICO REITOR diz que isso se dá para aprimorar a proposta. A
11 Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN pergunta se não é melhor votar para ver
12 qual irá prevalecer. Se vencer o calendário como está, não precisam ficar nessa discussão. O
13 MAGNÍFICO REITOR diz que isso é só uma discussão, que acha que mais ou menos pode
14 ser consenso. A ideia que vê aqui é que finalizem neste ano. O Conselheiro BRUNO
15 RIBEIRO FERREIRA diz que achou interessante a proposta de trás para frente, porque essa é
16 a data da polêmica. Consideram ideal o dia 21 de novembro para um Consu Extraordinário,
17 inclusive ressaltando o que a professora Ângela Soligo colocou sobre ser um dia depois do
18 Dia da Consciência Negra. O MAGNÍFICO REITOR diz que está tentando conciliar, porque
19 as ideias são boas. Trata-se de, simplesmente, oferecer, dentro do calendário, mais tempo para
20 discussão. É no sentido positivo. Repetindo: no dia 31.08 seria a reunião da Comvest, a
21 primeira; do dia 1º.09 a 30.10, dois meses de discussão nas unidades. Então, haveria 10 dias,
22 praticamente, para o GT aprimorar a discussão, passar na Comvest no dia 09.11, encaminhar
23 para a CCG Extraordinária ocorrer no dia 14.11, e o Consu Extraordinário no dia 21.11.
24 Submete a proposta à votação, que é aprovada por unanimidade. Então, este calendário está
25 aprovado. Estão com o segundo item da pauta concluído. Diz achar que para estreia no Consu
26 foi a prova de fogo. Passa ao item 3 – Proc. nº 01 P-10966/2004 –, que trata de proposta
27 apresentada pelo conselheiro José Claudio Geromel, de alteração da Deliberação Consu-A-
28 12/04 que estabelece o Programa de Ação Afirmativa para Inclusão Social na Unicamp. A
29 Conselheira ÂNGELA FÁTIMA SOLIGO diz que na proposta que acabou de ser aprovada,
30 aprovaram a inclusão da questão socioeconômica, pergunta se a proposta do professor
31 Geromel não poderia ser encaminhada ao GT para que ele estudasse, porque teme que fiquem
32 aprovando pedaços de algo maior. Concorda com o professor que o critério socioeconômico é
33 importante. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que, em princípio, concorda.
34 Gostaria que esse tema fosse discutido com profundidade dentro dessa decisão mais ampla
35 que será tomada na Universidade. A única coisa a salientar nesse aspecto é que a proposta de
36 validade daquilo que for aprovado no Grupo de Trabalho Cotas será válida para 2019. O
37 MAGNÍFICO REITOR diz que é isso mesmo. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL
38 diz que o ponto é o que ocorrerá em 2018. Entende que a proposta que fez, se aprovada agora,
39 passaria a ter validade inclusive para 2018. O MAGNÍFICO REITOR diz que há um pequeno
40 problema técnico. O edital do vestibular tem de ser aprovado amanhã. Então, qualquer

1 proposta para 2018 que precisaria de diversos critérios técnicos etc., operacionalmente não é
2 possível, então, qualquer discussão nesse sentido será, de qualquer maneira, para 2019. O
3 Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL diz que, então, concorda com o encaminhamento e
4 ressalta a absoluta necessidade de o Grupo de Trabalho ter uma visão muito acurada para as
5 pessoas que, de fato, precisam, que são os pobres. Essa deve ser a preocupação. Portanto,
6 adota o procedimento que a professora Ângela sugeriu. O MAGNÍFICO REITOR diz que,
7 então, esse item estará contemplado na discussão do Grupo de Trabalho que acabaram de
8 aprovar no item anterior. O Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL entende que seria
9 melhor votar essa decisão de encaminhamento. O MAGNÍFICO REITOR submete à votação
10 a decisão de encaminhamento, que o Grupo de Trabalho contemple essas questões levantadas
11 pelo professor Geromel nessa proposta, sendo aprovada por unanimidade. Passa ao item 4 –
12 Proc. nº 01-P-7487/1988 –, que trata de proposta de Deliberação Consu que altera os §§ 7º e
13 8º do artigo 65 do Regimento Geral dos Cursos de Graduação. Destaque do conselheiro
14 Marco Antonio. O Conselheiro MARCO ANTONIO GARCIA DE CARVALHO diz que era
15 um pedido de esclarecimento quanto à nova redação do Artigo 65 do Regimento. Já adiantou,
16 na hora do almoço, conversando com o professor José Alves, coordenador da Comvest. No §
17 7º consta que o aluno que obtiver 75% de acerto na prova de inglês terá Inglês Instrumental I
18 e, no 8º, mais do que 75%, Inglês I e II. A questão era se a prova de Inglês do vestibular
19 permitiria que o aluno obtivesse exatamente 75% de acerto. Por exemplo, se fossem 10
20 questões, ele teria de acertar 7,5, como são questões objetivas, não seria possível obter.
21 Lembrando a época da CCG, isso vem já de longo tempo, esse percentual era de 50% e era
22 uma faixa, o vestibular Unicamp também era outro. Então, outra questão é se esse tipo de
23 decisão realmente atende ao vestibular que se apresenta. Pela resposta do professor José Alves
24 eram seis ou oito questões de Inglês na prova do vestibular, é possível perceber que estão
25 medindo o conhecimento de Inglês Instrumental com base em quatro ou cinco questões.
26 Levanta esse questionamento. Acha que a CCG é a instância mais adequada para esse tipo de
27 discussão, antes de vir para cá novamente, mas são esses dois pontos que gostaria de colocar
28 para esclarecimento. O Professor JOSÉ ALVES DE FREITAS NETO esclarece que são oito
29 questões de Inglês, portanto, 75% são seis questões exatas na primeira fase, então acha que
30 está resolvido, se era essa a dúvida. A Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL diz
31 que era esse esclarecimento que ia dar. Lembra que, na verdade, essa modificação já estava
32 aprovada desde dezembro, ela está passando agora aqui para configurar a aprovação do
33 Consu, mas ela tinha sido considerada na CCG anteriormente. É exatamente isso que o
34 professor José Alves falou, ao mudar o perfil do vestibular, esse artigo do regulamento ficou
35 sem sentido, porque ele exigia pontuação de primeira e segunda fase para Inglês e não existe
36 mais Inglês de primeira e segunda fase, perdeu completamente a forma como estava escrito, e
37 não estava podendo ser aplicado, o que gerava uma demanda de estudantes para Inglês muito
38 além do esperado, porque não tinha mais a situação daqueles que se consideravam os créditos
39 válidos, a partir do desempenho na prova de vestibular. Essa foi a tentativa de uma nova
40 normatização que fosse compatível com o perfil de vestibular. E, de qualquer maneira, como

1 já adiantou para o professor Marco Antonio, toda a questão de línguas e mesmo a aceitação de
2 outros critérios para considerar Instrumental I e II já válidos serão rediscutidos com o CEL. A
3 Professora TERESA DIB ZAMBON ATVARS na presidência dos trabalhos, dado o
4 esclarecimento, submete o item 04 à votação, sendo aprovado por unanimidade. Passa ao item
5 5 – Proc. nº 12-P-2410/2017 –, que trata de proposta de Deliberação Consu alterando o
6 Regimento Escolar do Colégio Técnico de Campinas da Unicamp. O MAGNÍFICO REITOR
7 pergunta ao professor Alan Yamamoto se deseja fazer algum comentário. O Professor ALAN
8 CESAR IKUO YAMAMOTO responde que se não houver nenhum destaque, não. O
9 MAGNÍFICO REITOR esclarece que o destaque era automático, porque foi retirado de pauta
10 na última Sessão. Não havendo nenhum comentário, submete a matéria à votação, que é
11 aprovada com 01 abstenção. Em seguida, passa ao item 20 – Proc. nº 01-P-30139/2016 –, da
12 Agência de Inovação da Unicamp, que trata de Contrato de Fornecimento de *Know-how* e
13 outras avenças, tendo como Partes: Unicamp/Funcamp e Entourage Participações S.A. e como
14 Executores: Milton Mori e Maria Angela de Almeida Meireles, Data de Assinatura: a ser
15 celebrado, Vigência: 05 anos, Recursos: R\$1.925.000,00 + Royalties de 2%, Resumo do
16 Objeto: Fornecimento do *Know-how* e o desenvolvimento conjunto do Plano de Trabalho
17 denominado “Projeto”, com a cessão e transferência, a título oneroso e definitivo, pela
18 Unicamp à Entourage dos resultados obtidos mediante a execução do Projeto. Esclarece que
19 esse contrato foi retirado da Sessão anterior para esclarecimentos da Inova. O Conselheiro
20 JOÃO ERNESTO DE CARVALHO diz que na reunião anterior deu vários detalhes sobre
21 esse projeto. Foram procurados pela empresa no início de 2015. Houve vários problemas de
22 tramitação no CPQBA, mas o processo foi assinado pela Reitoria e a empresa, no final, não
23 assinou o contrato. Então, perderam bastante tempo, mais de um ano, foram até a Anvisa,
24 deram todo tipo de assessoria. Outra coisa que acontece muito e que solicita à PG é que não
25 peça, nesse tipo de processo, antes de ser assinado, comitê de ética. Perde-se um tempão para
26 passar pelo comitê de ética, às vezes dois ou três meses, e depois a empresa não assina. Isso
27 só atrasa o processo. É evidente que qualquer experimento com animal terá de passar pelo
28 comitê de ética, mas que isso seja feito depois que o projeto for aprovado. No final, a empresa
29 informou que iria fazer o estudo com outro laboratório. Há uma tabela no contrato, 5.1.1, que
30 deu um pouco de confusão, porque constavam as diversas fases do projeto e não quem iria
31 fazer. Chamou atenção porque a Unicamp tem condições de fazer tudo, e da melhor forma
32 possível – não precisa nem ser a Faculdade de Farmácia. Evidentemente, há uma fase clínica
33 desse estudo e existe uma Neurologia Infantil aqui fantástica que faria esse trabalho, no
34 entanto, a empresa não vai fazer. Então, ela consultou a Unicamp, tomou tempo e vai
35 contratar outro serviço. A Unicamp vai vender só um extrato, vai ser um insumo que a
36 empresa vai utilizar para fazer um teste, ou seja, será apenas fornecedora de um material.
37 Acha muito pouco. Nesse tipo de convênio precisam ser um pouco mais incisivos sobre a
38 capacidade da Unicamp. É um trabalho bonito, é um trabalho que vai desenvolver um
39 medicamento à base de maconha com menos princípio alucinógeno, para tratamento de
40 pacientes, de crianças, principalmente, com epilepsia refratária ao tratamento tradicional,

1 crianças que têm até 60 crises epiléticas por semana, e não vê lugar melhor do que a
2 Neurologia Infantil. Inclusive, essas crianças vão precisar ser acompanhadas por um período
3 longo e só uma unidade como a FCM poderia fazer, porque, evidentemente, esse tratamento
4 que é contínuo, vai produzir alterações no desenvolvimento do sistema nervoso central dessas
5 crianças e que a empresa que eles vão contratar não vai verificar. Mas esse é um contrato
6 realizado, está tudo certo, a Unicamp vai vender o *know-how*, vai ganhar bastante dinheiro,
7 mas ficou de fora do trabalho científico de desenvolvimento do produto. O Conselheiro
8 ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que esse contrato envolve pesquisa de um
9 grupo de pesquisas da FEA. Para a Faculdade a aprovação é algo bastante importante. Ela tem
10 tido êxito recente no desenvolvimento de tecnologias e no licenciamento das mesmas. Tem
11 hoje a tecnologia que está rendendo mais *royalties* na Universidade. Essa é uma possibilidade,
12 envolve uma parte importante na FEA, precisam pensar que essas negociações envolvem dois
13 lados. Como estão negociando aqui também, é preciso pensar na força que o outro lado tem e
14 nas possibilidades e alternativas que existem de encontrar outros lugares. Embora do ponto de
15 vista da tecnologia que vai ser aplicada aqui, no Brasil ela se iniciou em termos de pesquisa
16 na Faculdade de Engenharia de Alimentos da Unicamp, hoje há vários grupos pelo Brasil,
17 então se não for uma negociação que seja capaz de ser vista como vantajosa para ambos os
18 lados, a empresa também pode procurar alternativas. Além daquilo que está envolvido no
19 projeto na primeira etapa, tem 2% de faturamento sobre a venda de todo e qualquer produto
20 obtido, isso pode envolver uma quantidade de recursos razoável. Gostaria, realmente, que
21 fosse aprovado. É importante para a Unicamp, é importante para a Faculdade, ainda mais
22 nesse contexto, e é uma forma de colocar uma tecnologia desenvolvida no mercado e gerar
23 resultados. O doutor EDUARDO GURGEL DO AMARAL solicita a palavra ao professor
24 Milton, que tem mais detalhes sobre essa questão. O Professor MILTON MORI diz que nos
25 quatro anos como diretor da Inova, é a segunda vez que vem aqui. Todos os convênios,
26 contratos que passam pela Inova, e são inúmeros, passam sem restrições. Ficou um pouco
27 espantado com a retirada desse projeto, que é muito importante para a Unicamp, são R\$2
28 milhões, não é uma patente, isso é importante dizer, é um *know-how*. A empresa procurou a
29 Inova, que tem opções e esse processo é um processo de extração supercrítica, e a professora
30 Maria Angela é uma especialista nessa área. Fecharam o negócio. Como o professor João
31 Ernesto falou, há várias etapas. Os processos químicos são diferentes. Depois, a Inova fará um
32 esforço, o professor estava lá negociando um trabalho e a Agência irá ajudar. O papel da
33 Inova é fazer intermediação, e está tudo certo aqui. São R\$2 milhões. Um terço vai para os
34 professores, um terço para a unidade e um terço para a Inova. E hoje precisam desses
35 recursos. O Conselheiro JOÃO ERNESTO DE CARVALHO diz que entende perfeitamente,
36 mas diz que se a empresa fosse aplicar todo dinheiro para o desenvolvimento dessa pesquisa,
37 esse valor seria muito mais do que R\$2 milhões. Fica preocupado de a Unicamp só fornecer a
38 tecnologia e não desenvolver o produto. Já aconteceu isso antes, no CPQBA, envolvendo o
39 laboratório Aché: desenvolveram um medicamento que hoje é vendido no mundo todo e o
40 CPQBA ficou, por erro interno também, como prestador de serviço. Sabe que essa tecnologia

1 será utilizada para outras coisas também, então é preciso prever isso, porque não será só para
2 epilepsia. Esse extrato de maconha vai servir para fibromialgia, para êmese em quimioterapia
3 etc. Então é bom também se proteger para esses outros usos, porque, por enquanto, está
4 apenas na epilepsia. O Conselheiro FÁBIO BONETTO ROSA diz que leu o contrato e
5 acredita que não haja motivos para não aprová-lo. Mesmo entendendo a colocação do
6 professor João Ernesto, reconhece que existe uma vantagem contínua para a Unicamp com a
7 porcentagem do faturamento que ela receberá, além da aplicação do medicamento produzido
8 aqui que dará uma notoriedade ímpar para a pesquisa da Unicamp. Acha que esse tipo de
9 parceria deve ser facilitado, para que outras como essa possam ocorrer. Se dificultarem logo
10 no começo, não conseguirão criar essa cultura, e ela precisa ser criada. Considera que o
11 contrato está muito bem feito, há um retorno para a Unicamp que será valiosíssimo, no
12 momento, e acredita que ele pode ser aprovado, sem problema nenhum. O Conselheiro JOÃO
13 ERNESTO DE CARVALHO observa que o medicamento não será da Unicamp. A
14 Universidade está apenas fornecendo uma tecnologia; todo o estudo clínico não será feito
15 aqui. Acha que a Unicamp é mais do que isso. Concorde com a aprovação, mas ressalta que a
16 Universidade pode fazer muito mais do que só fornecer uma droga ou um insumo para que
17 outros locais ou universidades desenvolvam esse processo. O recurso que será investido nessa
18 pesquisa é muito maior do que R\$2 milhões. Precisam tomar cuidado para que a Universidade
19 não seja somente fornecedora de matéria-prima para os outros estudarem. Uma das melhores
20 universidades do Brasil não pode ficar nesse papel. Não havendo mais observações, o
21 MAGNÍFICO REITOR submete à votação a matéria, que é aprovada com 40 votos
22 favoráveis, 1 voto contrário e 13 abstenções. Nada mais havendo a tratar na Ordem do Dia,
23 coloca para ciência o Expediente dos seguintes assuntos: A – Resposta sobre a Moção do
24 Consu - Ciência - 01) Resposta do Ministério da Educação sobre a moção do Consu de
25 28.03.17 referente às declarações sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas
26 brasileiras feitas pela secretária-executiva do Ministério da Educação. B – Manifestações
27 quanto a proposta de implementação de cotas - Ciência - 02) Manifestação da Congregação
28 do IA, de apoio à implementação de Políticas de Cotas da Unicamp; 03) Nota de apoio da
29 Congregação do IFCH à implementação da política de cotas étnico-raciais da Unicamp. C –
30 Alteração do calendário das reuniões da Cepe e CAD para 2017 - Ciência - 04) Alteração do
31 calendário para o ano de 2017 das reuniões das Câmaras de Ensino, Pesquisa e Extensão e de
32 Administração, de 09.05.17 para 16.05.17. D – Comissões Permanentes do Conselho
33 Universitário - Ciência - 06) Proc. nº 01-P-4125/1987, da Comissão de Legislação e Normas -
34 Ciência - Indicação do Pró-Reitor Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto como
35 membro titular. E – Comissão Central de Pesquisa - Alteração de Membro - Ciência - 07)
36 Proc. nº 01-P-20276/2003, da CCP - Indicação do Prof. Dr. Ariovaldo Denis Granja, como
37 membro titular, em substituição ao Prof. Dr. Paulo Sérgio Franco Barbosa, como
38 representante da FEC junto à Comissão, com mandato até julho de 2018 - Of. PRP-41/17. G –
39 Comissão de Vagas Docentes - Indicação de Membro - Ciência - 09) Proc. nº 01-P-
40 3969/1999, da CVD - Indicação da Profa. Dra. Grácia Maria Navarro, como diretora do IA,

1 em substituição ao Prof. Dr. Fernando Augusto de Almeida Hashimoto para compor a
2 Comissão, com mandato até 08.08.17 - Inf. CVD-66/2017. H – Relatórios semestrais das
3 Câmaras do Consu - Ciência - 10) Relatórios Semestrais da Câmara de Administração e da
4 Câmara de Ensino, Pesquisa e Extensão, referentes ao período de 1º.10.16 a 31.03.17, de
5 acordo com o inciso IX do artigo 9º e inciso VI do artigo 10 do Regimento Interno do Consu.
6 I – Relatório de Atividades - Ciência - 11) Proc. nº 15-P-4547/2012, do Hospital de Clínicas -
7 Relatório Final de Atividades da Carta Acordo - Partes: Funcamp e Opas/OMS - Executores:
8 Joaquim Murray Bustorff Silva e Manoel Barros Bértolo - Período: 16.03.12 a 06.03.13 -
9 Recursos: R\$30.000,00 - Resumo do Objeto: Estabelecer a forma e as condições pelas quais a
10 Opas/OMS e a beneficiária irão cooperar para a execução do projeto para implantação do
11 Núcleo de Avaliação de Tecnologias em saúde no HC/Unicamp - Parecer: Caacc. O
12 MAGNÍFICO REITOR chama a atenção para os itens destacados do Expediente, em que há
13 indicação de membros para comissões. No item 5 – Proc. nº 01-P-4124/1987 –, indicação de
14 um membro suplente da área de Ciências Humanas e Artes para a Comissão de Orçamento e
15 Patrimônio, cujo titular é o professor Paulo Sérgio Fracalanza. A indicada é a professora
16 Grácia Maria Navarro. E indicação também de um membro suplente para a área de Ciências
17 Tecnológicas, cujo titular é o professor Antonio José de Almeida Meirelles. A indicada é a
18 professora Marina Sangoi de Oliveira Ilha. No item 8 – Proc. nº 01-P-3972/1999 –, a
19 indicação é de 01 membro suplente da área de Tecnológicas para compor a Comissão de
20 Vagas Não Docentes, com mandato de 01 ano. A indicação é do professor Zigomar Menezes
21 de Souza. Em seguida, passa a palavra aos inscritos no Expediente. O Conselheiro
22 GUILHERME ARAÚJO WOOD diz que neste momento faz sua despedida do Conselho
23 Universitário, pois não se candidatou para o próximo mandato. Está aqui há 12 anos, e
24 considerando que completará 48 anos dois dias após o final do mandato, isso corresponde a
25 mais de 25% de sua vida. Precisa agora se dedicar ao seu doutorado, na Feec, que está
26 atrasado. Agradece a todos os conselheiros que estiveram com ele nesses 12 anos, sobretudo
27 os membros da Mesa de todas as Administrações, os quatro diretores de cada unidade, no
28 mínimo, que conheceu, a todos os colegas do Conselho, estudantes, funcionários, colegas da
29 representação docente, agradece muito o aprendizado que lhe proporcionaram. Agradece,
30 sobretudo, aos funcionários da PG, da SG, e de todos os órgãos que viabilizam essas reuniões.
31 São servidos, muitas vezes aqui, pelos melhores funcionários que esta Universidade tem.
32 Solicita duas coisas a este Conselho. Já pediu ao professor Marcelo e à professora Teresa e irá
33 reiterar: um prédio para o Cotuca e um assento para seu diretor neste Conselho. Deseja uma
34 excelente administração para o professor Marcelo, para a professora Teresa e para toda sua
35 equipe. E, hoje, viu que a Unicamp está no caminho certo. Deseja também aos professores
36 Akira e Jodir, do Cotuca, que foram eleitos, que eles sigam pelo caminho que trilhou, que
37 ajudem a Universidade e que defendam o Cotuca e as demais carreiras docentes nesta sala.
38 Lembra que, antes de ter sido representante docente, foi representante discente por um ano e
39 representante da CCG também como discente. Deixa um grande abraço a todos e um até logo.
40 A Conselheira DIRCE DJANIRA PACHECO E ZAN diz que, diante do que estão vivendo na

1 conjuntura nacional, a congregação da Faculdade de Educação, no dia 24 de maio, aprovou
2 uma moção que chama a responsabilidade das universidades, em especial da Unicamp, que
3 historicamente teve um papel importante na redemocratização do país e que, neste momento,
4 em que a democracia novamente é ameaçada, precisa também se manifestar. Passa à leitura da
5 moção, que também está disponível no *site* da FE: “A congregação da Faculdade de Educação
6 da Universidade Estadual de Campinas, reunida no dia 24 de maio de 2017, manifesta seu
7 repúdio e indignação face ao cenário político federal, desde que gravações ordenadas pela
8 Justiça vieram a público e expuseram condutas que não se coadunam com exigências mínimas
9 requeridas a quem ocupa cargos públicos em nosso país. O aprofundamento da instabilidade
10 política não apenas deixa o país em compasso de espera porque líderes dedicam muito de seu
11 tempo em peças de defesa dirigidas ao Judiciário em vez de propriamente cumprir seu papel
12 de governar, mas também coloca a nação em situação de anomia, cujo prolongamento não é
13 benéfico às instituições democráticas. Ademais, a crise política já transbordou para a esfera
14 econômica e, ao que tudo indica, haverá queda de arrecadação, prejudicando ainda mais a
15 saúde e educação públicas, já tão subfinanciadas no país, das quais dependem a maioria de
16 brasileiras e brasileiros. A crise econômica, que já pode ser medida pelos atuais 14 milhões e
17 200 mil desempregados, pode levar, no curto prazo, mais dezenas de milhares de
18 trabalhadores a perderem seus postos de trabalho. Nesse momento, consolida-se a ideia entre
19 cidadãs e cidadãos de que o país deve buscar construir seu futuro agora, por meio de eleições
20 diretas para o Congresso Nacional e para a Presidência da República. A congregação da
21 Faculdade de Educação faz coro com essa ideia e manifesta sua compreensão de que somente
22 eleições diretas criarão as condições necessárias para o fortalecimento das instituições
23 democráticas. E a Faculdade convida toda Universidade a se somar a esse coro.” O
24 Conselheiro JOSÉ CLAUDIO GEROMEL despede-se hoje do Conselho Universitário, já que
25 não se candidatou a um novo mandato. Ficou quatro anos como Pró-Reitor de Graduação, um
26 tempo atrás, depois seis anos representando os professores titulares, uma experiência
27 extremamente agradável. Gosta muito de lembrar nessas horas uma frase do Augusto Boal
28 que diz o seguinte: “Cidadão não é aquele que vive em sociedade, é aquele que tenta
29 transformá-la.” Foi o que tentou fazer aqui, do seu jeito, com as suas limitações, dando as
30 suas opiniões, sempre com o intuito de melhorar a Universidade, que acha que pode dizer que
31 ajudou a construir. Agradece a toda a Procuradoria Geral, à Secretaria Geral que sempre lhe
32 atende. Deixa um abraço a todos os colegas e deseja a esta Administração todo o sucesso, que
33 também dependerá também de uma melhora na economia. O Conselheiro DIEGO
34 MACHADO DE ASSIS diz que recentemente participou, como representante do STU, de
35 uma reunião com os professores Marcelo e Teresa em que colocaram um problema em
36 relação a um processo do Tribunal de Contas do Estado, Processo nº 2435/2011, que teve um
37 despacho no começo deste ano, e que diz respeito ao registro dos cargos de algumas centenas
38 de trabalhadores técnico-administrativos da Unicamp. Naquela reunião, algumas incertezas
39 ainda foram colocadas pela Reitoria, algumas respostas ficaram de ser dadas sobre um TAC
40 que havia sido feito das outras vezes em que houve questionamento semelhante pelo Tribunal

1 de Contas, em outros concursos, outros cargos, e que também haveria um projeto já
2 tramitando na Assembleia Legislativa de criação desses cargos, apresentado pelo Executivo.
3 Solicita novamente à Reitoria que forneça essas documentações, para que possam dar um
4 retorno para os trabalhadores envolvidos, que estão bastante inseguros, uma vez que o registro
5 dos seus cargos foi negado pelo TCE e ainda está em um processo meio incerto. Então, pede
6 que a Reitoria envie uma cópia desse TAC assinado em 2015, e se puder também incluir uma
7 posição desse projeto de criação de cargos na Alesp, assim como um breve informativo
8 explicando quais justificativas têm sido fornecidas pela PG e pela Reitoria. O Conselheiro
9 JOÃO RAIMUNDO MENDONÇA DE SOUZA informa que, como parte da comemoração
10 dos 50 anos da Unicamp, o STU publicou um livro sobre a história de luta dos trabalhadores
11 da Unicamp. Ele foi publicado pela Editora da Unicamp e já está nas livrarias. Trata-se de
12 uma obra importante, que procura recuperar a história de luta dos trabalhadores da Unicamp
13 desde a fundação da Assuc, em 1968, até a fundação do Sindicato, em 1991. Portanto, a
14 organização dos trabalhadores da Unicamp também completa os seus 50 anos e o livro ilustra
15 esse processo. Terão oportunidade de fazer o lançamento desse livro que recupera esse
16 período histórico extremamente importante para os trabalhadores da Unicamp e para a própria
17 Universidade. O Conselheiro ANTONIO JOSÉ DE ALMEIDA MEIRELLES diz que a
18 congregação da FEA solicitou que lesse a moção sobre o contingenciamento. Ela foi sugerida
19 por dois departamentos, discutida e aprovada ontem na congregação: “Após tomar
20 conhecimento da Resolução GR 26/2017, que estabelece medidas para propiciar condições de
21 análise detalhada da situação financeira da Universidade e de adoção de procedimentos que
22 visem ao equilíbrio orçamentário, a congregação da FEA vem manifestar seu
23 descontentamento em relação ao que estabelece o Artigo 3º, que é aquele que dispõe sobre
24 promoções e progressões aos servidores da Carreira Paepe e da Carreira do Magistério
25 Superior. Essa medida de contenção de despesa vem prejudicar e desestimular vários docentes
26 do Magistério Superior da FEA que atendem plenamente aos perfis acadêmicos de professor
27 doutor 2, professor associado 1, 2 e 3 e professor titular da Carreira do Magistério Superior,
28 de acordo com as deliberações vigentes. Conseguir atingir tais perfis requer um trabalho
29 árduo e contínuo dos docentes. Dessa forma, a não concessão das promoções e a
30 impossibilidade de abertura de concursos aos que atendem aos perfis mínimos estabelecidos
31 nas supracitadas deliberações implica não reconhecimento da importância do mérito
32 acadêmico e científico. Essa decisão certamente resultará em perda de motivação pelos
33 docentes e também comprometerá futuras promoções por méritos e progressões,
34 considerando-se os respectivos interstícios mínimos necessários. Além disso, ressaltamos que,
35 há quatro anos, os servidores Paepe não têm avaliação para suas respectivas promoções, o que
36 também pode implicar desmotivação desses servidores. Cientes da situação financeira da
37 Universidade, entendemos que as medidas de contenção se fazem necessárias, porém
38 acreditamos que a valorização do corpo docente e dos servidores Paepe deveria ser uma das
39 maiores prioridades na ocasião da rediscussão da proposta orçamentária.” Aproveita a ocasião
40 para declarar seu apoio à moção da Faculdade de Educação, que traz um assunto que também

1 deveriam discutir no Consu, já que se trata do futuro do país. A Conselheira ANDRÉIA
2 GALVÃO diz que solicitou a palavra para se despedir, pois este é seu último Consu. Fica
3 muito feliz que ele tenha acontecido hoje, que é um dia histórico para a Universidade, e
4 também fica muito feliz com o resultado da votação que aqui tiveram. Também não se
5 recandidatou, não por um motivo tão nobre quanto o do professor Guilherme, mas porque,
6 neste momento, não tem condições de estar aqui presente todo o tempo nesse ritmo muitas
7 vezes insano. Uma reunião das 9h às 19h imaginava que só existisse no Congresso Nacional,
8 mas várias vezes isso aconteceu aqui. Deseja bom trabalho à nova gestão da Universidade,
9 aos novos conselheiros que tomam posse, em breve. Solicita à Reitoria que retome a
10 discussão sobre a revisão dos Estatutos da Universidade, que assim como a discussão das
11 cotas é fundamental para a Universidade, para que possam, de fato, pensar a necessária
12 renovação de pessoas que se comprometam e que se engajem na discussão sobre os rumos da
13 Universidade. Uma das propostas que fez, no momento daquela discussão, foi a de impedir a
14 reeleição por mais de dois mandatos. Acha que isso é salutar para a democracia, para que as
15 pessoas participem deste espaço, para que mais pessoas contribuam para o debate e para que
16 mais pessoas, de fato, possam dar a sua visão sobre a Universidade, sobre o que a
17 Universidade precisa definir como objetivos, como parâmetros, como metas. Esse é um dos
18 aspectos que considera importante discutir para que possam, de fato, pensar a renovação dos
19 espaços de decisão na Universidade. O Conselheiro LUIZ CARLOS KRETLY parabeniza a
20 Mesa, em especial o senhor Reitor, pela condução serena dos trabalhos de hoje, em uma
21 difícil decisão do Conselho. Também deseja a toda a equipe de pró-reitores sucesso e um
22 trabalho colaborativo. Fala não só em seu nome, mas acredita que em nome de vários colegas
23 da representação docente. Desejam um trabalho colaborativo e profícuo para toda a
24 Universidade. Em seguida, o MAGNÍFICO REITOR passa a palavra aos membros da Mesa.
25 O Conselheiro MUNIR SALOMÃO SKAF diz que no último dia 29 recebeu um *e-mail*
26 contendo uma manifestação da congregação do IFCH, que teve origem no Programa de Pós-
27 Graduação do Instituto, manifestando total desacordo com os critérios estabelecidos no edital
28 do Programa de Incentivo à Publicação em Revista de Alto Impacto. Esse edital foi lançado
29 em 20 de março de 2017 pela Pró-Reitoria de Pesquisa, especialmente para a atribuição de
30 recursos a autores de publicações em revistas cujo impacto é nível 4, segundo a nomenclatura
31 do IFCH. Mas o edital prevê publicações em revistas cujo índice de impacto, de acordo com o
32 *Journal Citation Reports*, fosse maior ou igual a 6. Observa que esse foi um programa criado
33 ainda na gestão anterior e que prevê essencialmente o seguinte: se a pessoa publicou artigos
34 com índice de impacto maior ou igual a 6, com endereço Unicamp, poderá receber até R\$2
35 mil por cada artigo, no limite até R\$12 mil, do Faepex, para uso em pesquisa, segundo as
36 regras do Faepex. As inscrições foram de 20 de março a 19 de abril e as publicações referem-
37 se ao ano de 2015. Desde antes de ser pró-reitor, já achava esse tipo de edital absolutamente
38 desnecessário, pois ele não incentiva nada, pelo fato de ser retroativo. Será aprovado um
39 artigo publicado em 2015, então não entende qual é, exatamente, o motivo. Além disso, ele é
40 muito excludente, e o IFCH reclama exatamente dessa questão, pois não existe nenhum

1 periódico nas Humanidades que tenha índice de impacto 6. Muito semelhante ao que ocorre
2 nas Ciências Econômicas, na Enfermagem, na Educação Física, nas Engenharias e
3 Tecnológicas, então teriam de ser criados parâmetros diferentes para cada área. Compromete-
4 se a levar ao conselho do Faepex, que foi quem criou esse edital, sua posição de que deveriam
5 cessar sua publicação. Há estudos que mostram que quando há incentivos para se publicar em
6 revistas de alto impacto, em vez de a pessoa procurar um periódico que tenha um público
7 mais adequado ao seu trabalho, ela procura um periódico apenas pelo índice de impacto. Acha
8 que isso não é salutar, especialmente em épocas de dificuldades orçamentárias. Agora, já
9 foram todos outorgados, não há o que possam fazer, serão investidos R\$126 mil para premiar
10 publicações de 2015, felizmente menos do que os R\$200 mil previstos. Não vê absolutamente
11 sentido nisso, então manifesta sua posição publicamente perante o Consu e espera que o
12 conselho do Faepex concorde com ele. A Conselheira ELIANA MARTORANO AMARAL
13 diz que um dos efeitos da decisão de hoje será um grande trabalho para a Pró-Reitoria de
14 Graduação em rever todas as questões de permanência, evasão etc. Já estão rediscutindo o
15 Programa de Apoio Acadêmico, implantado mais recentemente, e já discutiram os ajustes
16 inclusive com quem estava coordenando, que era a professora Silvia Gatti. Mas ressalta o
17 compromisso da PRG com isso, que vai significar, provavelmente, a criação de um Grupo de
18 Trabalho mais específico. Enquanto a Comvest cuida de pensar no GT as novas propostas de
19 ingresso, a PRG ao mesmo tempo terá de estudar formas de melhorar as questões de
20 permanência e evasão e dar o apoio necessário não só para os estudantes, mas também para os
21 docentes e coordenadores de curso. Portanto, solicita a colaboração de todos aqueles que
22 tenham boas ideias, que serão bem-vindas. A PRG está aberta e trabalharão com toda a
23 energia, contando muito com o EA² e o GGTE, porque pretendem fazer grandes mudanças,
24 progressivas porém grandes, na forma como se ensina, e isso deve ajudar bastante também
25 nessa questão da evasão e o estímulo para os alunos nos cursos de graduação. O Conselheiro
26 FERNANDO AUGUSTO DE ALMEIDA HASHIMOTO diz que muitos docentes estão
27 perguntando sobre os editais dos projetos da Preac, e esclarece que todos eles estão sendo
28 reformulados, o que demandou alterar também os calendários, mas eles estão previstos ainda
29 para este ano e em breve serão colocados no ar. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON
30 ATVARS solicita que o doutor Octacílio esclareça qual foi o questionamento do Tribunal de
31 Contas sobre a questão dos concursos e quais são as respostas que a Unicamp costuma dar.
32 Depois irá se referir à questão dos cargos. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz
33 que o questionamento do Tribunal de Contas, em princípio, não é em relação aos cargos. Essa
34 questão vem depois. A origem disso é que, em 1993, a Unesp criou cargos no seu Conselho
35 Universitário. Esse assunto foi objeto de uma ação de inconstitucionalidade e, há 13 anos, foi
36 julgada definitivamente no Tribunal de Justiça: por 25 votos a zero, o Tribunal entendeu que
37 não poderiam ter sido criados os cargos, que aquela regra era inconstitucional, então todos
38 aqueles cargos foram anulados. O Tribunal, no acórdão, estabeleceu que o Tribunal de Contas
39 verificasse se nas outras universidades também não havia acontecido o mesmo. E foi então
40 que se iniciaram os problemas para a Unicamp, porque ela era a única que possuía uma

1 autorização explícita, antes da Constituição de 1988, de que o reitor poderia criar funções, e
2 isso foi feito. Podem observar no Anuário Estatístico que, em 05 de outubro de 1989, na data
3 da publicação da Constituição Estadual, a Unicamp tinha cerca de 12.600 funções, e não
4 foram criadas mais depois de 1988. Entretanto, o Tribunal começou a questionar, e já houve
5 várias ações e decisões desse tipo, e a Universidade ganhou a maioria. Nas que perdeu, ela
6 recorreu, várias foram ganhas até em ação rescisória, e algumas ainda estão nesse processo.
7 Tem certeza de que será resolvido mais esse assunto. O próprio conselheiro que emitiu esse
8 julgamento, que é o atual presidente do Tribunal de Contas, reconhece que a posição
9 majoritária não é a que ele está esposando naquela decisão. Reafirma que a Unicamp não
10 criou cargos depois de 1988. Em 2015, para encerrar esse assunto, o Ministério Público
11 propôs e a Universidade aceitou um Termo de Ajustamento de Conduta onde a Unicamp
12 afirma isso. Esse dado do Anuário Estatístico, que é público, mostra que, hoje, não há 12.000
13 funções ocupadas. Pelo contrário. Sabem que a Universidade passou por um processo de
14 enxugamento nos últimos 20 anos, depois da autonomia, portanto há funções vagas, que não
15 estão preenchidas. E então vem a parte do TAC que se refere à criação dos cargos para
16 resolver o problema, definitivamente, não para as pessoas que estão aqui, mas para o futuro.
17 Para o caso mencionado, já estão com recurso, e depois dele, se a decisão ainda for mantida, o
18 que acha que não deverá ocorrer, terão ainda outro instrumento, que é a ação rescisória, do
19 qual a Unicamp se valeu poucas vezes, mas foi bem-sucedida. O Conselheiro DIEGO
20 MACHADO DE ASSIS diz que o doutor Octacílio mencionou que a Universidade já entrou
21 com recurso, e acha que havia um prazo de 60 dias para isso; pergunta se o recurso se refere
22 ao último parecer do TCE. O doutor OCTACÍLIO MACHADO RIBEIRO diz que não tem
23 certeza, neste momento, pois pode não ter havido ainda o recurso, já que deixam para entrar
24 nos últimos 10 dias. Mas pode encaminhar isso para o senhor Diego. Porém, não existe a
25 possibilidade de terem perdido o prazo. A Conselheira TERESA DIB ZAMBON ATVARIS
26 diz que, com relação a esses concursos, a situação é a informada pelo doutor Octacílio. A
27 questão dos cargos na Unicamp é um assunto que talvez não seja do conhecimento de muitos,
28 ele possui uma série de detalhes, mas a situação é que a Universidade tem cargos apenas da
29 Carreira MS, todas as outras pessoas que estão nos quadros estão em funções autárquicas, que
30 é aquilo que, como o doutor Octacílio explicou, foram criadas já há muito tempo etc. Por
31 conta disso, em 2015, a Unicamp assinou um Termo de Ajuste de Conduta no qual o
32 Ministério Público indicava a necessidade de a Unicamp criar cargos para todos, não para as
33 pessoas que aqui estão, mas para os futuros concursos. Presidiu o Grupo de Trabalho que
34 atuou fazendo um estudo detalhado de todos os cargos que precisariam ser criados para a
35 Carreira Paepe, para a Carreira de Pesquisador, para as Carreiras Especiais de docentes, mas
36 também prevendo uma expansão dos cargos da Carreira MS, no nível ingressante e titular.
37 Esse estudo foi enviado ao Governo, que submeteu a proposta à Assembleia Legislativa. Isso
38 tramitou em três ou quatro secretarias, indo de uma para outra etc., até que chegou na
39 secretaria que tinha de chegar. Ela fez, ao longo do tempo, pequenos questionamentos que
40 foram respondidos pela PG diretamente e, mais recentemente, fez um conjunto de outros

1 questionamentos pequenos, nos quais a professora Marisa, a PG e ela estiveram trabalhando
2 nos últimos 15 dias. A resposta está pronta e deverá ser submetida novamente ao Governo
3 para que ele encaminhe a proposta final à Assembleia Legislativa. Quando explicou isso na
4 reunião com o Sindicato, não tinha ainda a resposta se o Governo já tinha enviado. Na
5 verdade, o Governo enviou para cá para pequenas correções e estão agora reencaminhando. O
6 fato é que é importante que isso aconteça para que tenham maior tranquilidade, no futuro, e
7 não venham a sofrer questionamentos como os que têm sido feitos com frequência. Ressalta
8 que nunca houve, nos últimos 20 anos, nenhum questionamento que não tenha sido atendido
9 pela PG. Portanto, todos os questionamentos relativos a processos seletivos de funcionários,
10 docentes de carreiras especiais ou pesquisadores foram resolvidos, no âmbito das respostas
11 que a PG prepara. Portanto, acha que a Unicamp não precisa se preocupar com esse assunto.
12 Trabalharão intensamente para criar os novos cargos para que os novos concursos sejam neles
13 realizados, e as pessoas que estão aqui ficam em um quadro em extinção. Com esses
14 esclarecimentos, acha que o assunto está bastante tranquilo, mas estão à disposição para
15 prestar qualquer esclarecimento que seja necessário. O MAGNÍFICO REITOR cumprimenta
16 os professores Guilherme, Geromel e Andréia pelo trabalho, assim como outros que sairão,
17 porque haverá uma renovação na representação docente. O trabalho aqui, como hoje foi visto,
18 é duro, exaustivo, mas fundamental para a Universidade. É algo cujo debate precisa ser feito.
19 A construção da Universidade, no dia a dia, precisa desse debate. Trabalharão sempre no
20 sentido de aprimorar essa discussão, trazer coisas novas e, realmente, buscar sempre a
21 transparência e um diálogo franco com toda a comunidade. Agradece a todos, pois tem tido
22 um aprendizado rápido nesta função, há muita coisa acontecendo. Realmente, a situação do
23 ponto de vista financeiro é preocupante. Fica até difícil de expressar a preocupação que hoje
24 possuem como administradores, sabendo que os recursos estão escasseando. É claro que estão
25 realizando um trabalho de diálogo com o Governo do Estado, no sentido de buscar recursos.
26 Enviaram solicitação para aumento da quota-parte e para que seja cumprida a promessa feita
27 na implantação do *campus* 2 de Limeira. Estão buscando mecanismos de discussão com a
28 Secretaria de Saúde do Estado de São Paulo, inclusive hoje receberam uma pessoa da
29 Diretoria Regional de Saúde. Aqui, hoje, aproveitou para conversar com o professor Carmino
30 a respeito da discussão com a própria cidade de Campinas, e também estão em discussão com
31 Limeira e Piracicaba. Sabem da dificuldade relativa a promoções e a todos os
32 contingenciamentos colocados, mas a situação é de fato dramática no que se refere às
33 possibilidades de futuro. E, como disse o professor Geromel, dependem também de uma
34 melhora na economia. Entretanto, a perspectiva da economia parecia estar melhorando, mas
35 com essa situação política incerta voltou, provavelmente, à estaca zero ou até a uma situação
36 pior. Tudo isso preocupa muito e estão aqui buscando equacionar e trazer o equilíbrio das
37 finanças para que a Universidade possa voltar a crescer com tranquilidade, sabendo das
38 demandas que existem por parte dos docentes, dos trabalhadores e de todos aqueles que
39 constroem a Universidade. É difícil estar nesta posição, mas trabalham para estabelecer essa
40 conversa franca, no sentido de avançar sempre em todas as frentes. Agradece a presença de

1 todos e a participação neste Conselho importante. Nada mais havendo a tratar, o
2 MAGNÍFICO REITOR declara encerrada a Sessão e, para constar, eu, Ângela de Noronha
3 Bignami, Secretária Geral, lavrei a presente Ata e solicitei a Cláudia Masliaev que a digitasse
4 para ser submetida à aprovação do Conselho Universitário. Campinas, 30 de maio de 2017.

*NOTA DA SG: A presente Ata foi aprovada na 152ª SESSÃO
ORDINÁRIA DO CONSELHO UNIVERSITÁRIO, realizada em 1º de
agosto de 2017, sem alterações.*